

DULCILENE PEREIRA JARDIM

**COMO E QUANDO COMEÇAR A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA
ESCOLA: A OPINIÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO
DE EMBU-SP**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

SÃO PAULO

2008

DULCILENE PEREIRA JARDIM

COMO E QUANDO COMEÇAR A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: A OPINIÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE EMBU-SP

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Dr. José Roberto da Silva Brêtas

Co-orientadora: Dra Conceição Vieira da Silva Ohara

Linha de Pesquisa: Cuidado em Enfermagem e Saúde na Dimensão Coletiva.

Eixo Temático: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas à Enfermagem e Saúde.

SÃO PAULO

2008

Jardim, Dulcilene Pereira

Como e Quando começar a Orientação Sexual na escola: a opinião dos professores do município de Embu-SP./ Dulcilene Pereira Jardim. – São Paulo, 2008. xi, f.125.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Departamento de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

Título em inglês: How and when to start sexual education in school: the understanding of professors from the municipality of Embu, SP, Brazil.

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Educação sexual | 2. Sexualidade |
| 3. Adolescentes | 4. Orientação sexual |
| 5. Saúde coletiva | |

“E agora, que a glória seja dada a Deus, o qual, por meio do seu poder que age em nós, pode fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou até pensamos”.

Efésios 3: 20.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Delcídio e Maria de Lourdes

que me trouxeram à vida, e não mediram esforços para conceder-me bons exemplos a serem seguidos, influenciando o que sou hoje;

Às minhas irmãs, Dulcinéia, Dulcione, Daniele e Flávia,

pelo amor e companheirismo incondicionais, os quais me fazem uma pessoa feliz, no sentido mais completo desta palavra;

Aos meus sobrinhos, Giovanna, Giulia e Cainã,

por darem sentido à minha existência;

Aos adolescentes do projeto Adolecendo com Jesus,

que me são fonte de inspiração para aprender e compartilhar o conhecimento, e que assim, fazem a vida valer a pena.

Ao amigo Marcos,

Por dividir comigo este sonho e me acompanhar neste vôo tão sublime.

.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

meu Criador, Salvador e Mantenedor, pela capacidade em mim embutida de sonhar e realizar...;

À minha família,

pelo amor, companheirismo e cuidado;.

Ao amigo Emerson,

por me acompanhar em todo o processo, me incentivando, apoiando e ajudando em tudo quanto lhe foi possível. Você é o melhor amigo do mundo;

Aos professores e amigos Rachel de Carvalho e Isaac Marques,

por me servirem como fonte de inspiração; pelo apoio e incentivo e ainda por toda ajuda oportuna e imprescindível;

Ao professor José Roberto Brêtas,

pelas valiosas orientações concedidas ao longo desse processo, as quais não se limitaram ao bojo deste trabalho mas, foram estendidas ao meu crescimento pessoal;

À professora Conceição Vieira da Silva Ohara,

pela co-orientação; pelo carinho e respeito com que sempre trata seus alunos

Aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas do município de Embu,

por me abrirem o caminho até os professores, sempre de forma tão disposta e compreensiva;

Aos professores do município de Embu,

pela disposição em participarem desta pesquisa, compartilhando seu conhecimento e prática docente, os quais tornaram possível este estudo;

Às amigas de jornada, Maila, Conceição, Renata, Lie e Maria José

por todo apoio e incentivo e pela participação direta na composição desta pesquisa. Vocês são muito especiais para mim.

A todos vocês, meu muito OBRIGADA.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Escola x Orientação Sexual - Breve Histórico	3
1.2 A Orientação Sexual no contexto escolar	7
2. OBJETIVOS	14
3. CASUÍSTICA	15
3.1 Tipo de Estudo	15
3.2 Local e Período do Estudo	15
3.3 Sujeitos do Estudo	17
3.4 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados.....	18
3.4.1 <i>Primeiro Momento</i>	18
3.4.2 <i>Segundo Momento</i>	19
3.5 Análise dos Dados	21
3.6 Aspectos Éticos	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Caracterização Sócio-Demográfica	24
4.2 Resultados do Primeiro Momento da Coleta de Dados	27
4.2.1 Opinião dos Professores sobre a Orientação Sexual	27
4.2.2 Prática dos Professores na Orientação Sexual	41
4.2.3 Experiência dos Professores quanto à Sexualidade dos Alunos	47
4.2.4 Reação dos Professores frente às Situações Vivenciadas pelos Alunos.....	52
4.2.5 Habilidade dos Professores para a Discussão de Assuntos Ligados à Sexualidade	55
4.3 Resultados do Segundo Momento da Coleta de Dados	66

4.3.1	Importância da Orientação Sexual na Escola	66
4.3.2	Abordagem da Orientação Sexual na Escola	74
4.3.3	Quando Começar a Orientação Sexual na Escola	83
4.3.4	Participação da Família na Orientação Sexual na Escola	89
4.3.4	Assuntos a Serem Abordados na Orientação Sexual na Escola.....	93
5.	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
6.	REFERÊNCIAS	112
7.	ANEXOS	119
7.1	Anexo A – Questionário: Quando e Como começar a Orientação Sexual na Escola	119
7.2	Anexo B –. Questões Norteadoras Utilizadas no Grupo Focal.....	122
7.3	Anexo C – Termo de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	123
7.4	Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população de professores segundo a caracterização sócio-demográfica. Embu- SP, 2007.	24
TABELA 2	Distribuição da população de professores segundo informações profissionais. Embu- SP, 2007.	26
TABELA 3	Opinião dos professores sobre Orientação Sexual na escola. Embu- SP, 2007.	28
TABELA 4	Prática dos professores na Orientação Sexual na escola. Embu- SP, 2007.	42
TABELA 5	Experiência dos professores a respeito da sexualidade dos seus alunos. Embu- SP, 2007.	49
TABELA 6	Reação dos professores frente a situações trazidas pelos alunos. Embu- SP, 2007.	52
TABELA 7	Habilidade dos professores na discussão de assuntos ligados a sexualidade. Embu- SP, 2007.	56
TABELA 8	Conhecimento dos professores sobre os Métodos Contraceptivos. Embu- SP, 2007.	63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Relação da idade dos alunos com a grade escolar dos ensinos fundamental e medi, de acordo com os modelos atual e antigo.	33
QUADRO 2	Categoria: Importância da Orientação Sexual na Escola segundo os professores participantes do Grupo Focal. Embu-SP, 2007.	67
QUADRO 3	Categoria: Abordagem da Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.	75
QUADRO 4	Categoria: Quando começar a Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.	84
QUADRO 5	Categoria: Participação da família na Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.	89
QUADRO 6	Categoria: Assuntos a serem abordados na Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.	94

RESUMO

A Orientação Sexual constitui-se na atualidade um tema transversal devendo permear todo o currículo escolar, num processo de intervenção pedagógica com o objetivo de transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade. O professor é a peça chave para execução e sucesso desta intervenção, portanto, este estudo teve como objetivos identificar o conhecimento e a prática dos mesmos em relação à orientação sexual, bem como conhecer a opinião dos professores sobre o momento (Quando) e a maneira (Como) de iniciar as atividades de orientação sexual na escola. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratório, realizada em quatro escolas estaduais de ensino fundamental e médio do município de Embu das Artes, SP. A amostra foi constituída por 130 professores também participantes do Projeto de Extensão Universitária Corporalidade e Promoção da Saúde. A coleta de dados foi realizada em dois momentos distintos, sendo o primeiro por meio de um questionário, e o segundo, pela técnica de Grupo Focal. Os resultados apontam que os professores deste estudo consideram importante a orientação sexual, pois a escola mostra-se importante não somente para transmissão de informações, mas também para promover reflexão sobre essas questões e mudanças de conceitos e comportamentos sexuais, complementando a educação sexual recebida da família. Os professores reconhecem sua falta de preparo para a função não somente teórica e metodológica, mas também nas questões pessoais com suas áreas de interdição sobre o aspecto sexual. Soma-se, ainda, a falta de recursos materiais e de tempo para preparo das aulas, o que compromete o desenvolvimento do trabalho de orientação sexual na escola. Para eles, a orientação sexual deveria ter início desde o ingresso da criança na escola, ou seja, desde a 1ª série, em um processo contínuo e gradativo. Usando de linguagem apropriada para cada idade, respeitando o nível de maturidade da criança para absorção das informações transmitidas. A 5ª série foi apontada como a fase indicada para o aprofundamento das questões sobre sexualidade, pelo aumento da curiosidade dos alunos sobre o tema e por terem maior maturidade para discussão dos assuntos. Apesar de se considerarem despreparados para o desenvolvimento das atividades de orientação sexual, a maioria dos professores aborda o tema em sala de aula. As atividades sugeridas são: uso de dinâmicas e brincadeiras com auxílio de recursos áudio-visuais, através da leitura de textos e de discussões baseadas nas perguntas feitas pelos próprios alunos. Aproveitam, ainda, as situações do cotidiano escolar ou social trazidas pela mídia para suscitar discussões. Os docentes consideram-se aptos a discutirem todos os assuntos relacionados à sexualidade, porém, declaram ter mais habilidade para discussão de temas com enfoque biológico como Doenças Sexualmente Transmissíveis, gravidez, conhecimento sobre o corpo e métodos contraceptivos. Conclui-se que os professores precisam ser capacitados para conduzir os alunos em um processo contínuo e gradativo de aquisição de conhecimentos e de instrumentos que transformem este conhecimento em mudanças de comportamento. Desta forma, um desenvolvimento saudável da sexualidade deles, livre de riscos físicos, psíquicos e sociais poderá ser garantido.

Descritores: Educação sexual; Orientação Sexual; Sexualidade; Adolescentes, Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Sexual Education is currently constituted of a transversal topic that should span the whole school curriculum, in a pedagogic intervention process aiming at providing information and addressing issues related to sexuality. The teacher is a key part in the accomplishment of this intervention, and should be prepared for the function. Therefore, this study aimed at identifying teachers' knowledge and practice concerning Sexual Education, as well as to know their opinion about the time (when) and manner (how) the Sexual Orientation should be started as a school activity. A descriptive-exploratory research was carried out in four state-run elementary and high schools in the municipality of Embu das Artes, SP. The sample was composed by 130 teachers who also took part in the Corporality and Health Promotion University Project. Data were collected at two distinct moments, firstly through a questionnaire, and then through the Focal Group technique. Results demonstrated that teachers consider Sexual Education at school to be important. To them, the school seems important not only to spread information, but also to promote reflection upon these issues and to promote changes of sexual behaviors and concepts. Thus, the school enhances the sexual education received from the family. Teachers acknowledge their lack of prepare for the function, which includes not only theoretical and methodological aspects, but also personal issues regarding their own sexual restraints. In addition to that is the lack of material resources and time for class preparation, what impairs the development of Sexual Education tasks at school. In their opinion, Sexual Education should start at the moment children are admitted to school, that is, in the first grade, in a continuous and gradual process, by using appropriate language for each age, and respecting the child's maturity level to absorb the provided information. The fifth grade was pointed out as the appropriate age for in-depth education of sexuality-related issues because of the increase in curiosity for the topic, and also for having more maturity to discuss the topics. Despite the teachers feel unprepared for the development of Sexual Education activities at school, the most of them approach the insertion of the issue in the classroom. The activities suggested by them are: group dynamics and plays with audiovisual resources, readings, and discussions based on questions asked by the students themselves. They also use daily school and social life brought by the media to raise discussions. Teachers considered themselves able to discuss all the issues related to sexuality, however, reporting more ability to discuss topics of biological scope such as Sexually-Transmitted Diseases/AIDS, pregnancy, knowledge about the human body and contraceptive methods. It was concluded that teachers need to be properly instructed to lead students into a continuous and gradual process of knowledge acquisition and proper tools that turn this knowledge in behavior changes. Thus, a healthy development of sexuality, without physical, psychic and social risks can be assured.

Descriptors: Sexual behavior; Sex education; Sexuality; Adolescent, Public Health.

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade tem sido tema de muitos assuntos na atualidade. Mas, o que é sexualidade? Porque é tão importante para que nos lembremos dela?

A palavra sexualidade é definida como comportamento, tendência sexual de uma pessoa, qualidade sexual, conjunto dos fenômenos da vida sexual⁽¹⁾.

A Organização Mundial de Saúde (OMS)⁽²⁾ define sexualidade como "uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor. Contato e intimidade, que se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas".

Para a psicanálise, a sexualidade não se trata de fazer uso dos genitais, mas é "toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual"⁽³⁾.

Assim, a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é também social e política, construída ao longo de toda a vida, envolvendo rituais, linguagens e representações, baseados na cultura dos sujeitos, cujas formas de expressão são socialmente estabelecidas.

A sexualidade, para Foucault, é um "dispositivo histórico"⁽⁴⁾, uma invenção social, uma vez que se constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades". Pode-se entender por dispositivo um conjunto heterogêneo

que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos, com função estratégica dominante⁽⁵⁾.

As sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, o dispositivo da sexualidade, sobrepondo-se ao já existente até então, chamado de dispositivo de aliança, sendo que, historicamente, foi em torno e a partir deste, que a sexualidade se instalou. O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, reproduzindo a trama de relações e mantendo a lei que as rege, ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí o fato de o momento decisivo para ele ser a “reprodução”.

Em contrapartida, o dispositivo da sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O que lhe é pertinente são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, sendo o corpo a principal articulação com a economia (corpo que produz e consome). O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

A sexualidade assumiu, nas modernas sociedades ocidentais, um papel de centralidade. Na cultura ocidental existe uma *scientia sexualis*^{*}, um dispositivo de

^{*} Segundo Foucault existe historicamente, dois grandes procedimentos para produzir a verdade sobre o sexo. A *ars erotica*, própria de civilizações como Roma, Índia, China, etc., que busca no saber sobre o prazer formas de ampliá-lo, um saber de dentro, onde a verdade sobre o prazer é extraída do próprio saber. Em contrapartida, no ocidente configurou-se a *scientia sexualis*, onde a confissão é central na produção de saberes sobre o sexo. Os ocidentais são levados a confessar tudo, expor seus prazeres, uma obrigação já internalizada. A confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina.

sexualidade, cujo objetivo é o controle do corpo e do sexo, onde o sexo aparece como objeto de conhecimento, de uma ciência-confissão, que através de procedimentos técnicos, nos incita a falar sobre ele, produzindo uma verdade e um discurso científico sobre ele ⁽⁴⁾.

Os dispositivos de poder atuam como mecanismos articulados em rede, visando obter um determinado fim, ou seja, o controle sobre a vontade do indivíduo e da sociedade. Assim, um dispositivo se impõe na sociedade “normalizando” a vida do indivíduo e, conseqüentemente, de todo o corpo social, construindo o cidadão necessário a ela.

Neste sentido, Foucault entende que a escola, o quartel, o hospital e a prisão são micro espaços de poder, onde o dispositivo se faz presente. Portanto, a sexualidade é um dispositivo histórico muito concreto de poder, pois ela aparece nas sociedades ocidentais como “um ponto de passagem particularmente denso das relações de poder: entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população” ⁽⁴⁾.

1.1 Escola x Orientação Sexual - Breve Histórico

Por *scientia sexualis* Foucault entende uma forma de saber desenvolvida a partir do século XVIII, graças a nascente fisiologia da reprodução e ao saber médico, o que significa uma progressiva apropriação da sexualidade e de sua normatividade pelo discurso científico. O século XVIII seria então importante para a compreensão da história da teoria científica relativa ao sexo. Nasce então, uma nova tecnologia do sexo, nova porque sem ser realmente independente da temática do pecado, escapava basicamente à instituição eclesiástica, desenvolvendo-se ao longo de

eixos, entre eles, o da pedagogia, como um mecanismo de poder que vai adquirindo procedimentos novos, heterogêneos, funcionando “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos”⁽⁴⁾.

Neste contexto, a escola constitui-se um micro espaço de poder, onde atuam as disciplinas do corpo, as quais se configuram como métodos que permitem o controle minucioso do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade⁽⁶⁾. O poder disciplinar, com efeito, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”, ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor⁽⁴⁾.

A escola, instituição disciplinar em sua função disciplinadora do corpo e do sexo do homem mostra-se como um dispositivo de poder. Não há um silêncio desta instituição em relação ao sexo, sobretudo ao das crianças e dos adolescentes. Muito pelo contrário, exerce parcela significativa de seu discurso, seja o dito (a fala dos especialistas) ou o não dito (sua estrutura arquitetônica).

Considera-se que “basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplinas e para toda a organização interior: lá se trata continuamente de sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente (...). O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortinas), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição - o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem

funcionar articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente”⁽⁴⁾.

Avançando no histórico da sexualidade e escola, na década de 60 os movimentos feministas iniciaram uma luta para conquistarem direitos e liberdade, sendo que um dos fatos marcantes desse período foi a possibilidade da mulher controlar a natalidade.

Nesta década, em relação à influência da psicanálise na discussão sobre a relação entre educação e a repressão sexual da criança, uma série de publicações de inspiração psicanalítica diziam que a repressão deveria ser combatida, denunciavam os castigos e humilhações, que estavam relacionados à manifestação da sexualidade na escola.

O pensamento libertário da década de 60 assumiu que o amor e a sexualidade eram necessariamente positivos, e a repressão, liminarmente destruidora e negativa. Esqueceu-se de que há formas destrutivas de amor e que, algumas vezes, a repressão pode ser construtiva⁽⁷⁾.

Nesse contexto, exemplificando, a educadora Henriete Amado, então diretora do Colégio André Maurois, realizou uma pesquisa entre seus 2600 alunos, para saber se eles gostariam de ter um curso sobre educação sexual. Apenas 47 alunos se manifestaram contrários a idéia, o que precedeu a implantação da temática em sua escola em 1967 enfrentando as resistências e preconceitos de sua época⁽⁸⁾.

Posteriormente, na década de 70 grupos organizados como o movimento feminista e o movimento gay foram os primeiros grupos a iniciar um debate mais amplo sobre sexualidade no Brasil. Já na década de 1980 com o aparecimento da AIDS inicia-se um novo processo de conscientização e cuidados voltados à prevenção⁽⁸⁾.

Os desafios que esses grupos organizados corajosamente enfrentaram acabaram por lançar na sociedade a idéia de que educar e não se omitir são ações mais apropriadas para se ter uma vida com mais qualidade, e menos preconceitos e tabus.

Os programas de Orientação Sexual começaram a ser implantados nas escolas municipais de São Paulo em 1989, sendo pioneiro o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) sob a coordenação de Antonio Carlos Egypto a convite do então secretário de educação professor Paulo Freire, cujos

objetivos foram oferecer aos professores uma bagagem teórica sobre a sexualidade e aos alunos, transmitir informações para possibilitar a transformação do comportamento sexual. Os resultados foram publicados em um livro compartilhando as experiências vividas durante o programa, com reedição uma década mais tarde⁽⁹⁾.

Ainda neste sentido, outras organizações não-governamentais uniram-se ao GTPOS, como a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e o grupo de Estudos e Comunicação em Sexualidade (ECOS) e colaboração dos membros do Fórum Nacional de Educação e Sexualidade no ano de sua primeira publicação (1994) na organização de um Guia de Orientação Sexual com o objetivo de discutir e ampliar o espaço em defesa do direito de toda criança e adolescente a receber Orientação Sexual⁽¹⁰⁾.

Dando seqüência a estas ações, o Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁽¹¹⁾ criou em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servindo de material de reflexão para a prática de professores. Mesmo apontando um conjunto de conteúdos e objetivos para as diversas disciplinas, os Parâmetros Curriculares Nacionais não são uma diretriz obrigatória. Suas propostas devem ser adaptadas à realidade de cada comunidade escolar, servindo como eixo norteador para revisão ou elaboração de propostas curriculares próprias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem em seu texto cinco temas transversais, que compõem suas diretrizes voltadas ao ensino fundamental e médio, escolhidos em função das urgências que a sociedade brasileira apresenta, dadas as grandes dimensões do Brasil e as diversas realidades que o compõem.

Os temas transversais constituem-se da Ética, que diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas; Pluralidade Cultural, pois para viver democraticamente

em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem e Meio Ambiente, pois o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas (relações sociais, econômicas e culturais) também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental.

Os dois últimos temas transversais, objetos de interesse deste estudo, são a Saúde e a Orientação Sexual. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais. Mas a explicitação da educação para a saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

1.2 A Orientação Sexual no contexto escolar

O processo, contínuo e gradativo, do desenvolvimento da sexualidade inicia-se desde o nascimento, pois as crianças apresentam *atividades auto-eróticas*⁽¹²⁾ que vão desde a sucção à masturbação. Porém, depois de longos anos de latência, haveria então um ressurgimento da genitalidade, culminando na adolescência onde são vivenciadas grandes transformações no corpo e na mente de cada indivíduo.

Fisicamente, o adolescente está sob intensas transformações, estimuladas pela ação hormonal, característica da puberdade, as quais propiciam uma série de eventos psicológicos que culminam na aquisição de sua identidade sexual⁽¹³⁾. Desta forma, as mudanças corporais e a sexualidade, são, sobretudo, elementos

estruturadores da identidade do adolescente.

Ao final desta transformação, os indivíduos estão aptos para a reprodução, entretanto, a grande maioria não desenvolveu as habilidades emocionais necessárias para isso ⁽¹⁴⁾, o que expõe o adolescente a muitos riscos físicos, psíquicos e sociais.

Dentre as vulnerabilidades da adolescência moderna, podemos citar o desenvolvimento sexual como um tema de extrema importância para nossa atenção e estudo, com vista aos problemas visíveis que este assunto tem levantado, como a gravidez precoce e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DST), do vírus da imunodeficiência humana (HIV), hoje tão explorados pelos meios de comunicação em massa e pelas instituições sociais.

A gravidez na adolescência tornou-se um problema de saúde pública, devido aos efeitos adversos na saúde materno-infantil. Dados mostram que complicações relacionadas à gravidez estão entre as principais causas de morte de mulheres entre os 15 e 19 anos de idade. Soma-se, ainda, a contribuição para a perpetuação da pobreza, à medida que a gravidez se torna razão para a evasão escolar, que, conseqüentemente, piora a qualificação profissional e a tendência a proles numerosas criando um ciclo de manutenção da pobreza ⁽¹⁵⁾.

Quanto às DST/AIDS, estima-se ainda que 10 milhões de adolescentes vivem hoje com o HIV ou estão propensos a desenvolver a AIDS entre os próximos três ou quinze anos ⁽¹⁶⁾.

No sentido de acolher e educar o indivíduo, revela-se importante a Educação Sexual fornecida desde o nascimento pela família. A Educação Sexual corresponde ao processo de aprendizagem sobre sexualidade de maneira informal e ao longo do

ciclo vital ⁽¹⁷⁾, sendo uma competência da família, oferecida desde o nascimento da criança.

Mas esta instituição nem sempre consegue cumprir satisfatoriamente sua função e acaba transferindo-a a outra instituição, onde seu filho passará grande parte de sua vida: a escola. Mas a escola e a família têm papéis diferentes e complementares, uma não substitui a outra ⁽¹⁸⁾.

A escola completa o que é iniciado no lar, aprofundando as informações oferecidas pela família e estimulando a discussão e a reflexão dos alunos, o que se acredita colaborar para a formação de conceitos que atuem em favor do indivíduo em seu comportamento sexual.

Neste sentido, o Ministério da Saúde (MS) ⁽¹⁶⁾, no documento "Sexualidade, prevenção das DST/AIDS e uso indevido de Drogas", traz em suas diretrizes :

"1- o direito à vivência responsável da sexualidade é fundamental à qualidade de vida de crianças e adolescentes; 2- as crianças e adolescentes têm direito a orientação sexual, promovida pelos sistemas formal e informal de ensino, e ao acesso a ações e serviços de saúde específicos; 3- a orientação sexual deve ser entendida como um processo de intervenção que contempla aspectos psico-afetivos, biológicos e sócio-culturais. Toda proposta de orientação sexual deve ter como objetivo a promoção da igualdade e do respeito aos gêneros masculino e feminino, às etnias, às classes sociais e à orientação sexual".

A sexualidade é algo que se constrói e se aprende, e a escola mostra-se como uma instituição participante deste processo, pelo convívio entre sujeitos e entre esses e seus mestres por grande parte da vida. A escola se insere na vida dos indivíduos desde a mais tenra idade, propiciando o desenvolvimento da sexualidade

num processo crescente e evolutivo, sob sua influência adestradora, normalizando a vida do indivíduo e, conseqüentemente, de todo o corpo social, construindo o cidadão de acordo com padrões socialmente construídos.

A Orientação Sexual, que na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola.

Essas questões devem ser trabalhadas de forma contínua e integradas, uma vez que seu estudo remete à necessidade de se recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber. Diante disso, as mesmas são integradas ao currículo por meio do que se chama de transversalidade.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e a realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade), assim como as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Por sua vez, a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, mas questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

Ambas, transversalidade e interdisciplinaridade apontam à complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Em contrapartida, diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito, principalmente, à dimensão da didática.

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos temas transversais, entre eles, a Orientação Sexual, expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade, tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida.

A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando, assim, o aprender apenas pela necessidade escolar.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que os Parâmetros Curriculares Nacionais dão autonomia aos próprios estabelecimentos de ensino para decidirem a forma de abordar a Orientação Sexual. Mas, de que forma a escola tem usufruído desta autonomia? Como a sexualidade tem sido tratada na escola?

No que se refere à sexualidade, a nossa escola é herdeira da *scientia sexualis*, e a psicanálise, foi em parte, responsável pelo fato de se levantar na escola, o tabu sobre o sexo e de se dar à criança informações sobre a sexualidade, pela afirmação de que a criança tem direito à verdade. Entretanto, a informação sobre o sexo destinada à criança, por meio dos manuais de educação sexual, se apóia na fisiologia do aparelho genital, e não no prazer do exercício da sexualidade⁽⁷⁾.

A literatura aponta que a inserção de novas práticas em Orientação Sexual tem sido muito difícil, e muitas vezes a escola deixa de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma contínua, devido, principalmente, à carência de recursos materiais e de docentes capacitados previamente para a função⁽¹⁹⁻²³⁾.

Encontramos aqui o grande agente na interação da Orientação Sexual na escola: o professor. O professor é um multiplicador de informações e uma influência na formação de conceitos e atitudes de seus alunos. Mas, este agente da educação, encontra-se preparado para esta função?

Estudos mostram que os professores sentem-se despreparados para abordar o tema em sala de aula^(17,20,24,25), e esta realidade tem sua base na formação básica do professor, onde ele não recebe orientações suficientes sobre a sexualidade⁽²⁵⁾, e principalmente a didática indicada para sua abordagem. A sexualidade não se trata de um tema apresentado nos livros como um manual a ser seguido, mas exige do educador muito mais conhecimento e habilidade para discutir esses assuntos do que

muitas disciplinas do conteúdo curricular.

Assim, este professor, um dia aluno também, tem grandes chances de reproduzir em seus alunos, ainda que de forma inconsciente, a mesma forma de adestramento a qual um dia ele foi submetido.

Os professores foram treinados no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, carregando a noção de que há uma separação entre o corpo e a mente. Assim, entram na sala de aula para ensinar, como se apenas a mente estivesse presente, o corpo não. Chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e de negação que tem sido passado pelos antecessores na profissão docente ⁽²⁶⁾.

Os professores deveriam estar preparados para polemizar, lidar com valores, tabus e preconceitos ⁽¹⁰⁾, mas continuam sem subsídios adequados para trabalhar essas questões e acabam dando a elas enfoque totalmente biológico, com a função de se preservar frente aos alunos, com relação aos seus próprios questionamentos, receios e ansiedades ⁽²⁴⁾.

Considerando a Orientação Sexual como fator essencial ao desenvolvimento saudável da sexualidade, especialmente na adolescência, tendo a escola como cenário propício para este trabalho e o professor como peça chave para sua execução, levantam-se dois importantes questionamentos: Quando começar a Orientação Sexual na escola e Como ela deve ser realizada, para que alcance os seus objetivos.

2. OBJETIVOS

2. OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivos:

- Identificar o conhecimento e a prática dos professores em relação à Orientação Sexual na escola;
- Conhecer a opinião dos professores sobre o momento (Quando) e a maneira (Como) de iniciar as atividades de Orientação Sexual na escola.

3. CASUÍSTICA

3. CASUÍSTICA

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritivo-exploratório ^(27,28). O estudo descritivo pretende descrever as características de determinada população ou fatos e fenômenos de determinada realidade. Promove um delineamento da realidade uma vez que esta descreve, registra, analisa e interpreta a natureza atual ou processos os dos fenômenos. O enfoque deste método incide sobre as condições dominantes da realidade, ou como uma pessoa, grupo ou coisa se conduz ou funciona no presente, empregando para este fim a comparação e o contraste. Na resolução de problemas, informa as condições atuais, necessidades e como alcançar resultados ^(28,30,31).

3.2 Local e Período do Estudo

O estudo foi realizado entre os meses de setembro e outubro de 2007, em quatro escolas estaduais de ensino fundamental e médio, situadas na região de Santo Eduardo, município de Embu, estado de São Paulo. Estas escolas possuem um quadro de 6.642 alunos moradores dos bairros de Jardim da Luz, Santo Eduardo, Jardim Irene, Santa Emília e Jardim das Rosas todos pertencentes ao município citado.

O Embu compõe a Sub-Região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), caracterizada por pequena concentração industrial, baixo potencial de crescimento econômico e amplas áreas de proteção de mananciais. O município é uma Estância Turística, 100% urbanizada; com uma população estimada em 244.642 habitantes. A população de faixa etária de zero a 19 anos é responsável por 38,1% do total, e o índice de mães adolescentes é de 7,55%. A população de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo é de 29,89% e a média dos anos de estudo da população de 15 a 64 anos é de 6,5 anos ⁽³²⁾.

É uma área bastante afetada pelos altos índices de desemprego, violência e exclusão social, refletidos nos elevados índices de mortalidade por causas externas, sobretudo homicídios, em adolescentes e adultos jovens (217,46 por 100.000 habitantes ^(32,33)). Quanto a rede de saúde do Município está constituída por sete unidades básicas de saúde (UBS), cinco centros de atenção à saúde da família

(CASF), dois prontos-socorros (PS) com alguns leitos de curta permanência, uma maternidade municipal para partos de gestantes de médio e baixo risco e um centro de apoio psicossocial (CAPS). Conta ainda com o Hospital Pirajussara, com 278 leitos que passou a constituir na principal referência de especialidades clínicas e cirúrgicas para os municípios da área de abrangência⁽³⁴⁾.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) atua no sistema local de saúde desde 1970, por meio do Programa de Integração Docente-Assistencial do Embu (PIDA-Embu), com representação no conselho Municipal de Saúde e parcerias com a comunidade local.

O Pida-Embu/Unifesp, a partir de sua história e de seus objetivos, é concebido como um grande programa de extensão universitária, onde extensão é concebida como "um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade" ⁽³⁵⁾ e deve ser realizada, considerando o compromisso social da universidade como instituição pública empenhada no equacionamento das questões que afligem a maioria da população, preferencialmente em articulação com as administrações públicas.

O Programa se estrutura dentro da perspectiva da indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa, e tem como objetivos: atuação da universidade num Sistema Local de Saúde, de forma articulada ao poder local e à comunidade, na gestão, na execução e na avaliação de ações de saúde, segundo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde: a universalidade na atenção, a equidade, a integralidade, a regionalização dos serviços de saúde e o controle social; proporcionar ao estudante da área da saúde uma atuação num Sistema Local de Saúde, capacitando-o para o desenvolvimento de atividades assistenciais nos diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde; proporcionar ao aluno da área da saúde uma atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar; desenvolver programas de educação permanente para os profissionais da área da saúde; desenvolver pesquisas junto aos serviços que possam reverter em novas práticas de ensino e assistência. Neste sentido, integram o programa os departamentos/disciplinas: Psiquiatria, Obstetrícia, Enfermagem, Distúrbios da Comunicação Humana (Fonoaudiologia) e Ortóptica- atual Tecnologia Oftálmica⁽³⁴⁾.

Em 2002, foi implantado o Programa Escola Promotora de Saúde, com três

princípios básicos: educação para saúde com enfoque integral; criação de entornos saudáveis e provisão de serviços de saúde. O Programa foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e está incluído no Plano Municipal de Saúde. O sistema de referência e contra-referência entre escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS) foi reorganizado. Houve a regionalização das 108 unidades escolares (estaduais, municipais e conveniadas com a Prefeitura) para as nove UBS's do Município, contribuindo para o aperfeiçoamento da atenção integral à saúde da criança e do adolescente.

É neste contexto que se desenvolve o projeto de Extensão Universitária "Corporalidade e Promoção da Saúde".

Este projeto está vinculado ao Grupo de Estudos sobre Corporalidade e Promoção da Saúde (Gecopros), que com o passar do tempo, caracterizou-se por um conjunto de atividades que engloba a problemática das questões da adolescência. Seu campo de atuação é a promoção da saúde, com ênfase nas questões do corpo adolescente (desenvolvimento e mudanças corporais, imagem corporal e auto-estima, sexualidade, comportamento sexual, saúde sexual, relações interpessoais, corpo social, ações preventivas, abuso sexual), e visa catalisar discussões e reflexões críticas sobre esse universo.

O projeto direciona-se principalmente à população de adolescentes entre 10 e 20 anos de idade que freqüentam quatro escolas públicas de ensino fundamental e médio da região de Santo Eduardo no município de Embu. Desenvolve-se por meio de atividades como: oficinas de Orientação Sexual, curso para formação de multiplicadores em Orientação Sexual, oficinas de autoconhecimento e prevenção do câncer de mama e aplicação do jogo "Sexgame". Os professores do período matutino, horário em que o projeto é realizado, participam juntamente com os alunos das atividades realizadas.

3.3 Sujeitos do Estudo

Os sujeitos desta pesquisa constituíram-se de 130 professores de ambos os sexos, pertencentes ao quadro docente do ano letivo de 2007 das quatro escolas públicas do município de Embu.

A população de professores nestas instituições de ensino totalizam 250, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Nesta pesquisa, porém, como princípio de inclusão, envolveu somente os professores do período matutino, os quais participam

juntamente com seus alunos das atividades do projeto de Extensão Universitária “Corporalidade e Promoção da Saúde”, somando 130 docentes, cuja totalidade constituiu os sujeitos da pesquisa.

3.4 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados

O primeiro contato da pesquisadora com as escolas se deu com os diretores de cada instituição, individualmente e por intermédio do responsável pelo projeto de Extensão Universitária “Corporalidade e Promoção da Saúde”, onde fez sua apresentação pessoal e da pesquisa, solicitando a permissão dos mesmos para o contato com os professores. Cada diretor indicou o coordenador pedagógico responsável pelo período matutino, no qual seria realizada a coleta de dados. Após a apresentação aos coordenadores pedagógicos, os mesmos demonstraram o quadro geral de professores, bem como um breve perfil destes.

Foi também apresentado o cronograma semanal de reunião dos professores e o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), espaço onde os professores recebem informações da secretaria de ensino sobre eventos, programas, treinamentos e atualizações referentes ao trabalho com os alunos. Cada escola define os dias e horários dos HTPC e os professores se encaixam conforme sua disponibilidade e carga horária de aulas. É uma atividade obrigatória para o professor, o que assegura a difusão das informações e a constante atualização dos mesmos referentes às atividades locais e municipais de educação. O HTPC é sempre realizado na sala dos professores de cada escola, dirigido pelo coordenador pedagógico daquele período ou ainda com o diretor da escola, dependendo do assunto a ser tratado. Diante da autorização de ambos, a pesquisadora começou a freqüentar esses espaços para promover uma aproximação com os professores, iniciando com uma apresentação pessoal e da pesquisa, e posteriormente solicitando a participação dos professores na mesma, por meio do preenchimento do questionário e da participação nas sessões de Grupo Focal. Assim, a coleta de dados foi realizada em dois momentos, relatados a seguir.

3.4.1 Primeiro Momento

O primeiro momento de coleta dos dados deu-se por meio da aplicação de um questionário (Anexo A) semi-estruturado, com 35 perguntas, sendo 20 com respostas objetivas de múltipla escolha e 15 com respostas subjetivas.

As questões foram divididas em três grupos: a Parte I continha informações sócio-econômicas referentes a sexo, idade, estado civil, renda familiar e religião, e ainda informações sobre a formação do professor, tempo de profissão e disciplina que ministra. A Parte II trazia sua opinião quanto à orientação sexual na escola, bem como seu preparo para exercê-la. A Parte III finaliza o instrumento com questões a respeito da sua experiência prática com adolescentes e com a orientação sexual em sala de aula.

Os questionários foram respondidos pela totalidade dos professores do período matutino nas quatro escolas, perfazendo o total de 130 professores, sendo 83 do sexo feminino e 47 do sexo masculino. Após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do questionário, os mesmos foram recolhidos, e realizou-se o convite para o segundo momento da coleta de dados.

3.4.2 Segundo Momento

No segundo momento utilizou-se como instrumento de coleta de dados o Grupo Focal, que é considerado uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. Como instrumento a técnica de Grupo Focal pode ser usada também na pesquisa quantitativa, que se fundamenta na frequência de aparição de certos elementos da mensagem⁽³⁶⁾.

Para Bardin ⁽³⁷⁾, “as abordagens quantitativa e qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação)”.

O principal objetivo da técnica de Grupo Focal consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão em foco, apresenta tópicos específicos e diretivos ⁽³¹⁾. Para conduzir o Grupo Focal foi

utilizado um roteiro com quatro questões norteadoras da investigação (Anexo B), as quais se basearam nos objetivos deste estudo, sendo elas: “Qual é a importância da Orientação Sexual na escola?”, “Quando se deve começar a ensinar os alunos sobre sexualidade?”, “Quais assuntos devem ser falados na escola?” e “De que maneira esses assuntos devem ser abordados?”.

Foram realizadas quatro sessões de Grupo Focal, sendo uma em cada escola participante do estudo. A maioria dos temas se repetiu nos encontros, o que sugere que esta abordagem permitiu o esgotamento do assunto. Autores mostram que um a dois encontros com cada grupo parecem atingir o objetivo⁽³⁹⁾, até que a informação obtida deixe de ser nova⁽⁴⁰⁾. É comum utilizar como procedimento a realização de três ou quatro grupos, e então verificar a quantidade e o nível de informações obtidas para a questão em estudo. Se as informações forem consideradas suficientes, se julga muito provável que novas idéias não aparecerão em novo grupos⁽⁴¹⁾.

Cada sessão de Grupo Focal foi realizada por um moderador, sendo ele a própria pesquisadora, e o responsável pelo início da sessão, pela motivação dos participantes, pelo desenvolvimento e pela conclusão dos debates. A pesquisadora realizou também a anotação das falas, nominando-as, associando-as aos motivos que as incitaram e enfatizando as idéias nelas contidas, além de registrar a linguagem não verbal dos participantes⁽³⁶⁾.

Quanto à escolha dos participantes, segundo Gatti⁽⁴¹⁾ eles devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas. Para tanto, se obedeceu aos mesmos critérios do primeiro instrumento utilizado para a coleta de dados: ser professor, do sexo masculino ou feminino, independente da disciplina ministrada, trabalhar no período da manhã, onde são realizadas as atividades do projeto “Corporalidade e Promoção da Saúde”. Os professores foram convidados com antecedência e devidamente esclarecidos sobre o tema da discussão bem como sobre os objetivos da pesquisa, e participaram das sessões aqueles que se disponibilizaram para as mesmas. Fizeram parte dos Grupos Focais, oito professores em cada sessão, conforme indicado na literatura, a saber, entre 4 e 12 participantes e entre 6 a 12 sujeitos⁽⁴¹⁻⁴³⁾, totalizando, nas 4 sessões, 32 sujeitos 25 do sexo feminino e 7 do sexo masculino.

As sessões de Grupo Focal foram realizadas também no horário do HTPC,

em uma sala destinada à realização de reuniões e/ou estudos em cada escola, com portas fechadas na tentativa de minimizar os ruídos e facilitar a captação das falas sem muita interferência. Os participantes foram organizados em forma circular nesses espaços, a fim de facilitar a integração entre os mesmos e o moderador^(40,41).

Antes do início da sessão foi criado um ambiente de cordialidade, com uma reapresentação do professor e dos objetivos da pesquisa, bem como uma apresentação de cada sujeito e da disciplina que ele ministrava. Cada participante ganhou um crachá com uma nova identificação feita por um número que deveria ser erguido no momento da fala para facilitar as anotações do moderador durante a sessão. Foi explicado ainda o uso dos gravadores para registro das discussões, as quais seriam posteriormente transcritas e categorizadas no corpo da pesquisa. Foi, ainda, garantido o sigilo na identificação das informações fornecidas às quais seriam somente acessadas pelo pesquisador, e destacada a importância da participação de todos de maneira espontânea e sincera.

Quanto à duração, cada sessão de Grupo Focal teve 60 minutos conforme indicado pela literatura^(36,38,40,42), sendo que o debate de cada questão norteadora durou, em média, 15 minutos. A transição de uma questão-chave para outra foi feita de maneira sutil procurando seguir o rumo natural das discussões. Ao final da sessão, foi concedido espaço para possíveis pontos não abordados que os professores julgassem importantes, bem como feitos os agradecimentos pela participação de todos e acrescentando que futuramente serão informados sobre o andamento da pesquisa.

3.5 Análise dos Dados

Na pesquisa descritiva, os dados devem ser analisados e interpretados, podendo ser quantitativos, expressos mediante símbolos numéricos, ou qualitativos, utilizando-se de palavras para descrever o fenômeno⁽³⁰⁾. Nesta pesquisa, optou-se pelas duas formas de análise.

A análise dos dados obtidos com o questionário foi baseada em estatística descritiva, considerando basicamente os dados absolutos como distribuição de frequência, medidas de tendência central e distribuição normal. Estes dados foram organizados em planilha eletrônica após a devida codificação. A apresentação dos resultados foi expressa por meio de tabelas com o valor total e a porcentagem correspondente.

Os dados obtidos com o grupo focal foram organizados por meio da transcrição das gravações após audição repetidas vezes das falas registradas, para agrupamento de alguns aspectos das opiniões expressas, em função dos sentidos percebidos.

Esses dados foram analisados por meio do método de Análise de Conteúdo, que foi configurado em detalhes em relação à técnica de seu emprego e também em seus princípios, e em seus conceitos fundamentais por Bardin, em Paris, em 1977.

Para Bardin⁽³⁷⁾, análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores, qualitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Trata-se de uma forma de categorização de dados verbais ou comportamentais, sendo o objeto da análise as mensagens contidas nas comunicações orais ou escritas.

Dentre as técnicas de análise de conteúdos existentes, foi empregada a de análise temática, na qual procuramos situar o que é dito pelos sujeitos em seu contexto, buscando descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Dessa maneira, nessa modalidade, utilizamos a frequência dos temas emergentes e da importância e sentido a eles atribuídos pelos sujeitos da pesquisa, guiados pelos objetivos da pesquisadora. A seguir, estabelecemos categorias construídas em decorrência dos temas que surgiram nos discursos⁽³⁷⁾.

Ainda segundo o autor, a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos. As categorias são rúbricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. A categorização tem como primeiro objetivo, fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são efetuadas a partir do material reconstruído.

Neste sentido, a análise quantitativa do material se deu por uma descrição numérica de como determinadas categorias explicativas aparecem nas discussões

(31). Nesta pesquisa, o critério de categorização usado foi o Semântico.

Em grande parte das investigações, qualquer que seja o tema explicitado, o mesmo passa a ter mais importância para a análise dos dados quanto mais freqüentemente for mencionado. Para tal deve-se recorrer a uma análise quantitativa sistemática, a fim de que seja possível identificar a freqüência relativa ou absoluta do tema escolhido e a proporcionalidade de sua menção em relação a outros temas igualmente presentes⁽⁴⁴⁾.

As categorias para as quais se buscarão tipos e freqüências de menção podem ser estabelecidas nos tópicos do roteiro elaborado para orientar o trabalho dos grupos⁽⁴¹⁾. Portanto, com base no roteiro utilizado nos sessões de Grupo Focal, o qual teve por base os objetivos deste estudo, foram criadas quatro categorias, sendo elas: *Importância da Orientação Sexual na escola; Abordagem da Orientação Sexual na escola; Idade para começar a Orientação Sexual na escola e Assuntos a serem abordados na Orientação Sexual na escola*. Depois de repetidas leituras do material e categorias criadas a partir dele, sentimos a necessidade de criar mais uma categoria: *Participação da família na Orientação Sexual*, devido à sua representatividade e alta freqüência nas falas dos professores, sujeitos da pesquisa.

Estas categorias, bem como as subcategorias e suas unidades de registros, foram apresentadas em quadros juntamente com sua freqüência no material coletado.

3.6 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, sob o número 0299/07 (Anexo C)

Uma vez obtida a aprovação para realização da pesquisa os professores foram orientados e aceitaram participar da mesma. Desta forma, confirmamos que todos os procedimentos metodológicos obedeceram os padrões estabelecidos pela Resolução 196/ 96⁽⁴⁵⁾, que trata das Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

Assim, foi oferecido a cada participante deste estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), antes da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, garantindo-se a participação voluntária, sem prejuízo ao entrevistado, o anonimato e o sigilo quanto às informações concedidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização Sócio-Demográfica

A população deste estudo foi constituída por 130 professores, sendo 83 do sexo feminino e 47 do sexo masculino. As variáveis relativas à caracterização sócio-demográfica estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição da população de professores, segundo a caracterização sócio-demográfica. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Estado Civil		
Solteiro	58	44,7
Casado	60	46,1
Separado	07	5,4
Divorciado	03	2,3
Viúvo	02	1,5
Número de Filhos		
Nenhum	53	71
Um	21	16,1
Dois	26	20,0
Três	17	13,0
Quatro	12	9,2
Cinco	01	0,7
Filhos Adolescentes		
Não	104	80,0
Sim	26	20,0
Renda Familiar (Reais)		
De 1000 a 2000	46	35,4
De 2000 a 3000	21	16,1
De 3000 a 4000	10	7,7
Mais de 4000	05	3,8
Não respondeu	48	37,0
Religião		
Católicos	57	43,9
Evangélicos	34	26,1
Espíritas	03	2,3
Não respondeu	36	27,7

Uma das características marcantes da docência é ser uma profissão constituída predominantemente por mulheres, se tornando uma grande força, numa época em que a mulher vem exercendo um papel cada vez mais protagonista na

vida social, política e econômica das sociedades^(46,47).

Assim, a “feminização do magistério” ocorreu na medida em que as novas teorias psicológicas e pedagógicas passam a considerar o afeto como fundamental, e passam a considerar o amor como parte do ambiente facilitador da aprendizagem⁽⁴⁸⁾.

Os professores deste estudo tinham entre 20 e 58 anos de idade (média de 35,6 anos), com tempo de formação entre 1 e 27 anos (média de 9,2 anos).

Quanto ao estado civil a população está dividida entre casados e solteiros, não tendo filhos em sua maior parte.

A renda familiar, que se concentra entre R\$ 1.000,00 a 2.000,00, mostra uma população de classe social C, que tem renda entre R\$ 1.036,00 e 2.149,00 (média de 1.370,00), segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA⁽⁴⁹⁾, o índice oficial do governo Federal para medição de metas inflacionárias. Porém, este dado pode não ser totalmente representativo, pois uma grande parcela dos professores não respondeu a questão.

Estes sujeitos são provenientes dos municípios do Embu, Taboão da Serra, Itapecerica da Serra e São Paulo.

E quanto à religião, a católica obteve maior freqüência, porém, grande número de professores também não respondeu a questão.

Quanto à formação profissional dos sujeitos deste estudo, em sua maior parte se deteve somente a graduação, sendo as maiores porcentagens de professores de português e matemática, mas, tendo representantes de todas as disciplinas básicas do ensino fundamental e médio conforme apresentado na Tabela 2.

Uma parcela significativa da população já participou de treinamento em sexualidade, confirmando que apesar da maioria dos professores viverem com

freqüente diminuição de salário, desvalorização da profissão e uma progressiva deterioração das escolas, ainda assim, procuram cursos e conferências, para buscar respostas que não encontraram em sua formação inicial ou em sua prática atual⁽⁴⁰⁾.

Tabela 2. Distribuição da população de professores, segundo informações profissionais. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Professores por escola		
Escola 1	30	23,0
Escola 2	41	31,5
Escola 3	35	27,0
Escola 4	24	18,5
Nível de Formação		
Superior	108	83,0
Especialização	20	15,5
Mestrado	02	1,5
Doutorado	-	-
Carga Horária Diária		
Um período	39	30,0
Dois períodos	81	62,3
Três períodos	10	7,7
Disciplina Ministrada		
Português	26	16,1
Matemática	26	16,1
História	14	10,7
Geografia	12	9,2
Ciências	10	7,7
Inglês	08	6,2
Artes	08	6,2
Ed. Física	07	5,3
Física	06	4,7
Literatura	05	3,9
Química	05	3,8
Biologia	04	3,1
Filosofia	04	3,1
Ens. Fundamental	03	2,3
Sociologia	02	1,5
Já participou de treinamento em Orientação Sexual?		
Não	74	56,9
Sim	56	43,1

Ainda assim, a maior parte dos professores não tem treinamento para realizarem a orientação sexual na escola, e a grande maioria trabalha em dois períodos diariamente. Toda exaustão e sobrecarga na função de professores acabam acarretando falta de tempo e disposição em buscar atualizações, fazer pesquisa e, assim, buscar implementar a Orientação Sexual na escola, praticamente deixando-a de lado ou em segundo plano⁽²⁵⁾.

Conhecidas as características sociais e profissionais dos professores deste estudo, passaremos agora aos objetivos propostos, no que se refere à opinião dos professores quanto à orientação sexual.

4.2 Resultados do primeiro momento da Coleta de Dados

4.2.1 Opinião dos professores sobre a Orientação Sexual

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, a Orientação Sexual na escola é considerada importante para quase a totalidade dos professores deste estudo(127/97,6%), pois dentre as descobertas inerentes ao espaço escolar, está o sexo, percebido nas diferentes situações dos alunos no dia a dia. As percepções em relação ao sexo acontecem desde a infância e vão tomando forma e contexto, ganhando significado com o avançar da idade e amadurecimento dos sujeitos.

Portanto, a escola, tem como um dos seus papéis sociais, o dever de oferecer condições favoráveis para a descoberta do sexo e da sexualidade, bem como para sua relação nas diferentes situações vividas no ambiente escolar.

É responsabilidade de qualquer sistema escolar promover a educação integral da criança e do adolescente e, portanto, discutir a sexualidade, promovendo uma orientação sexual efetiva e eficaz^(24,50).

Tabela 3. Opinião dos professores sobre Orientação Sexual na escola. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Total	
	N	%
A Orientação Sexual na escola é importante?		
Sim	127	97,6
Não	03	2,4
Quem deve realizar a Orientação Sexual		
Pais e Professores	32	24,7
Pais	28	21,5
Profissionais de Saúde	21	16,1
Família e Escola	16	12,3
Pais, Professores e Profissionais de Saúde	10	7,7
Qualquer um que esteja preparado	10	7,7
Professores	09	6,9
Não respondeu	04	3,1
Em qual a idade deve-se iniciar a Orientação Sexual na escola		
Antes dos 6 anos	04	3,0
7 anos	28	21,4
8 anos	03	2,4
9 anos	03	2,4
10 anos	23	17,6
11 anos	08	6,1
12 anos	22	17,0
13 anos	02	1,5
14 anos	06	4,7
17 anos	04	3,1
18 anos	04	3,0
Quando perguntar	08	6,1
Não respondeu	15	11,6
Em qual momento deve se iniciar a Orientação Sexual		
Quando surgir o assunto	87	67,0
Num espaço específico periódico	13	10,0
No conteúdo disciplinar	10	7,7
Não respondeu	20	15,3

Nos três últimos séculos houve em torno do sexo uma verdadeira explosão discursiva⁽⁴⁾ com uma variedade de aparelhos inventados para se falar de sexo, para nos fazer falar, escutar, registrar, classificar o que dele se diz, mas, ao mesmo tempo, valorizando-o como segredo. Nesta explosão discursiva, sem dúvida, houve um refinamento do vocabulário utilizado, um controle das palavras para expressá-lo,

bem como foi definido quando e onde pode-se falar sobre ele e quem está habilitado a fazê-lo.

Entre estes aparelhos temos a escola, local em que os indivíduos passam grande parte da vida, onde se estabelecem grande parte das relações entre os mesmos. Como espaço de convivência e descobertas, a escola deve além de transmitir o conhecimento clássico, propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento de processos individuais e coletivos, relativos a essas descobertas. Deve, ainda, estimular esses encontros com o “eu” e com o “outro”, em condições saudáveis de interação.

A literatura atual aponta que os trabalhos bem sucedidos envolvendo a Orientação Sexual promovem crescimento no rendimento escolar, o aumento da solidariedade e o respeito pelo outro, além de diminuir a angústia causada pelo desconhecimento do tema e a manifestação da sexualidade em adolescentes, tais como posturas provocantes, que são canalizadas em momentos de reflexão, troca de idéias e experiências⁽²⁵⁾.

Confirmada a importância da Orientação Sexual na escola, foi questionado aos professores: quem deve realizar esta tarefa?

Os professores deste estudo (32 /24,7%) dividiram a responsabilidade da Orientação Sexual com os pais, apesar destes não estarem no ambiente escolar, mas fazendo uma referência à importância da participação da família neste processo.

Conforme já mencionado, a Educação Sexual corresponde ao processo de aprendizagem sobre sexualidade de maneira informal e ao longo do ciclo vital⁽¹⁷⁾, sendo uma competência da família, oferecida desde o nascimento da criança.

Em contrapartida, a Orientação Sexual é um processo de intervenção

sistemática na área da sexualidade humana e que se propõe a fornecer informações sobre a sexualidade e a organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre a importância da prevenção⁽³⁵⁾, favorecendo discussões sobre posturas, tabus, regras, valores, relacionamentos interpessoais e comportamentos sexuais⁽¹⁷⁾ e passando a uma outra esfera de competência: a social.

Entre as instituições sociais, a escola aparece como uma das mais significativas, pelo tempo que o indivíduo passa em seu contexto e pelas relações estabelecidas nesta convivência.

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias, inclusive no espaço escolar. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na idéia de que a sexualidade é um assunto para ser lidado apenas pela família⁽¹¹⁾.

Ao contrário, a escola deve dar continuidade ao trabalho de Orientação Sexual sem, contudo, substituir a família, porque a criança chega à escola com diversas inscrições sobre o sexo, tornando-se fundamental a interação família-escola, para que esta não se torne alvo da duplicidade de discursos e de atitudes, em seu processo educacional⁽⁵¹⁾.

Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa⁽¹¹⁾.

A questão da responsabilidade pela Orientação Sexual é uma problemática antiga, pois desde o século XVIII, se a família não estava dando conta da educação sexual das crianças, a escola aparecia como possibilidade, com atuação também de outros profissionais especializados.

Neste período, cabia aos médicos dar conselhos em relação à sexualidade às famílias, aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, e os projetos realizados pelos pedagogos eram submetidos às autoridades antes de serem aplicados. Os professores voltavam-se para os alunos fazendo-lhes recomendações e para eles redigiam livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais proliferava em torno do colegial e de seu sexo⁽⁴⁾.

Os profissionais de saúde sempre tiveram sua participação na Orientação Sexual. Ainda que conservadores em suas opiniões, estes profissionais em muito podem contribuir na Orientação Sexual realizada diretamente com os alunos, ou ainda mais, contribuindo na capacitação dos professores para a tarefa, por serem estes os que mantêm um vínculo maior com os alunos facilitando, o processo de ensino-aprendizagem da sexualidade.

Esses profissionais devem ser cuidadosos, pois, trazem consigo na maior parte das vezes, a vertente biológica da sexualidade, não abordando ou discutindo os assuntos subjetivos da temática, que também devem ser abordados no contato direto com o aluno, e/ou ainda na capacitação dos professores.

Assim, os professores acabam por se apropriarem do saber médico – ciência sexual, distanciando o aluno da apropriação da sexualidade, utilizando uma linguagem difícil na discussão da temática, entre outros métodos de distanciamento, no sentido de se protegerem.

Tal postura em relação à sexualidade abordada na escola, tem como pano de fundo nossa *scientia sexualis*, onde o sexo aparece como objeto de conhecimento produzindo uma verdade e um discurso científico sobre ele, cujo objetivo é a

dominação.

Para que a Orientação Sexual seja efetiva, faz-se necessárias ações precisas com a implementação de uma mentalidade social que mude o enfoque dado atualmente à sexualidade como um todo, e que respeitem as singularidades sócio-culturais de cada grupo. Isso requer participação integrada entre a família, a escola, a sociedade e as políticas educacionais e de saúde praticadas na atualidade.

Quanto à idade para começar a Orientação Sexual na escola, os professores indicaram 7 anos (28/21,4%), 10 anos (23/17,6%) e 12 anos (22/17,0%) como sendo adequadas, em porcentagens muito similares.

Atualmente, o Ministério da Educação e Cultura⁽⁵²⁾ redefiniu a grade escolar do ensino fundamental em 9 séries, realidade que está sendo absorvida pelas instituições de ensino do país. Esta reformulação ainda não havia sido absorvida nas escolas em questão por ocasião desta pesquisa, por esta razão, na apresentação e discussão dos resultados, foi usado o modelo antigo de divisão por séries as quais correspondem às respostas dos professores. Para maior esclarecimento do assunto, apresentamos no Quadro 1 o modelo atual e o modelo antigo da grade escolar e sua relação com a idade do aluno.

A 1ª série foi apontada pelos professores deste estudo como o período ideal para o início da Orientação Sexual, idade do ingresso da criança na escola, visto que a sexualidade está presente no indivíduo desde o nascimento até a morte, percorrendo um caminho evolutivo, com afirmação na adolescência.

Desde a infância, os indivíduos deveriam ser adequadamente informados sobre seu próprio corpo e suas manifestações, como condição para um desenvolvimento saudável, tanto físico, quanto emocional. Mas hoje, apesar de todo o reflexo da revolução sexual a partir da década de 1970, a sociedade ainda

mantém certos tabus, procurando, muitas vezes, esconder das crianças, as questões sexuais que elas demandam educacionalmente, ao invés de oferecer orientações de forma adequada e de acordo com o nível de complexidade de conhecimento de cada faixa etária.

Quadro 1. Relação da idade dos alunos com a grade escolar dos ensinos fundamental e medi, de acordo com os modelos atual e antigo.

Grade Escolar			
Ensino Fundamental I	Modelo atual	Modelo antigo	Idade
	1º ano	Pré-escola	6 anos
	2º ano	1ª série	7 anos
	3º ano	2ª série	8 anos
	4º ano	3ª série	9 anos
	5º ano	4ª série	10 anos
Ensino Fundamental II	6º ano	5ª série	11 anos
	7º ano	6ª série	12 anos
	8º ano	7ª série	13 anos
	9º ano	8ª série	14 anos
Ensino Médio	1º ano	1º ano	15 anos
	2º ano	2º ano	16 anos
	3º ano	3º ano	17 anos

Portanto, é positivo inserir no conteúdo escolar a Orientação Sexual desde a infância, pois tal fato favorece o crescimento e o desenvolvimento infantil saudável fazendo com que, à medida do possível, diminuam-se as situações libidinosas existentes entre crianças nesta faixa etária, em detrimento à falta de orientação relacionado às dificuldades enfrentadas nesta idade⁽²⁵⁾.

Os meios de comunicação em massa atualmente têm bombardeado nossa sociedade com informações referentes à sexualidade, permeadas de erotismo e pornografia, e estas alcançam os indivíduos desde muito cedo, sendo necessário, a partir de então, oferecer condições para a distorção de valores mal formados antes que interfiram no comportamental desses sujeitos nas etapas subseqüentes do seu desenvolvimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais⁽¹¹⁾ indicam que os trabalhos de Orientação Sexual nas séries iniciais do primeiro grau (1ª a 4ª séries), abordam as questões trazidas pelos alunos, que tendem a um caráter informativo e de esclarecimento sobre a sexualidade. A curiosidade gira em torno da tentativa de compreender o que é o relacionamento sexual, os mecanismos da concepção, da gravidez e do parto. Muitas vezes esta curiosidade se expressa de forma direta, e outras vezes surge encoberta em brincadeiras erotizadas, piadas, expressões verbais, músicas, etc.

Compete ao educador identificar essas manifestações como curiosidades acerca dos aspectos relacionados à sexualidade e intervir pontualmente, permitindo que as dúvidas possam ser colocadas e o assunto possa ser tratado de forma clara e direta. Essa intervenção deve esclarecer as dúvidas dos alunos e, se o tema for de interesse geral, o professor deve oferecer espaço para discussão e esclarecimento.

Para o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS)⁽¹⁸⁾, a Orientação Sexual deve começar quando a criança entra na escola e se desenvolver ao longo de toda a vida escolar. Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, esse trabalho deve ser transversalizado, com base na observação e na demanda das crianças, dispensando um espaço específico.

A partir da 5ª série, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização, pois nesta fase, os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível.

A partir da puberdade, os alunos já trazem questões mais polêmicas sobre a sexualidade e já apresentam necessidade e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, homossexualidade, virgindade entre outros^(11,17,18). Portanto,

da 5ª série em diante, a transversalidade não dispensa mais a existência de um espaço específico para trabalhar com a sexualidade.

Nesta fase da vida, os questionamentos vão aumentando, o que exige a discussão progressiva de temas polêmicos, que refletem as preocupações e ansiedades dos adolescentes, dizem respeito ao que eles vêem, lêem ou ouvem, despertando curiosidade. À medida que as dúvidas sobre o tema vão aumentando, deve-se melhorar o preparo do professor para lidar com essas questões, pois não se aterão mais às questões biológicas, mas envolverão questões psíquicas e relacionais.

A 7ª série foi a terceira indicação para o início da Orientação Sexual na escola. Essa indicação pode ter sido feita porque os temas relacionados ao corpo, reprodução e DST/AIDS são freqüentemente estudados no conteúdo de Ciências durante a 7ª série⁽²⁴⁾.

Postergar o início das atividades de Orientação Sexual na escola pode ter, ainda, por parte dos professores, a intenção de “proteger” o aluno de informações que ele não saiba lidar. Há a intenção de manter a inocência e a pureza das crianças, ainda que isso resulte, segundo Louro⁽⁵³⁾, no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais, ou ainda o que Foucault chama de mutismo, ou seja, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar.

Essa postergação do início da Orientação Sexual não indica que os alunos estejam “protegidos” de sua influência, pois sabemos que a escola não é a única e nem a principal fonte de informações que as crianças e os adolescentes dispõem hoje a respeito da sexualidade. Portanto, a escola, se posicionando ou não em relação ao assunto, o conhecimento deles está sendo construído dia a dia nas

diversas relações sociais e com apoio dos instrumentos de comunicação em massa.

Neste contexto, é importante ressaltar que a menarca, primeira menstruação, tem acontecido, média, aos 12 anos de idade⁽⁵⁴⁻⁵⁸⁾, e que se tem observado que o intervalo de tempo entre a ocorrência desta e a primeira relação sexual ou coitarca, está cada vez mais curto⁽⁵⁹⁾. Portanto, para que a Orientação Sexual alcance seu objetivo de prevenção, deve ser realizada antes desses fatos naturais, assegurando um comportamento sexual preventivo.

Assim, a tentativa de postergar o contato dos alunos com os temas de sexualidade, não resultar em seu desconhecimento sobre o assunto, mas, os exporá a informações distorcidas sobre sexualidade e, conseqüentemente, a riscos físicos, psíquicos e sociais de comportamentos inseguros. A escola perde a oportunidade de contribuir com a construção de um conhecimento saudável, com vistas à prevenção aos riscos inerentes ao exercício da sexualidade, antes que o indivíduo comece a exercitá-la plenamente.

Quanto ao momento para abordagem da sexualidade na escola, para a maioria dos professores deste estudo (87/67,0%), segue o princípio da espontaneidade, ou seja, quando surgir o assunto em sala de aula, trazido pelos próprios alunos.

Deve-se dar a devida importância ao que é trazido pelo aluno, independente da fase do desenvolvimento em que ele esteja ou do momento em que ele seja suscitado. A dúvida, expressa em pergunta ou em comportamento, traz uma inquietação que merece ser trazida à tona e trabalhada de maneira que atenda a necessidade do aluno.

É importante lembrar que qualquer trabalho, seja ele com crianças ou adolescentes, deve ser feito de modo contínuo e permanente. Deve ter a

característica de partir das dúvidas existentes nas crianças e nos adolescentes, acerca dos temas mais urgentes. Cada grupo tem suas particularidades e interesses^(21,50) e estes devem ser atendidos em suas especificidades, buscando sempre uma vinculação entre o conteúdo em discussão e a vida cotidiana do aluno.

Para tanto, deve ser usada uma metodologia participativo-construtivista, devendo-se sempre partir do conhecimento que o aluno já possui sobre o assunto e ir preenchendo as lacunas nas informações. A Orientação Sexual na escola não deve trazer respostas prontas, mas problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que cada um escolha seu próprio caminho⁽²¹⁾.

O professor deve, ainda, oferecer aos alunos as informações solicitadas por eles, sendo a transmissão de forma simples e clara, de acordo com a maturidade intelectual do educando⁽⁶⁰⁾, trabalhando as diferentes temáticas da sexualidade dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno⁽¹⁷⁾.

A questão da espontaneidade está muito ligada ao comportamento da criança e demanda do professor maior observação dessas manifestações nem sempre traduzidas em palavras, o que transcende um planejamento, exigindo do professor muito mais sensibilidade para abordá-las e preparo para discutí-las.

A espontaneidade para os assuntos relacionados com a sexualidade contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto que a não satisfação das curiosidades ou a sua repressão gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa do aluno⁽¹¹⁾.

A repressão, instrumento primário da Orientação Sexual⁽⁴⁶⁾, foi desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade.

Segundo Foucault⁽⁴⁾, as crianças eram consideradas sem sexo, uma boa razão para interditá-las, razão para proibí-las de falarem sobre o assunto, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão. Para ele, a repressão funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber.

Esta questão está intimamente ligada com a relação professor-aluno e o preparo pessoal do professor, tanto técnico quanto relacional, para lidar com as questões de sexualidade trazidas cotidianamente pelos seus alunos, não se esquivando das mesmas, ou decidindo quais delas devem ser atendidas, baseados na sua interpretação frente às necessidades do aluno.

O professor deve, no entanto, atender a demanda do aluno, assegurando-lhe em seu direito à informação e reflexão dos temas para construção do conhecimento, conceitos e valores que nortearão suas decisões e sua postura sexual, em compromisso com a sua cidadania.

Ainda em relação ao momento em que deve se dar a Orientação Sexual na escola, o espaço específico foi citado (por 13 docentes (10,0%) como uma segunda opção de abordagem da temática.

Em princípio, o trabalho de Orientação Sexual se dará dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo escolar, mas pode haver a necessidade de um espaço específico para a discussão mais aprofundada de certos conteúdos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais⁽¹¹⁾ afirmam que criar espaços para reflexão e debate dessas questões pode ajudar os jovens a passarem por essa fase

com menos angústias e turbulências, e as reconhecem como intervenções mais eficazes, uma vez que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas e de discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas preventivas. Complementam que a partir da 5ª série, além da transversalização, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Esse espaço pode ocorrer, por exemplo, na forma de uma hora-aula semanal para os alunos, dentro ou fora da grade já existente.

Os encontros poderão ter, inicialmente, frequência semanal, tornando-se quinzenal após um período e, no decorrer do programa, poderá vir a ser mensal. As variações de intervalo dependerão do grupo e do andamento deste⁽¹⁷⁾. Desta forma, por meio da aquisição de conhecimentos pode haver desde o esclarecimento das dúvidas até a transformação de concepções.

Como última opção indicada por 10 professores (7,7%) para o momento propício para a Orientação Sexual na escola, está sua abordagem no conteúdo disciplinar, o que está de acordo com outros achados na literatura^(17,61), que indicam a responsabilidade da Orientação Sexual como exclusiva dos professores de ciências. Essa afirmação se deve ao fato da disciplina já conter em seu conteúdo programático clássicos assuntos relacionados à sexualidade, ainda que somente em seu aspecto biológico.

Em tese, a proposta da disciplina de Ciências Naturais, é que ao ensinar sobre o corpo humano, incluam-se os principais órgãos e as funções do aparelho reprodutor masculino e do feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e das meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais. Dessa forma, o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a

serviço da compreensão da diferença de gênero e do respeito à diferença. A integração, a extensão e a profundidade do trabalho podem se dar em diferentes níveis, segundo o domínio do tema e/ou a prioridade que se eleja nas diferentes realidades locais. Isso se efetiva mediante a organização didática eleita pela escola⁽¹¹⁾.

Mas um aspecto importante a ser considerado nesta questão, é que, na maioria das vezes, o conteúdo programático se limita às questões biológicas da sexualidade humana, por não haver tempo ou preparo do professor para abordagem dos assuntos mais subjetivos ligados à sexualidade.

Apesar de perceberem a necessidade de adotar uma abertura para o tratamento das questões relativas à sexualidade, os professores continuam sem subsídios adequados para trabalhar essas questões, dando a elas o enfoque biológico que tem a função de preservar o educador frente aos alunos, com relação aos seus próprios questionamentos, receios e ansiedades⁽²⁴⁾.

Esta realidade ressalta, mais uma vez, a necessidade de preparo e capacitação de todos os professores que atuam na escola, para que se sintam aptos a abordarem a sexualidade dentro de suas disciplinas, sejam elas quais forem, não transferindo sua responsabilidade para outro professor ou profissional, mas realizando sua parte no processo de Orientação Sexual.

Confirmando os resultados desta pesquisa, a literatura aponta que a sexualidade pode ser tratada tanto nos conteúdos programáticos, num espaço específico para a temática, ou ainda como um tema transversal, permeando todas as disciplinas do currículo escolar^(10,62), onde cada disciplina trataria a temática por meio de sua própria proposta de trabalho.

A transversalidade, porém, implica na necessidade de não apenas dominar o

conteúdo programático da matéria pela qual o professor é responsável, mas também exige o conhecimento de outras disciplinas curriculares, além da habilidade para inserir temas transversais que fogem da especificidade que está habituado a lidar. O grande desafio é capacitar-se para desenvolver um trabalho eficaz e esclarecedor sobre a sexualidade na escola, fazendo-se necessária a preparação dos professores e tornando-os bem informados, prontos e conscientes da importância de sua atuação na área da sexualidade⁽²⁵⁾.

Diante desta necessidade, apresentaremos a seguir, a prática dos professores em relação à Orientação Sexual na escola.

4.2.2 Prática dos Professores na Orientação Sexual

Segundo os dados apresentados na Tabela 4, mais da metade da população estudada (72/55,3%), não se sente preparada para realizar a Orientação Sexual na escola, resultado que coincide com outros achados^(24,25,60), fato este que traz grande preocupação.

A Orientação Sexual na escola não é uma tarefa fácil, portanto, o preparo do professor é uma questão fundamental para garantir a sua efetividade. A sexualidade não se trata de um tema apresentado nos livros como um manual a ser seguido, mas exige do educador muito mais conhecimento e habilidade para discutir esses assuntos do que muitas disciplinas do conteúdo curricular.

A questão começa na formação básica do professor, onde ele não recebe orientações suficientes sobre a sexualidade⁽²⁵⁾, e principalmente a didática indicada para sua abordagem.

Tabela 4. Prática dos professores na Orientação Sexual na escola. Embu-SP, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Se sente preparado para Orientação Sexual		
Não	72	55,3
Sim	58	44,7
Aborda o tema sexualidade na sala de aula		
Sim	73	56,2
Não	57	43,8
Como aborda o tema		
Não respondeu	60	46,2
Quando surge o assunto	33	25,3
Dinâmicas e brincadeiras	18	13,9
Recursos áudio-visuais	11	8,5
No conteúdo programático	08	6,1
Assuntos que devem ser abordados na escola*		
Todos	53	40,7
DST/AIDS	56	43,0
Gravidez	34	26,1
Métodos contraceptivos	19	14,6
Relacionamento sexual	08	6,1
Drogas	08	6,1
Aborto	07	5,3
Preconceito	06	4,6
Valores/Responsabilidades	05	3,8
Interrelacionamento	04	3,0
Homossexualidade	02	1,5
Anatomia e fisiologia	02	1,5

*Legenda: *= a questão permitiu que cada professor assinalasse mais de uma alternativa.*

A escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação permanente de todos os envolvidos no processo educativo, e isso, com certeza, inclui o professor, peça chave nesse processo.

Para Freire⁽⁶³⁾ os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber, ao lado do educador, igualmente sujeito no

processo. A prática docente envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar. Porém, é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar as próximas práticas, pois é na prática do ir e vir (reflexão-ação) que se concretiza o pensar. Assumindo enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais o ato da postura crítica e da ação pedagógica como instrumento de libertação e mudança é que se faz a grande diferença ao lidar com a Orientação Sexual e, conseqüentemente, na promoção da saúde sexual e reprodutiva.

No contexto escolar, o professor é a peça central na Orientação Sexual, pois é ele quem convive diariamente com o aluno, quem percebe e acompanha seu desenvolvimento e capta suas necessidades. Por isso, os professores demandam instrumentalização para trabalhar estes temas no cotidiano escolar, discutindo a sexualidade em sala de aula^(25,64).

Uma questão interessante a ser considerada nos resultados desta pesquisa, é que apesar da maioria dos professores (72/55,3%) não se sentirem preparados para a Orientação Sexual na escola, quase a mesma percentagem (73/56,25) refere abordar os temas relacionados à sexualidade em sala de aula. Além disso, grande parte deles (60/46,2%) não mencionam a forma pela qual realizam a tarefa. Esse resultado suscita uma interrogação: como é realizada esta abordagem da sexualidade em sala de aula?

A espontaneidade, ou seja, a demanda trazida pelos alunos foi indicada como a forma mais usada para abordagem dos temas referentes à sexualidade pelos professores (33/25,3%).

De fato, as questões que as crianças e os adolescentes colocam, merecem atenção e respostas claras, verdadeiras e adaptadas às suas idades. O cotidiano da sala de aula revela questões que culminam com problemas relativos à

sexualidade⁽⁵⁰⁾, o que exige preparo do professor para aproveitar a oportunidade para discussão e reflexão das questões envolvidas.

Para Freire⁽⁶⁵⁾, o poder do professor está em sua capacidade de refletir criticamente sobre a realidade e transformá-la, pois a escola é o melhor espaço de diálogo, trocas, encontros e de uma postura crítica solidária.

Mas, os professores utilizam constantemente seus conhecimentos pessoais e um saber-fazer personalizado, baseando-se, muitas vezes, em sua própria experiência⁽²⁵⁾. Porém, o educador deve ter cuidado para não moralizar ou impor seus valores, mas sim contribuir para que as crianças e os adolescentes construam seus próprios valores, idéias e percepções sobre os temas.

O professor deve se policiar para não “adestrar” seus alunos com base em suas concepções do que venha a ser melhor para o aluno, regulando e criando padrões de comportamentos aceitáveis como sendo o que é certo e bom para o indivíduo e a sociedade, sem permitir ao aluno conhecer e escolher seu próprio caminho.

As dinâmicas e brincadeiras também foram citadas (18/13,9%) como forma de abordagem da sexualidade em sala de aula, bem como o uso de recursos áudio-visuais (11/8,5%), os quais têm grande importância no sentido de captar a atenção e facilitar a compreensão dos alunos.

Os materiais educativos devem auxiliar o aluno a pensar, possibilitando o desenvolvimento de sua imaginação e de sua capacidade de estabelecer analogias. Devem aproximar o aluno da realidade e auxiliá-lo a tirar dela o que contribui para sua aprendizagem⁽⁶⁶⁾, a fim de tornar o ensino mais concreto⁽⁶⁷⁾.

Esses materiais devem sempre servir para abrir a conversa, problematizar o tema, procurando antes levantar perguntas que dar respostas, não devendo trazer

por si só verdades a serem aceitas sem discussão, interesses e visão ideológica ao interpretá-los⁽²⁵⁾. Os materiais representam um meio para alcançar determinado objetivo e não devem ser utilizados como um fim em si mesmos⁽⁶⁶⁾.

É importante lembrar que esses materiais precisam ser adequados para cada faixa etária, pois a capacidade de compreender o conteúdo que cada um deles traz, está relacionada ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Com menor citação, mas de forma persistente, alguns professores (8/6,1%) reduzem a sexualidade apenas ao que é tratado no conteúdo disciplinar de ciências ou biologia. Esta questão nos remete a pensar que talvez o professor não se sinta preparado e/ou disposto a abordar a temática e transfira esta responsabilidade a outro, no caso, o professor de Ciências.

Cabe ressaltar, como já foi mencionado, que o conteúdo disciplinar, apesar de informativo, não é suficiente para suscitar reflexões que moldem concepções e comportamentos. O professor precisa transformar o aluno de ouvinte em ator, em uma relação estreita da teoria estudada com a prática cotidiana.

Em relação aos assuntos que devem ser abordados na escola, uma grande percentagem (53/40,7%) apontou que todos os assuntos relacionados à sexualidade devem ser discutidos no espaço escolar.

O assunto apontado como prioridade para discussão foram as DST/AIDS, seguidas da gravidez e dos métodos contraceptivos. São assuntos que fazem parte do nosso contexto social, pelos altos índices de gravidez na adolescência e contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis, veiculados diariamente pela mídia e demais meios de informação em massa.

As escolas trabalham questões biológicas, como aparelho reprodutivo, DST/AIDS, contracepção e gravidez, no conteúdo de Ciências Naturais ou Biologia,

com informações ou noções relativas à anatomia ou fisiologia do corpo humano. Mas essa abordagem normalmente não abraça as ansiedades e as curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão subjetiva da sexualidade, não tornando o saber científico aplicável à vida do aluno.

Por vezes o educador propõe uma sexualidade biologizada sem educar para o exercício da sexualidade, mas, acaba por fazer uma estrita relação entre a sexualidade e a reprodução⁽⁴⁶⁾.

Os assuntos a serem abordados na Orientação Sexual devem obedecer aos seguintes critérios: relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual; consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal; possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável. A partir desses critérios, os Parâmetros Curriculares Nacionais⁽¹¹⁾ organizam os conteúdos relacionados à sexualidade em três blocos ou eixos norteadores:

- a) Corpo: matriz da sexualidade, cuja abordagem deve ir além das informações sobre anatomia e fisiologia, pois o corpo é concebido como um todo integrado de sistemas interligados e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que considerar os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social.
- b) Relações de gênero: para desvendar e explicar as discriminações e os

preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania;

c) Prevenção das DST/AIDS: visando desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-o como algo ligado ao prazer e à vida, não acentuando a ligação entre sexualidade e doença ou morte. As informações sobre as DST devem ter sempre como foco a promoção da saúde e a adoção de condutas preventivas.

É certo que a escola constitui-se em espaço privilegiado para a abordagem de temas como da prevenção das DST/AIDS, de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada, e sobre a contracepção. O conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la.

Com a inclusão da Orientação Sexual na escola, a discussão de questões polêmicas e delicadas como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças e dos adolescentes na vivência de sua sexualidade atual e futura^(11,50).

Conhecedores das concepções e práticas dos professores quanto à Orientação Sexual na escola, passaremos agora a abordar a experiência deles com as questões práticas da sexualidade na vivência com os alunos.

4.2.3 Experiência dos professores quanto à sexualidade dos alunos

Segundo dados da Tabela 5, 70 professores (53,8%) consideram ruim o conhecimento de seus alunos sobre sexualidade. Mesmo que não tenham ainda um conhecimento estruturado sobre o assunto, com certeza há entre os alunos uma

imensa curiosidade pelo sexo, obstinados em questioná-los, insaciáveis a ouvi-lo e ouvir falar nele, prontos a inventar todos os anéis mágicos que possam forçar sua discrição. Como se fosse essencial poder tirar desse pequeno fragmento de nós mesmos, não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer⁽⁴⁾.

Diante desta constatação, podemos questionar: a quais fontes os adolescentes recorrem para satisfação dessas curiosidades e formação do conhecimento sobre sexualidade?

Os amigos, revistas e TV foram mencionados por 42 professores (32,3%) como principais fontes de conhecimento dos alunos a respeito da sexualidade, mas sabe-se que os amigos são a grande fonte de esclarecimentos de dúvidas dos adolescentes, inclusive as sexuais^(14,24,68,69). A mídia, nas suas múltiplas manifestações e com muita força, assume relevante papel como fonte de conhecimento, ajudando a moldar visões e comportamentos. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público, e muitas vezes moraliza e reforça preconceitos⁽¹¹⁾.

Completando o quadro de fontes de conhecimento sobre sexualidade, a escola e os professores também foram indicados (11/8,5%), ainda que em menor escala, dado que corrobora com outros estudos no assunto⁽⁷⁰⁻⁷³⁾.

Porém, a sexualidade deveria ser primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares, onde são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam, mas, neste estudo, os pais foram indicados (8/6,1%) como última opção de fonte de

conhecimento para o adolescente⁽⁶⁹⁾.

Tabela 5. Experiência dos professores a respeito da sexualidade dos alunos. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Considero o conhecimento dos meus alunos sobre sexualidade		
Ruim	70	53,8
Regular	57	43,9
Bom	03	2,3
Qual é a fonte do conhecimento deles sobre sexualidade		
Amigos, Revistas e TV	42	32,3
Amigos	28	21,6
Não respondeu	21	16,1
TV, Internet e Revistas	20	15,4
Escola/Professores	11	8,5
Amigos, Pais e Professores	08	6,1
A iniciação sexual tem começado mais cedo		
Sim	120	92,3
Não	10	7,7
Com quantos anos		
12 anos	35	27,0
10 anos	20	15,3
13 anos	19	14,7
11 anos	13	10,0
15 anos	05	3,9
14 anos	04	3,0
18 anos	02	1,5
Não respondeu	32	24,6
Eles têm usado algum método contraceptivo		
Sim	75	57,7
Não	55	42,3
Qual		
Camisinha	58	44,6
Pílula	18	13,8
Coito Interrompido	04	3,0
Não respondeu	50	38,6

Independente da forma que o aluno construiu seu conhecimento sobre a sexualidade, a Orientação Sexual oferecida na escola deve constatar as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais

instituições da sociedade, preenchendo as lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criando a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado.

Para os professores deste estudo, os adolescentes têm começado a vida sexual mais cedo, e apontam este início com mais freqüência aos 12 anos (35/27,0%) seguida dos 10 anos (20/15,3%), o que difere da literatura, que aponta a sexarca aos 15 anos⁽⁷⁴⁻⁷⁸⁾, porém com uma variação entre 10 a 19 anos⁽⁷⁸⁾, que abarca a faixa etária indicada pelos professores neste estudo.

O adolescente tem iniciado cada vez mais cedo a sua vida sexual, e quanto menor a idade, menor a chance de estar usando algum método contraceptivo, por serem menores as possibilidades de terem tido uma Orientação Sexual. Conseqüentemente, maior é a probabilidade das adolescentes ficarem grávidas logo nas primeiras relações.

Portanto, se os adolescentes têm começado a relacionar-se sexualmente mais cedo, logo, a Orientação Sexual deve anteceder este acontecimento, ou seja, antes dos 10 anos. Este quadro ressalta a necessidade de Orientação Sexual adequada aos púberes a aos pré-púberes como uma ação preventiva⁽¹⁵⁾.

A maioria dos professores (75/57,7%) considera que os adolescentes têm usado métodos contraceptivos em suas relações sexuais, e dentre estes, o mais usado seria a camisinha (58/44,6%), seguido da pílula (18/13,8%) o que está em acordo com outros achados^(76,79,80).

A literatura aponta a camisinha como o método contraceptivo mais usado pelos adolescentes^(77,781), porém, muitos deles tiveram a primeira relação sexual sem nenhuma proteção^(74,76,77).

Outros estudos mostram, ainda, que o uso da camisinha é mais freqüente nas

primeiras relações sexuais com o mesmo parceiro, tendendo a diminuir no desenrolar do relacionamento e vai sendo substituído pela pílula^(71-74,81), fato que dá um novo significado à relação, no sentido de expressar confiança na fidelidade do(a) parceiro(a). Esse dado requer especial atenção, devido ao fato da pílula oferecer proteção somente em relação à gravidez e não às DST, expondo os adolescentes à sua contaminação e transmissão.

Entre as justificativas para não uso camisinha estão o não planejamento da relação sexual, a interferência na sensibilidade no ato sexual, a dificuldade de diálogo com o parceiro e a falta de confiança no método^(71,73,74,76).

O uso do preservativo é o oposto da espontaneidade que se costuma atribuir ao sexo na juventude. Assim, o estímulo ao uso do preservativo deve incluir a dimensão do erotismo e da praticidade, não apenas o medo⁽⁷⁷⁾.

O uso da camisinha traz também a questão do poder de negociação quanto à sua utilização, pois a tendência da menina é ceder ao apelo sentimental do rapaz à não utilização do método, na intenção de manter o interesse do parceiro na relação^(71,74).

A pílula, indicada pelos professores como segundo método contraceptivo mais utilizado pelos adolescentes, também traz consigo a questão de que a gestão da contracepção continua a ser encargo feminino^(72,76,79), porém, muitas vezes, a adolescente não tem maturidade para assumir esta responsabilidade, o que a expõe a uma gravidez precoce.

Por vezes, ainda, o não uso ou o abandono dos métodos contraceptivos entre as adolescentes está relacionado ao desejo de engravidar^(73,74,77,82), tendo a gravidez como um projeto de vida, uma oportunidade de ascensão social, fato que requer intervenção em nível individual e coletivo.

A seguir, apresentaremos as questões de cunho pessoal do docente, como a sua reação frente às questões trazidas pelos seus alunos relativas à sexualidade.

4.2.4 Reação dos professores frente a situações trazidas pelos alunos

De forma geral, os professores se preocupam com as situações as quais foram questionados, e se envolvem nelas juntamente com seus alunos. Não é por menos que o professor é um personagem de grande importância no contexto escolar, pois é ele quem participa do dia a dia dos alunos e vivencia grande parte das situações com eles.

Tabela 6. Reação dos professores frente a situações trazidas pelos alunos. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Uma notícia de gravidez		
a. Me preocupo e me envolvo na situação	52	40,0
b. Me preocupo, mas não me envolvo na situação	11	8,5
c. Não me preocupo, é só mais um caso	05	3,8
d. Fico Chocado	24	18,5
e. Outros (especificar)*	38	29,2
Um resultado positivo para DST/AIDS		
a. Me preocupo e me envolvo na situação	51	39,2
b. Me preocupo, mas não me envolvo na situação	10	7,7
c. Não me preocupo, é só mais um caso	01	0,8
d. Fico Chocado	30	23,0
e. Outros (especificar)*	38	29,3
Uma revelação de homossexualidade		
a. Me preocupo e me envolvo na situação	37	28,4
b. Me preocupo, mas não me envolvo na situação	12	9,2
c. Não me preocupo, é só mais um caso	28	21,5
d. Fico Chocado	09	7,0
e. Outros (especificar)*	44	33,9
Uma intenção de praticar um aborto		
a. Me preocupo e me envolvo na situação	77	59,2
b. Me preocupo, mas não me envolvo na situação	05	3,9
c. Não me preocupo, é só mais um caso	03	2,3
d. Fico Chocado	16	12,3
e. Outros (especificar)*	29	22,3

Legenda: *= nenhum professor especificou.

Porém, algumas dessas situações ainda causam perplexidade nos docentes, pois se envolvem questões sérias, com grande impacto pessoal e coletivo, muitas vezes desconhecidos pelo próprio aluno.

Com relação à reação diante das situações abordadas, muitos professores assinalaram como resposta a opção, “outros”, que deveria ser especificada, porém, nenhum deles declarou qual seria esta reação.

Com relação à notícia de gravidez, os professores mostraram-se preocupados (52/40,0%) com a questão ao ponto de se envolverem na situação para ajudar os envolvidos. A gravidez na adolescência é um acontecimento que envolve não só o professor, mas todos os alunos da classe da gestante, pois envolve emoções e expectativas por parte de todos.

Apesar dos altos índices de gestação entre adolescentes, para muitos professores a notícia ainda causa espanto, deixando-os chocados (24/18,5%). Talvez esta reação se deva ao fato das conseqüências físicas e psicológicas que podem trazer à aluna, além da questão social envolvida, pois a gravidez é um motivo para evasão escolar, o que aumenta a probabilidade de persistirem as diferenças econômicas e sociais.

Semelhantemente, na notícia de uma DST/AIDS os professores mostram-se preocupados com a questão e se envolvem na situação para ajudar (51/39,2%), mas apresentou-se como motivo de choque para 30 professores.

Esse dado pode estar relacionado ao fato de que eles, muito mais que os próprios alunos, compreendem a gravidade da situação e os transtornos físicos, mentais e sociais que esta condição pode acarretar a curto, médio ou longo prazo.

Diferentemente da gravidez e das DST/AIDS, a notícia de homossexualidade traz outras reações. Em princípio, os professores (37/28,4%) se preocupam com a

situação, se envolvendo nela, mas, para uma expressiva parcela dos professores (28/21,5%) não é motivo de perplexidade, sendo considerado “só mais um caso”, por se tratar de um fato, de certa forma, comum atualmente no espaço escolar.

A escola é um espaço de tabus e preconceitos ligados a manifestações da sexualidade não tidas como “normais” pelas regras sociais. As coisas se complicam mais para aqueles que se percebem com interesses ou desejos distintos da atividade heterossexual, restando-lhes poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia⁽⁵³⁾.

Mas, conforme apresentado, a homossexualidade não causa mais perplexidade nos professores deste estudo. Este fato nos remete a um importante questionamento: será que estes professores já desenvolveram habilidades para lidar com a homossexualidade de forma respeitosa, zelando pelo bem estar do indivíduo diante dos demais alunos da escola?

Finalizando esta questão, a intenção de praticar o aborto foi a situação que envolveu a maior comoção por parte dos professores uma vez que 77 deles (59,2%) responderam que se preocupam e se envolvem na situação. Este fato pode se dar por não se tratar de uma situação já instalada, e que ainda poderia ser modificada por meio do apoio. O aborto é motivo de choque para grande parte dos docentes, talvez pelas questões morais envolvidas, visto que a grande maioria dos sujeitos de pesquisa são religiosos. Soma-se a isso o fato de que o aborto é uma situação de clandestinidade em nosso país o que expõe a adolescente a riscos de agravos à saúde e até à morte

Por mais difícil que seja uma gravidez na adolescência, presume-se que

ambas as decisões (aborto ou reprodução) possam ser incorporadas ao processo de construção da identidade juvenil, quando vividas como alternativas escolhidas e assumidas por eles e não impostas por terceiros ⁽⁸¹⁾.

Encerrando a primeira parte dos resultados deste estudo, passaremos à questão da habilidade dos professores na discussão com os alunos, a cerca dos assuntos ligados à sexualidade.

4.2.5 Habilidade dos professores na discussão de assuntos relacionados à sexualidade

De um modo geral, os professores referiram ter habilidade para discussão dos temas propostos, especialmente nas questões de ordem biológica. Como já fora comentado, há uma tendência por parte dos professores para uma abordagem biologicista da sexualidade. Na maioria das vezes o professor limita-se aos conteúdos trazidos no plano de ensino e apresentados nos livros, seja por despreparo técnico ou ainda na intenção de se preservar diante dos alunos, pela discussão de assuntos tidos como tabus (Tabela 7).

Há aulas nas quais se toca em questões de sexualidade, mas a forma como isso é feito impede qualquer compreensão genuína do alcance e das possibilidades da sexualidade humana. Isso fica evidente na forma como a discussão é organizada: em como o conhecimento é concebido apenas pela expressão de respostas certas ou erradas e, portanto, apenas como o conhecimento de fatos; na forma como docentes e estudantes parecem esconder suas próprias questões e interesses com a justificativa de que têm de cumprir a matéria determinada pelo currículo oficial⁽⁸³⁾.

Neste contexto, os alunos saem das salas de aula sem ter obtido qualquer compreensão sobre suas preocupações e anseios, sobre seus desejos e sobre

relações sexuais. Portanto, para que sejam efetivas, as ações de educação devem ser contínuas e construídas junto com o adolescente baseadas nas suas necessidades⁽⁶⁰⁾ e não nas necessidades do professor.

Tabela 7. Habilidade dos professores na discussão de assuntos ligados à sexualidade. Embu- SP, 2007.

Variáveis	Grau de habilidade									
	Muito Fácil		Fácil		Difícil		Muito Difícil		Não falaria	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Transformações do adolescente	31	23,7	75	57,6	15	11,5	3	2,3	6	4,7
DST/AIDS	34	26,1	70	53,8	14	10,7	6	4,7	6	4,7
Interrelacionamentos (ficar, namorar...)	36	27,7	68	52,4	19	14,6	2	1,5	5	3,8
Sentimentos (amor, medo...)	37	28,4	66	50,8	15	11,6	5	3,8	7	3,8
Auto-estima	39	30,0	59	45,3	22	16,9	5	3,9	5	3,9
Métodos Contraceptivos	32	24,7	62	47,7	27	20,8	1	0,7	8	6,1
Gestação e Parto	27	20,7	66	50,7	27	20,8	3	2,4	7	5,4
Menarca e ciclo menstrual	28	21,5	58	44,7	24	18,5	4	3,0	16	12,3
Aborto	18	13,9	50	38,4	36	27,7	10	7,7	16	12,3
Homossexualidade	17	13,0	50	38,5	38	29,2	14	10,8	11	8,5
Desempenho sexual/ Orgasmo	17	13,0	48	37,0	37	28,5	11	8,5	17	13,0
Poluição noturna	13	10,0	35	27,0	30	23,0	20	15,3	32	24,7

Comprovando este raciocínio, as transformações do corpo foram apresentadas como o tema de mais fácil abordagem para os professores.

Para Louro⁽⁵³⁾, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos e morais dos grupos a que pertencemos.

Porém, quando o corpo é estudado em sala de aula, é trabalhado, geralmente, nos moldes cartesianos, isto é, seccionado para que, por meio dos estudos de suas partes, os alunos possam construir o todo, que, por sua vez, nunca é retomado na íntegra. Assim, os alunos nunca conseguem estabelecer relações diretas entre o que é estudado e os seus próprios corpos⁽²⁴⁾.

As transformações do corpo adolescente consistem na aceleração do crescimento (estirão), no surgimento dos caracteres sexuais secundários diferenciados nos meninos e nas meninas e amadurecimento das potencialidades sexuais e reprodutivas. Propõe-se que os professores acolham os medos provocados por essas mudanças, o ritmo e o tempo em que elas ocorrem, o respeito a essas diferenças, enfim, a acomodação necessária a esse novo corpo que muda⁽¹¹⁾.

Informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, muito embora sejam necessárias, não são suficientes. Falar sobre sexualidade é referir-se também a sentimentos, emoções e afetos fundamentais no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano.

As DST/AIDS formam o segundo tema de mais fácil discussão para os professores. Esse fato que pode estar relacionado à presença do tema no currículo disciplinar, portanto, apresentado nos livros escolares e, ainda, à grande abordagem dessa questão pela mídia e por outras instituições sociais, devido ao aumento do número de contaminações de doenças por vias sexuais, inclusive entre os adolescentes.

Dos 60 milhões de pessoas no mundo inteiro infectadas pelo HIV nos últimos 20 anos, mais da metade tinha entre 15 e 24 anos à época da infecção⁽¹⁶⁾. No Brasil, prevenir a disseminação da AIDS e de outras DST's entre os jovens é um desafio, cuja participação da escola é fundamental.

No mesmo sentido, os métodos contraceptivos são de fácil discussão, pois também encontram-se no conteúdo programático, além de serem apresentados pelos meios de comunicação em massa, especialmente o preservativo, por sua dupla função: prevenção da gravidez e das DST/AIDS.

O conhecimento sobre os métodos contraceptivos e os riscos advindos de relações sexuais desprotegidas é fundamental para que os adolescentes possam vivenciar o sexo de maneira saudável, assegurando a prevenção da gravidez indesejada e das DST/AIDS, além de ser um direito que possibilita o exercício da sexualidade desvinculada da reprodução⁽⁷⁶⁾.

A menarca também foi indicada como um assunto de fácil abordagem para a maior parte dos professores, porém, uma porcentagem importante, a considera um assunto do qual “não falaria”. A primeira menstruação está carregada de sentidos que são distintos segundo a cultura e a época. Este resultado apenas confirma que a menstruação ainda é um tabu em nossa sociedade.

A menstruação era tratada como um marco de passagem da infância para a vida adulta, vinculada diretamente com a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, aguardada pelas mesmas com expectativa e ansiedade. Porém, atualmente, segundo Louro⁽⁵³⁾, com o advento dos absorventes e de outros produtos industrializados e com a medicalização da menstruação, de certa forma, essas questões ficaram secundarizadas e ganharam maior destaque a higiene, a proteção do corpo, a limpeza e a aparência.

É fundamental que os professores, ao trabalharem as transformações corporais, as relacionem aos significados culturais que lhes são atribuídas. Isso porque não existe processo exclusivamente biológico. A vivência e as próprias transformações do corpo sempre são acompanhadas de significados sociais, como o que acontece com a menarca. Existe uma infinidade de crenças a ela associadas e, portanto, sua ocorrência marca, de forma indelével, a vida das mulheres, com o significado que lhe atribui cada grupo social ou familiar⁽¹¹⁾.

Da mesma forma, a gestação e o parto são assuntos apontados pelos professores como de fácil discussão, pois também são apresentados na literatura básica escolar e ligados às questões biológicas da sexualidade, o que traz mais conforto à abordagem do professor.

Neste assunto, aborda-se a questão da gravidez na adolescência e seus desdobramentos individuais, como os riscos para saúde física do binômio mãe e filho e as questões psicológicas e sociais, como a evasão escolar^(73,82) decorrente da gestação, o que repercutirá na ascensão financeira da adolescente.

Finalizando os assuntos de caráter biológico da sexualidade, a polução noturna apresentou a mais alta porcentagem de dificuldade de discussão, e esse fato pode estar relacionado ao desconhecimento dos professores acerca do significado da palavra, pois, ao final do preenchimento do instrumento de coleta de dados, muitos professores interrogaram o pesquisador a respeito, declarando seu desconhecimento do termo.

A polução noturna trata-se de um processo próprio da puberdade, semelhante à menarca para as meninas, ou seja, marca o início da vida reprodutiva do menino, através da eliminação espontânea, normalmente noturna, de sêmem.

É fundamental que o adolescente reconheça as manifestações do seu corpo

como naturais para que não sejam geradoras de medos e incertezas e para que o conscientizem de seu poder reprodutivo para que, a partir de então, sintam-se responsável por suas atitudes e por comportamentos pessoais e com o seu par.

Em relação aos assuntos mais subjetivos da sexualidade, os inter-relacionamentos “ficar, namorar” foram considerados como um assunto fácil de discutir em sala de aula.

Sabe-se que é a partir da puberdade que a potencialidade erótica do corpo se manifesta sob a primazia da região genital, expressando-se na busca do prazer, também na relação com o outro. A invenção do “ficar” é a mais genuína expressão dessa necessidade, vivida na adolescência. Com diferenças nos grupos etários sociais e regionais, essa expressão indica o desejo da experimentação na busca do prazer com um parceiro, desvinculada do compromisso entre ambos.

Nas falas dos adolescentes, em meio aos jogos de sedução, a sexualidade aparece como uma questão primordial, e o “ficar” é privilegiado, necessitando de discussões efetivas sobre esse assunto⁽²⁵⁾. Porém, é no namoro que se apresenta o maior número de gravidez⁽⁷²⁾, necessitando, também, de intervenção por parte dos professores das questões de responsabilidade envolvidas nos relacionamentos.

Na seqüência, os sentimentos também foram considerados como de fácil discussão entre os professores deste estudo, apesar da literatura apontar que a sexualidade, quando apresentada na escola, é esvaziada de todo conteúdo emotivo, lúdico e gratificante⁽⁴⁶⁾.

A auto-estima, por sua vez, foi citada como um assunto de média complexidade para a abordagem entre os professores, talvez pelo fato de não estar claramente descrita nos conteúdos disciplinares e exigir maior conhecimento da psicologia.

O aborto apresenta-se como um assunto de certa complexidade para a discussão por parte dos professores, pois além da questão biológica em si, existe a questão moral envolvida. Grande parte dos sujeitos dessa pesquisa são vinculados a uma religião, o que, com certeza, traz influência sobre a discussão do assunto.

Vários estudos com adolescentes grávidas apontam o aborto como opção para solução da gravidez indesejada^(72,77,78,82,84). Assim, o número de internações por aborto incompleto entre meninas de 10 a 19 anos vem aumentando nos últimos cinco anos, tendo sido registrados 181 óbitos por esta causa entre meninas nesta faixa etária de 1998 a 2003⁽⁸⁵⁾.

É com certeza um assunto de grande relevância para discussão no espaço escolar, devido aos riscos inerentes à sua prática e à situação de clandestinidade em que a prática se encontra em nosso país o que expõe a adolescente a riscos de agravos à saúde e até à morte.

O desempenho sexual foi apontado como um assunto de difícil discussão, por se tratar de questões individuais e subjetivas em relação ao exercício da sexualidade.

Falar sobre o corpo, com seu potencial para usufruir o prazer e suas potencialidades reprodutivas, implica também a discussão das expectativas, das ansiedades, dos medos e das fantasias relacionadas à relação sexual, à primeira vez, ao desempenho e às dificuldades que podem surgir como manifestações associadas à impotência, frigidez, ejaculação precoce e outras possíveis disfunções⁽¹¹⁾, pois os adolescentes não estão livres de preocupações sobre o seu desempenho sexual.

Finalizando a lista de assuntos, a homossexualidade mostrou-se como um assunto de difícil discussão para os professores.

As práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. A associação da sexualidade ao prazer a ao desejo é deslocada em favor da prevenção dos perigos e das doenças. Nesse contexto, os homossexuais ficam fora da discussão⁽⁸⁶⁾.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é uma segregação que é promovida, tanto por aqueles que querem se afastar dos homossexuais, como pelos próprios⁽⁵³⁾.

Ainda colocada por muitos como um tabu, são aspectos da sexualidade que a sociedade, de certa forma, não aceita. Ainda hoje quando se fala sobre sexo e sexualidade, muitos remetem a valores e crenças revestidas de preconceitos, mitos e estereótipos. É preciso compreender que a sexualidade é parte integrante e indissociável da pessoa, não implicando, necessariamente, em seu aspecto reprodutivo⁽²⁵⁾.

Com relação aos assuntos abordados na Orientação Sexual na escola, percebe-se que os professores e a escola usam como estratégias pedagógicas diversos mecanismos de interdição, que funcionam na nossa sociedade autorizando aquilo que pode ser dito, visto e praticado em relação à sexualidade a partir de regras ou códigos culturais.

Para Foucault, os mecanismos de interdição do discurso são: o “tabu” do objeto – não se pode falar de tudo, o “ritual” da circunstância – não se pode falar de tudo em qualquer lugar, e o “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” – qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Esses mecanismos funcionam

controlando o que, como, quando, onde e quem pode falar a respeito da sexualidade na sala de aula⁽⁴⁾.

Assim, o discurso biológico é um dos discursos autorizados pela escola para falar na sexualidade, pois esse discurso legitima a prática pedagógica dos professores⁽⁸⁷⁾. Assuntos como masturbação, homossexualidade e sexo antes do casamento, não fazem parte desse discurso, insistindo no fato de que os desejos que originam esses comportamentos são insanos e reprováveis e devem ser abafados.

Para concluirmos a discussão dos resultados deste primeiro momento, apresentamos a seguir o conhecimento dos professores sobre os métodos contraceptivos.

Tabela VIII. Conhecimento dos professores sobre os Métodos Contraceptivos. Embu, 2007.

Variáveis	Total	
	n	%
Métodos Contraceptivos que sabia explicar aos alunos*		
Pílula	118	90,7
Camisinha Masculina	117	90,0
Camisinha Feminina	82	63,0
Definitivos (Vasectomia e Laqueadura)	81	62,3
Tabelinha	78	60,0
Contraceptivo de Emergência	73	56,1
Dispositivo Intra-uterino	70	53,0
Coito Interrompido	68	52,3
Injetável	64	49,2
Diafragma	51	39,2
Espermicidas	33	25,3
Transdérmico (adesivo)	33	25,3
Anel Vaginal	15	11,5
Intradérmico	12	9,2
Nenhum	04	3,0

*Legenda: *= a questão permitiu que o professor assinalasse mais de uma alternativa.*

O conhecimento dos professores deste estudo sobre os métodos contraceptivos mostrou-se satisfatório, sendo os mais conhecidos a pílula e as camisinhas masculina e feminina⁽⁸⁸⁾.

Os professores foram questionados não somente quanto ao seu conhecimento sobre o método, mas também sobre a habilidade para explicar sua utilização a um adolescente. Porém, o instrumento de coleta de dados não nos possibilitou aprofundar este conhecimento referido pelos professores, que pode ser apenas superficial.

Os professores conhecem os métodos contraceptivos, mas sua utilização correta nem sempre é explorada com os adolescentes⁽⁷⁶⁾. A literatura mostra que em estudos realizados com adolescentes, muitos afirmam falta de informação sobre os métodos contraceptivos^(79,82), fato que pode nos remeter à não informação por parte da escola ou ainda à superficialidade desta informação, tendo como base o fato de que a escola é indicada como uma das fontes de conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade.

É importante discutir com os alunos todos os métodos anticoncepcionais existentes e em uso no país, suas indicações e contra-indicações, seu grau de eficácia e as implicações para a saúde reprodutiva e o bem-estar sexual. Essa análise deve vir acompanhada da questão de gênero que lhe diz respeito: a responsabilidade, que deve, idealmente, ser compartilhada pelo casal que busca o prazer e não a concepção. É relevante, ainda, ressaltar a importância do uso da camisinha para a prevenção da gravidez e das DST/AIDS⁽¹¹⁾.

Encerrando este capítulo, Britzman⁽⁸³⁾ considera que quando a educação coloca sua mão na sexualidade, a linguagem do sexo torna-se didática, explicativa e, portanto, dessexuada. Mais ainda, quando o tópico do sexo é colocado no

currículo, dificilmente pode-se separar seus objetos e suas fantasias das considerações históricas de ansiedades, perigos e discursos predatórios que parecem catalogar certos tipos de sexo como inteligíveis, enquanto outros tipos são relegados ao domínio do impensável e do moralmente repreensível.

Como base para estas preocupações, está a ansiedade do professor de não ter preparo para responder as questões trazidas pelos alunos, acabando por limitar-se ao conteúdo apresentado nos livros.

Existem muitos obstáculos, tanto na mente dos professores, como na estrutura da escola, que impedem uma abordagem ética da sexualidade, ou seja, que impedem uma pedagogia da sexualidade interessante e estimulante.

4.3 Resultados do Segundo Momento da Coleta de Dados

A seguir estão apresentados os resultados obtidos a partir da realização dos Grupos Focais, os quais foram realizados um em cada escola participante deste estudo, totalizando quatro sessões com trinta e dois professores.

As categorias formadas a partir do material coletado nas sessões de Grupo Focal foram estabelecidas pelas questões norteadoras do roteiro elaborado para orientar o trabalho dos grupos, sendo elas: *Importância da Orientação Sexual na escola*; *Abordagem da Orientação Sexual na escola*; *Idade para começar a Orientação Sexual na escola* e *Assuntos a serem abordados na Orientação Sexual na escola*. Foi criada, ainda, mais uma categoria: *Participação da família na Orientação Sexual*, devido à sua representatividade e alta frequência nas falas dos sujeitos da pesquisa.

4.3.1 Importância da Orientação Sexual na Escola

Na primeira categoria apresentada (Quadro 2), a Orientação Sexual na escola foi considerada importante para os sujeitos dessa pesquisa, o que comprova que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também social. A sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos⁽⁵³⁾.

A escola, enquanto espaço social mostra-se como um cenário propício para a Orientação Sexual, por ser um local onde os indivíduos passam grande parte da vida e um espaço para descobertas individuais e relacionais, inclusive referentes à sexualidade.

A Orientação Sexual na escola deve ser concebida como uma intervenção pedagógica que favoreça a reflexão sobre a sexualidade, em todos os seus âmbitos,

estimulando a liberdade de expressão, em um ambiente acolhedor, para a promoção do bem-estar sexual e o fortalecimento de vínculos mais significativos entre o professor e o aluno, para que o aluno se reconheça-se como ator nas situações em discussão.

Quadro 2. Categoria: Importância da Orientação Sexual na Escola segundo os professores participantes do Grupo Focal. Embu- SP, 2007.

Subcategoria	Unidades Significativas
Meio de Informação/ Conscientização (19%)	<p><i>“A gente vive num momento de muita informação e a escola pode transformar essa informação em formação”.</i></p> <p><i>“Esse é o desafio, de você estar passando não só a informação, mas fazendo com que eles já percebam a importância disso, o risco que eles estão correndo”.</i></p>
Complementação da educação familiar (10%)	<p><i>“É importante porque a escola vai ensinar de forma adequada, pois está suprimindo a deficiência da família”.</i></p>
Falta de preparo do professor (41%)	<p><i>“Eu acho que não tem um trabalho consistente, primeiro porque nós professores, muitos de nós, não estamos preparados para lidar com determinados assuntos”.</i></p> <p><i>“Não existe um trabalho persistente com o grupo de professores, então nós precisamos ser preparados metodologicamente, didaticamente e também a questão nossa, para lidar com determinados temas”.</i></p>
Condições Individuais (10%)	<p><i>“Tem professores que vão ter mais facilidade, vão sentir mais à vontade e outros menos”.</i></p> <p><i>“...tem assuntos que deixam você constrangido”.</i></p> <p><i>“...eles (os alunos) falam de um jeito que você fica com vergonha”.</i></p>
Condições de Trabalho (8%)	<p><i>“Falta material, porque você fica só falando, falando, mas não tem nada pra você mostrar, não tem como você trabalhar”</i></p> <p><i>“Não sobra tempo, falando de verdade mesmo, não sobra tempo para a gente sentar, estudar e preparar um material ou montar uma transparência”.</i></p>
Necessidade da ajuda de especialistas (12%)	<p><i>“Eu acho que a gente precisa de um apoio porque jogam em cima das costas da gente: vocês têm que trabalhar com isso. Mas, cadê os profissionais da área da educação para dar um apoio pra gente?A gente precisa de apoio, precisamos de especialistas, precisamos de médicos, de tudo”.</i></p> <p><i>“Eu acho que a orientação sexual é importante só que desde que seja ministrada por uma pessoa que... um profissional que entenda do assunto”.</i></p>

Para os sujeitos desta pesquisa (19%), a importância da Orientação Sexual na escola se deve ao fato desta instituição ser um meio de transmitir informações sobre a sexualidade. Apontam que *“a gente vive num momento de muita informação e a escola pode transformar essa informação em formação”*, ou seja, promover a conscientização dos alunos em relação a essas questões, gerando mudanças de comportamento, pois *“esse é o desafio, de você estar passando não só a informação, mas fazendo com que eles já percebam a importância disso, o risco que eles estão correndo”*.

Esse resultado confirma que apenas a informação não é suficiente para favorecer a adoção de comportamentos preventivos^(10,11,18,89), devendo a escola oferecer espaço para reflexão e discussão dos temas abordados num canal aberto permanente, respeitando a capacidade individual do aluno em receber e processar os conhecimentos recebidos, para utilizá-lo corretamente.

Assim, a escola, na função social de centro difusor de conhecimento, não pode limitar o aluno a um mero consumidor de informações. O compromisso da educação é com a formação do mesmo.

A realidade mostra que privilegiar somente o aspecto informativo não é suficiente, pois as informações sobre conduta contraceptiva e prevenção à AIDS não asseguram sua eficácia entre os adolescentes. Isso talvez ocorra porque a subjetividade tem mais influência que as informações dadas aos adolescentes⁽⁹⁰⁾.

Os professores (10%) apontam ainda a importância da Orientação Sexual na escola como um complemento da educação sexual recebida da família, pois segundo eles *“a escola vai ensinar, de forma adequada, pois está suprindo a deficiência da família”*.

Esse resultado é confirmado pela literatura, que afirma que os pais têm dever

de transmitir, desde a infância, os alicerces da educação sexual, ainda em casa, cabendo à escola complementar esta educação^(89,91), pois uma instituição não substitui a outra^(11,18).

O papel da família será sempre primordial em relação à educação sexual dos filhos, mas esta instituição nem sempre desempenha seu papel, devido às dificuldades que os pais apresentam em abordar questões de sexualidade com seus filhos, justamente por não terem muito claro o que aconteceu com eles próprios. Desta maneira, a maioria dos pais atribui a tarefa da Orientação Sexual de seus filhos à escola e esta, por sua vez, apresenta dificuldade em cumprir tal tarefa.

Porém, para que a escola cumpra eficazmente seu papel na Orientação Sexual dos seus alunos, é essencial a participação do professor. Das subcategorias emergidas nesta categoria, a falta de preparo do professor (41%) foi a mais evidenciada pelos sujeitos, em conformidade com a literatura^(17,20,,92). Para eles *“não tem um trabalho consistente, primeiro porque nós professores, muitos de nós, não estamos preparados para lidar com determinados assuntos”*.

Sabemos que o professor é peça fundamental para o sucesso da Orientação Sexual no ambiente escolar, mas nem sempre se encontra preparado para a função.

A questão começa desde a formação básica do professor. Na maioria dos casos, os professores não recebem informações suficientes para a Orientação Sexual. Portanto, falar sobre sexo na escola se torna uma tarefa complicada^(10,20,24,60).

Os sujeitos de pesquisa reconhecem essa necessidade e a manifestam: *“nós precisamos ser preparados metodologicamente, didaticamente e também a questão nossa, para lidar com determinados temas”*.

A Orientação Sexual supõe uma sistematização do trabalho com os

educadores, devendo o corpo docente passar por capacitação profissional com relação ao conteúdo, tanto técnico-científico, como metodológico e vivencial⁽⁸³⁾ durante sua atividade, buscando aprimoramento e reciclagem constantes para a abordagem da sexualidade. O professor deve se qualificar tecnicamente para encaminhar a discussão em todas as suas dimensões.

Os professores são formadores de opinião, por isso devem se cercar de cuidados com a transmissão de suas informações numa postura de companheirismo, empatia e o trato do assunto com naturalidade. Para que não transmitam aos alunos valores e experiências pessoais, conceitos e representações próprias, sem levar em conta critérios científicos e éticos necessários à formação do aluno.

A abordagem da sexualidade de maneira natural, livre de conceitos e preconceitos por parte do professor, apesar de ideal, para Mendonça Filho⁽⁹⁴⁾ é utópica, porque ele também é um sujeito e, portanto, passível de áreas de interdição sobre o sexual, o que impõe limites sobre a orientação sexual na escola. Desta forma, o professor adota uma posição de autoritarismo, de quem determina quais são os comportamentos adequados e estabelece a censura dos indivíduos que não os adotam.

Com este comportamento, prospera a falsa Orientação Sexual, a hipocrisia. Em público cria-se uma imagem da própria sexualidade que não é verdadeira, pois na privacidade se aceita tranquilamente aquelas “desordens” que oficialmente são recusadas como perversão, desvio, depravação, e assim por diante. Trata-se de uma falsidade que, apesar disso, passou a fazer parte dos costumes e que é considerada absolutamente normal. Uma mentira coletiva que goza da proteção e do moralismo corrente, o qual está disposto a tolerar qualquer baixaza em nível

individual, mas não transmite sobre a exterioridade da norma⁽⁴⁶⁾.

Esta questão foi claramente indicada pelos professores (10%) ao mencionar a necessidade de preparo para lidar com a sexualidade, não apenas didaticamente, mas também na *“questão nossa”*, indicando um cunho pessoal desta limitação. A necessidade de preparo para a orientação sexual é reconhecida e desejada pelos sujeitos de pesquisa, na intenção de realizarem sua função de forma efetiva.

A literatura confirma esta necessidade, com o fato dos educadores se tornarem entusiasmados com o trabalho quando conseguem dominar o tema e a metodologia da Orientação Sexual na escola⁽²³⁾.

Somando-se ao despreparo teórico-prático dos professores e à limitação em relação à sua própria sexualidade, gera ainda outro agravante na prática docente em relação à orientação sexual: a falta de habilidade no trato das questões sexuais, no que se refere ao pudor, pois *“eles (os alunos) falam de um jeito que você (professor) fica com vergonha”*.

Muitos professores evitam abordar a temática pelo fato de se sentirem pouco à vontade para falar sobre sexo⁽²⁵⁾, pois sexo e sexualidade são assuntos ao mesmo tempo de difícil abordagem e de completo fascínio, porém, mexem com o pavor e o pânico dos educadores mais conservadores⁽⁹⁵⁾.

Para Bernardi⁽⁴⁶⁾, dizer a um homem que ele é despudorado equivale a censurá-lo e a uma mulher, é um verdadeiro insulto. Desta forma, o pudor torna-se algo “justificado” pela cultura e pela sociedade em que vivemos, ainda que seja um fator limitador para o desenvolvimento das ações de Orientação Sexual.

O adulto se sente inconscientemente perseguido pela repressão que ele mesmo exercita e mantém, e gostaria de libertar-se dela da única maneira que pode aceitar, isto é, eliminando o que deve ser reprimido, a sexualidade⁽⁴⁶⁾. Assim, torna-

se visível a ação da interdição – direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala⁽⁴⁾, regulando aquele que tem direito de falar da sexualidade.

Para o sucesso do trabalho, o orientador sexual deve estar bem preparado didaticamente e ainda nas questões pessoais que possam inibi-lo ou colaborar para que tenha uma postura moralista ou tendenciosa.

Ainda como agravante ao desenvolvimento da Orientação Sexual na escola, foi apontado pelos professores (8%) a falta de condições de trabalho, pois *“falta material, porque você fica só falando, falando, mas não tem nada pra você mostrar, não tem como você trabalhar”*.

Este dado coincide com a literatura, que indica que os professores não têm condições materiais efetivas para assumir os trabalhos escolares em sexualidade humana^(11,86), inclusive a falta de materiais didáticos^(66,96,97).

Os materiais didáticos têm a importante função de aproximar o aluno da realidade e auxiliá-lo a tirar dela o que contribui para sua aprendizagem⁽⁶⁶⁾, além de tornar o ensino mais concreto⁽⁶⁷⁾.

Porém, o professor deve se policiar para não responsabilizar o material utilizado por uma função que não lhe pertence. Na verdade, o material serve apenas como um meio e não como um fim em si mesmo, cabendo ao professor, a partir dele suscitar no aluno inquietações que, por meio da discussão, venham promover mudanças de conceitos e práticas necessárias ao exercício saudável de sua sexualidade.

Completando a falta de condições de trabalho, além dos recursos materiais, foi indicada a falta de tempo dos professores, pois *“não sobra tempo, falando de verdade mesmo, não sobra tempo para a gente sentar, estudar e preparar um material ou montar uma transparência”*, o que compromete a qualidade do trabalho

de Orientação Sexual.

Conforme foi apresentado na caracterização profissional desta população, 81 (62,3%) dos professores trabalham em dois períodos diários, o que justifica a falta de tempo, fato que traz consigo uma questão social, para a qual é difícil propor uma solução.

No sentido de apoiar a Orientação Sexual na escola, os professores (12%) deste estudo também indicaram a necessidade da ajuda de especialistas, afirmando que *“a gente precisa de um apoio porque jogam em cima das costas da gente: vocês têm que trabalhar com isso. Mas, cadê os profissionais da área da educação para dar um apoio pra gente? A gente precisa de apoio, precisamos de especialistas, precisamos de médicos, de tudo”*, compondo mais um indicativo do despreparo dos mesmos em relação a abordagem da sexualidade.

Muitas escolas, por não se sentirem plenamente capacitadas para a discussão, convidam pessoas de fora do universo escolar para realizarem palestras para os alunos. A prática demonstra que esse recurso é considerado ineficaz, pois falar sobre sexualidade requer intimidade e ela só acontece entre pessoas conhecidas e confiáveis^(24,20). Assim, os laços que já existem entre o professor e o aluno fornecem uma base para um trabalho de Orientação Sexual efetivo.

O papel da equipe de saúde tem um lugar de destaque na Orientação Sexual, especialmente colaborando em cursos nos centros educativos⁽²⁰⁾. Assim, a ajuda dos profissionais de saúde, entre eles os enfermeiros, será muito útil no sentido de contribuir para capacitação dos professores para que estes possam, então, desenvolver ações de Orientação Sexual com os alunos, que objetivem a construção de uma visão positiva da sexualidade.

Os professores afirmam ainda que *“a orientação sexual é importante só que*

desde que seja ministrada por uma pessoa que... um profissional que entenda do assunto". Cabe ressaltar que o professor não precisa ser um especialista em Orientação Sexual, mas apenas um profissional devidamente informado sobre a sexualidade humana que reflita sobre ela, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de idéias⁽⁴⁷⁾. Para tanto, o professor precisa reciclar-se e atualizar seus conhecimentos constantemente.

Corroborando com nossos achados, um estudo realizado em Ribeirão Preto-SP mostrou que os problemas que mais afetam a discussão sobre sexualidade na escola são: falta de tempo de cada professor, indicação da responsabilidade maior da orientação para o professor de ciências, falta de apoio e despreparo dos pais e falta de profissionais da área da saúde para darem palestras, oficinas e informações sobre o assunto⁽²⁵⁾.

4.3.2 Abordagem da Orientação Sexual na Escola

Reconhecida a importância da Orientação Sexual, questionou-se aos professores sobre a forma que a sexualidade deveria ser abordada na escola. (Quadro 3)

No passado, a sexualidade era ignorada tanto pelos pais quanto pelos professores. As crianças e os adolescentes eram tratados como seres assexuados. Falar sobre sexo nas salas de aula era considerado um estímulo à atividade sexual⁽⁹⁸⁾.

Hoje, mais do que nunca, o sexo é um assunto presente na escola, como em toda a sociedade. Há uma imensa vontade de saber sobre o sexo por parte dos alunos, de modo que é necessário falar, a fim de satisfazer esta "petição de saber"

da maneira mais coerente possível.

Que precisamos falar do sexo é fato. Mas como fazê-lo? De que forma abordá-lo?

Quadro 3. Categoria: Abordagem da Orientação Sexual na Escola. Embu-SP, 2007.

Subcategoria	Unidades Significativas
Preocupação com a linguagem (7%)	<p><i>“Você coloca o assunto de uma forma mais prática, com palavras mais simplificadas, com palavras do cotidiano do aluno mesmo. Acho que a gente tem que tirar a questão de palavras científicas... Aí você consegue introduzir o assunto de uma forma mais agradável e que consiga chamar a atenção deles”.</i></p> <p><i>“Quando eu falo de tomar cuidado de não usar muito a linguagem popular e nem muito a científica, mas mesclar de maneira que fique claro pra eles o que eu estou querendo que eles entendam”.</i></p>
Receio do incentivo ao intercurso sexual (10%)	<p><i>“Tem muitos alunos que são inocentes e eu não desejo despertar a malícia neles. A gente quer que eles sejam bem informados para decidir o que é certo e o que é errado, mas assim, eu tomo cuidado com esse assunto para não incentivar, para não incitar a curiosidade deles”.</i></p> <p><i>“Trabalhar que você não está incentivando o aluno a ter a prática sexual, mas conscientizando que se ele fizer isso vai acontecer isso, se ele fizer aquilo vai acontecer aquilo outro”.</i></p>
Por meio de perguntas/ debates/Textos (26%)	<p><i>“Eu falava pra eles perguntarem tudo o que quiserem saber, sem pôr o nome e botava todo mundo em volta de uma mesa redonda e eu abordava o que eles perguntavam”.</i></p> <p><i>“Nas oportunidades que nós temos em trabalhar isso, a gente reúne a sala trabalha com debates, eles vão fazendo as questões e você responde”.</i></p> <p><i>“Eu tenho trabalhado com textos, com a leitura de textos com debates e esclarecimento de dúvidas”.</i></p>
Aproveitando oportunidades/ situações do cotidiano (9%)	<p><i>“Eu começo a trazer as coisas que estão ocorrendo aí fora”.</i></p> <p><i>“Na escola eu trato bem assim, eu aproveito o acontecimento”.</i></p>
Inserido na grade curricular (4%)	<p><i>“Geralmente o professor de ciências tem mais facilidade, e quando é ciência eles acham que está dentro do conteúdo, se a gente foge dá a impressão não só por parte dos alunos mas também a família, que a gente está entrando numa área que não é da gente, como se entendesse daquele assunto”.</i></p> <p><i>“Quem é da área das ciências tem um pouco mais de traquejo pra estar trabalhando esse assunto”.</i></p>
Fora da grade curricular (4%)	<p><i>“Teria até que ser uma disciplina à parte, porque a sexualidade tem muito para ser abordado. Ter uma pessoa específica para isso seria o mais interessante, abriria os caminhos professor-aluno”.</i></p> <p><i>“Acho que deveria entrar como uma disciplina. Na escola não tem língua portuguesa? Deveria ter uma disciplina, um profissional pra já orientar desde a 1º série até...”</i></p>

(Continuação do Quadro 3).

Subcategoria	Unidades Significativas
Fora da sala de aula/como amigo (8%)	<i>“No momento em que eu estou abordando o assunto na sala eles não têm coragem de fazer certas perguntas, aí quando eu tô na porta: - professora, posso falar com você? Aí pergunta uma coisinha e outra”.</i> <i>“Eles não me procuram como professora e sim como amiga”.</i>
Influência dos meios de informação em massa (32%)	<i>“É um assunto dinâmico, é um assunto rápido. A TV, o computador, o acesso às informações hoje são muito rápidas, então, nós temos que receber essas informações e decodificá-las e tentar aplicar o mais rápido possível.”</i> <i>“As crianças de hoje não são as crianças de ontem por causa da mídia. É tudo tão escancarado... acho que perdeu um pouco aquela inocência”.</i> <i>“A televisão está mostrando isso claramente, não tem mais censura”.</i>

A preocupação com a linguagem utilizada na Orientação Sexual foi indicada pelos professores (7%) como uma questão relevante, pois, na verdade, não sabem exatamente a forma de abordar o conteúdo. Para alguns professores, a sexualidade deve ser abordada *“de uma forma mais prática, com palavras mais simplificadas, com palavras do cotidiano do aluno mesmo. Acho que a gente tem que tirar a questão de palavras científicas. Aí você consegue introduzir o assunto de uma forma mais agradável e que consiga chamar a atenção deles”*. Porém, outros acreditam que se deve *“tomar cuidado de não usar muito a linguagem popular e nem muito a científica, mas mesclar de maneira que fique claro pra eles o que eu estou querendo que eles entendam”*.

A literatura afirma que a sexualidade deve ser abordada na escola de forma clara e compreensiva com os alunos, esclarecendo nomes científicos dos órgãos genitais, assim minimizando a ênfase nos palavrões. Deve-se dialogar de forma aberta e honesta com eles sobre esses aspectos e situações, aumentando o entendimento, trazendo compreensão, solidariedade e respeito entre alunos e professores⁽²⁵⁾.

A escola deve propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico

ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais diferentes na sociedade. Para tanto, os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência do seu próprio corpo, elevação de sua auto-estima e, portanto, melhores condições de prevenção das DST, gravidez indesejada e abuso sexual⁽¹¹⁾.

A questão da abordagem dos assuntos sobre sexualidade traz consigo uma grande preocupação nos professores (10%),:o receio de incentivar o aluno ao intercurso sexual pois *“tem muitos alunos que são inocentes e eu não desejo despertar a malícia neles. A gente quer que eles sejam bem informados para decidir o que é certo e o que é errado, mas assim: eu tomo cuidado com esse assunto para não incentivar, para não incitar a curiosidade deles”*.

Para Britzman⁽⁹⁹⁾, o conhecimento dominante da sexualidade sempre esteve ligado e constituído “pelos discursos do pânico moral, pela suposta proteção de crianças inocentes, pelo eugenismo da normalização e pelos perigos das representações explícitas da sexualidade”.

Os professores acreditam que falar sobre sexualidade com as crianças pode estar despertando-as precocemente para o assunto, uma vez que o conhecimento poderá estimulá-las a ter experiências sexuais, fato que reflete o entendimento deles de sexualidade como ato sexual.

Porém, estudos demonstram que o trabalho de Orientação Sexual na escola pode contribuir com a aprendizagem de um comportamento responsável sem estimular o aumento da atividade sexual⁽¹⁰⁰⁾ e que inclusão da Orientação Sexual

nas escolas pode contribuir para postergar a iniciação sexual e não há evidências de que o ensino estimule o adolescente a ter relações sexuais, como algumas pessoas receiam⁽²⁵⁾.

Para Bernardi⁽⁴⁶⁾, a inocência é a conotação que mais se atribui à criança. E essa total ignorância da sexualidade - ou inocência é defendida por todos os meios, portanto, qualquer atividade infantil que faça referência à esfera sexual deve ser impedida a qualquer custo. Perde-se a inocência não só como consequência de más ações, mas também por conhecimentos inoportunos. A criança não deve saber tudo. Alguma coisa sim, de modo a satisfazer a sua petulante curiosidade, mas tudo certamente não. Sabendo demais a criança poderia ter maus pensamentos e desejos deploráveis, que maculariam com o lodo da malícia a limpidez de sua ingenuidade.

Sabe-se, porém, que a ignorância não protege ninguém de nada, ao contrário torna a pessoa mais vulnerável às situações por não saber lidar adequadamente com elas. Portanto, para que a Orientação Sexual assuma um caráter preventivo, como de fato deveria ser, ela deve começar o quanto antes seja possível.

Ainda em relação à abordagem da Orientação Sexual na escola, os professores indicaram as formas (concretas) como ela já é feita em sua experiência com a temática, às quais discutiremos a seguir.

A leitura de textos, de perguntas escritas e o debate foram as formas mais indicadas pelos professores (26%) para abordarem a sexualidade com os alunos, estando interligadas entre si, a saber: “ *nas oportunidades que nós temos em trabalhar isso, a gente reúne a sala trabalha com debates, eles vão fazendo as questões e você responde*” e ainda “ *tenho trabalhado com textos, com a leitura de textos, com debates e esclarecimento de dúvidas*”^(20,83).

Neste sentido, o professor tem um papel de problematizador e orientador do debate, devendo se valer de uma metodologia participativa, estimulando o aluno a pensar e a dizer o que pensa, para que participe da discussão, não se limitando à posição de ouvinte passivo.

Responder as perguntas dos alunos é uma excelente forma de estimular a discussão, mas os assuntos em questão não devem limitar-se a elas, devendo haver a abordagem e o aprofundamento de outros temas não suscitados pelos alunos, mas que requeiram reflexão por parte da classe.

Aproveitando oportunidades ou situações do cotidiano também foi apontada (9%) como uma forma de abordagem da sexualidade em sala de aula, pois, “*na escola eu trato bem assim, eu aproveito o acontecimento*” e “*eu começo a trazer as coisas que estão ocorrendo aí fora*”.

Esta forma de abordagem tem sua importância, pois se fundamenta em algo real, não do imaginário, onde a realidade fornece peso às discussões. Mas, aproveitar os acontecimentos para suscitar uma discussão em sala de aula requer do professor sensibilidade para perceber a situação, o momento e a forma de introduzi-los na discussão do grupo e requer também conhecimento para conduzir a conversa que, na maioria das vezes não se trata do conteúdo disciplinar.

Para os professores, outra forma de abordar a sexualidade na escola é inserindo na grade curricular (4%), responsabilidade transferida a outrem, pois “*o professor de ciências tem mais facilidade. E quando é ciência eles(alunos) acham que está dentro do conteúdo, se a gente foge dá a impressão não só por parte dos alunos mas também a família, que a gente está entrando numa área que não é da gente, como se entendesse daquele assunto*”.

Os professores apontam que o professor de ciências tem mais facilidade em lidar

com o assunto, afinal, a temática já se encontra inserida em seu conteúdo programático^(17,61). Porém, um aspecto importante a ser considerado nesta questão, é que, na maioria das vezes, o conteúdo de ciências, se limita às questões biológicas da sexualidade humana, não havendo tempo ou preparo do professor para abordagem dos assuntos mais subjetivos ligados à sexualidade.

O enfoque biológico da sexualidade, por vezes, tem a função de preservar o educador frente aos alunos, com relação aos seus próprios questionamentos, receios e ansiedades⁽²⁴⁾. Esta realidade ressalta, mais uma vez, a necessidade de preparo e capacitação de todos os professores que atuam na escola, para que se sintam preparados para abordarem a sexualidade dentro de suas disciplinas, sejam elas quais forem, não transferindo sua responsabilidade para outro professor ou profissional, mas realizando sua parte no processo de Orientação Sexual.

Outras áreas do conhecimento poderão contribuir muito nesses debates com os alunos, pois as explicações biológicas se integram num contexto de dimensões psicológicas, históricas, culturais, políticas e econômicas⁽¹⁰⁾.

Conforme já mencionamos anteriormente, a Orientação Sexual foi integrada aos Parâmetros Curriculares Nacionais por meio através da transversalidade, onde a sexualidade deveria impregnar toda a prática educativa. Sendo assim, cada disciplina do currículo escolar trataria a temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho.

Porém, a transversalidade implica na necessidade do professor não apenas dominar o conteúdo de sua disciplina, mas também exige o conhecimento sobre a sexualidade, bem como a didática adequada para introduzi-la ao conteúdo disciplinar. Essa atividade requer capacitação e atualização constantes por parte do professor, para que, sentindo-se preparado, exerça sua função enquanto orientador

sexual.

Alguns professores (4%) indicam a abordagem da Orientação Sexual fora da grade curricular, ou seja, num espaço específico: *“teria até que ser uma disciplina à parte, porque a sexualidade tem muito para ser abordado”* e ainda *“acho que deveria entrar como uma disciplina. Na escola não tem língua portuguesa? Deveria ter uma disciplina, um profissional pra já orientar desde a 1º série até...”*

Estas afirmações trazem consigo duas realidades a serem consideradas. A primeira é que os professores entendem a importância da Orientação Sexual na escola e, por isso, desejam abrir um espaço propício para o seu desenvolvimento, o que muitas vezes se torna difícil dentro de sala de aula. A segunda questão embutida aqui seria a percepção do professor sobre seu despreparo para a abordagem da sexualidade em sala de aula, desejando, assim, transferir sua função a outro agente educativo.

A transversalização da sexualidade realmente não dispensa um espaço específico, especialmente a partir da 5ª série quando é necessário abrir um espaço específico, contínuo e sistemático para Orientação Sexual⁽¹⁰⁾, devendo, portanto, haver uma capacitação dos professores para conduzir esta discussão e não necessariamente esta deve ser feita por outro profissional.

Este espaço deve ser discutido pela equipe, e supõe planejamento contínuo com supervisão e apoio técnico dos próprios professores. Esse espaço pode ocorrer por exemplo, na forma de uma hora-aula semanal para os alunos, dentro ou fora da grade já existente⁽¹³⁾, cabendo às escolas decidirem a melhor maneira de realizá-lo.

Ainda neste sentido, os professores (8%) indicaram que abordam a sexualidade na escola, fora da sala de aula, sendo procurados pelos alunos em particular, pois *“no momento em que eu estou abordando o assunto na sala eles não*

têm coragem de fazer certas perguntas, aí quando eu tô na porta: - professora, posso falar com você? Aí pergunta uma coisinha e outra”.

Neste contexto, foi ainda mencionado o fato de serem procurados pelos alunos como amigos *“eles não me procuram como professora e sim como amiga”*, fato que confirma a necessidade da existência de vínculo de confiança na relação professor-aluno, tão importante para o bom desenvolvimento das atividades de Orientação Sexual.

Encerrando esta categoria, como subcategoria mais indicada entre os sujeitos de pesquisa, foi apontado pelos professores (32%) sua preocupação e até sua indignação com a influência dos meios de comunicação em massa na abordagem da sexualidade afinal, *“a televisão está mostrando isso claramente, não tem mais censura”*.

A questão da mídia que, se por um lado favorece a comunicação possibilitando as mensagens de imediato ao público, por outro contribui para a dissimulação do erotismo de forma inadequada, influenciando comportamentos e atitudes, inadequadas às crianças e aos adolescentes⁽²⁵⁾.

Interessante, porém, é considerar que os professores, conscientes desse bombardeio de informações pelos meios de comunicação em massa, propõem uma saída para a situação: *“é um assunto dinâmico, é um assunto rápido. A TV, o computador, o acesso às informações hoje são muito rápidas, então, nós temos que receber essas informações e decodificá-las e tentar aplicar o mais rápido possível.”*

Os professores, diante de tais considerações, demonstram consciência da importância de sua participação para diminuição dos efeitos nocivos dos meios de comunicação em massa, no sentido de proteger o aluno de percepções e conceitos errôneos sobre a sexualidade, o que o exporia a riscos no desenvolvimento da

mesma.

O professor tem a função de preparar os alunos para filtrar essas informações, por meio de uma visão crítica, que só será possível quando o aluno estiver munido do conhecimento adequado sobre a temática.

Mais uma vez, confirma-se a necessidade de preparo contínuo dos professores, para que consigam “competir” com a rapidez da disseminação de informações equivocadas sobre sexualidade e, assim, proteger os educandos de concepções duvidosas.

4.3.3 Quando Começar a Orientação Sexual na Escola

Os professores foram questionados também sobre quando começar a Orientação Sexual na escola, e a partir de suas respostas, foram criadas quatro subcategorias apresentadas no Quadro 4.

Na opinião de grande parte dos professores (36%), a 1ª série é a fase indicada para o início das atividades de Orientação Sexual na escola, pois *“a 1ª série é uma idade excelente porque acho que se começa cedo e da maneira certa com a linguagem certa, eu acho que essa criança vai ter uma adolescência muito mais tranqüila em relação à própria identidade sexual”*. Porém, os professores manifestam suas ressalvas em relação à idade: *“desde a 1ª série, só que só vai trabalhar de acordo com a idade”*.

Partindo do pressuposto de que as crianças de hoje sabem muito mais sobre sexualidade do que a geração mais velha^(24,50), esse dado se diferencia ao praticado no século XIX, quando, em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça, era necessário controlar o que Foucault denominou de “sexualidades periféricas”, entre

elas “crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos”⁽⁴⁾.

Quadro 4. Categoria: Quando Começar a Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.

Subcategoria	Unidades Significativas
1ª Série (36%)	<i>“Na 1ª série já é uma idade excelente porque acho que se começa cedo e da maneira certa com a linguagem certa, eu acho que essa criança vai ter uma adolescência muito mais tranqüila em relação à própria identidade sexual”.</i> <i>“Desde a 1ª série só que só vai trabalhar de acordo com a idade. Com a 1ª série você vai trabalhar o nível de diferença sexual de menino e menina...”</i>
5ª Série (22%)	<i>“ A partir da 5ª série eu pessoalmente acho que devemos falar sobre todos os aspectos diante da dúvida do aluno”</i> “ <i>“Eu acho que na 5ª série seria ideal porque as meninas estão menstruando muito cedo e elas precisam saber das conseqüências disso... elas podem engravidar, então, elas têm que tomar cuidado com o que elas vão fazer”.</i>
7ª Série (9%)	<i>“7ª série. Eu acho que teria que ser mais tarde, eu acho que teria que ter valores primeiro de pessoa, ter respeito com o seu corpo, como ele se relaciona com o mundo...”</i> <i>“ 7ª série. Eu acho que eles têm que ser mais velhos, eles estão pulando fases da vida deles. Será que não estão lidando muito cedo com informações sobre isso também?”</i>
Baseado no interesse do sujeito (33%)	<i>“ Eu acho que se você deixa ele perguntar aí vai surgindo o assunto, ali ele coloca as dúvidas dele. Eu deixo isso em aberto pra eles irem tirando as dúvidas quanto ao que eles querem saber. Então, eu acho que parte mais deles do que da gente”.</i> <i>“ Acho que falar por falar não, mas quando surge a dúvida tem que falar, não importa a idade”.</i>

Sabe-se que o silêncio ou as explicações inadequadas, não protegem as crianças de nada, ao contrário, fazem com que fiquem mais curiosas, podendo causar reações contrárias das esperadas pela escola e pela sociedade, ou seja, que acabem por buscar respostas próprias e muitas vezes atropelando a teoria com a velocidade da prática, expondo-se a perigos próprios do desenvolvimento da sexualidade, tanto físicos, quanto psicológicos.

Outros estudos coincidem com os resultados desta pesquisa, indicando que a

Orientação Sexual deve começar o mais cedo possível^(20,89) em um processo contínuo e gradativo, porém, alguns professores relatam não saber o que e nem como, abordar o tema sexualidade com as crianças de 1ª série.

Esta questão também foi trazida nestes resultados quando o professor afirma que *“com a 1ª série você vai trabalhar o nível de diferença sexual de menino e menina”*, ou seja, as relações de gênero, sugerindo que a abordagem da sexualidade deve ser sutil nesta fase e ir ganhando profundidade de acordo com a maturidade da criança. A literatura indica que nas séries iniciais deve-se trabalhar higiene e saúde, corpo, diferenças entre os sexos, sentimentos e preconceitos, e da 4ª série em diante DST, gravidez e parto⁽⁶⁶⁾.

Traz ainda que antes mesmo da puberdade, já é possível conversar sobre menstruação, gravidez, ato sexual, vida social, namoro e afeto, entre outros assuntos⁽⁹⁸⁾.

Experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam este trabalho apontam para resultados importantes, como o aumento do rendimento escolar e o aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. Quanto às crianças menores, os professores relatam que informações corretas ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula. No caso dos adolescentes, as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia, para tornar-se assunto de reflexão⁽¹¹⁾.

A 5ª série também foi indicada pelos docentes (22%) como uma fase adequada para o início da Orientação Sexual na escola, pois, segundo os professores, *“a partir da 5ª série eu pessoalmente acho que devemos falar sobre todos os aspectos diante da dúvida do aluno”*, sugerindo que nesta fase há um aumento da curiosidade dos alunos acompanhada por uma maturidade que já

possibilita a discussão dos temas que circundam a sexualidade.

Ainda para sustentar este dado, os professores apontam um importante fato a ser considerado: *“eu acho que na 5ª série seria ideal porque as meninas estão menstruando muito cedo e elas precisam saber das conseqüências disso. Elas podem engravidar, então, elas têm que tomar cuidado com o que elas vão fazer”*.

A menarca tem ocorrido, em média, aos 12 anos⁽⁵⁴⁻⁵⁸⁾ e tem-se observado que o intervalo de tempo entre a ocorrência desta e a primeira relação sexual ou coitarca está cada vez mais curto⁽⁵⁹⁾.

Esses dados dão subsídios para a indicação dos professores de que a Orientação Sexual, num sentido preventivo, deve começar antes desta fase, nesta pesquisa indicada entre os 10 e 11 anos, idade que corresponde à 5ª série, mas pode ainda começar aos pré-púberes, aumentando as chances de eficácia na transmissão e absorção dessas informações pelos alunos.

Os professores (9%) indicaram também a 7ª série como a fase ideal para o início dos trabalhos de Orientação Sexual. Essa indicação tem como base que *“eles têm que ser mais velhos, eles estão pulando fases da vida deles. Será que não estão lidando muito cedo com informações sobre isso também?”*. Este resultado se contrapõe ao anteriormente discutido, pois na 7ª série, as adolescentes já teriam tido a menarca e quem sabe até a sexarca, estando à mercê dos riscos da atividade sexual desprotegida por falta de informação.

A justificativa apresentada pelos professores para postergar a idade para a Orientação Sexual pode estar calcada na tentativa de “proteger” o aluno dos temas sobre a sexualidade, os quais, segundo eles, os adolescentes têm lidado desde muito cedo, *“pulando fases da vida”*.

Os professores crêem, ainda, que o aluno *“teria que ter valores primeiro de*

peessoa, ter respeito com o seu corpo, como ele se relaciona com o mundo” para depois começar a se relacionar com o outro. Porém, esse processo acontece com cada indivíduo em um tempo e de um modo diferente do outro, por isso a necessidade de preparar o sujeito o mais cedo possível, para desenvolver habilidades para o relacionamento interpessoal seguro e prazeroso.

Finalizando esta categoria, uma grande parte dos professores (33%) indicou que a Orientação Sexual na escola deve acontecer baseada no interesse do aluno *“eu acho que se você deixa ele perguntar aí vai surgindo o assunto, ali ele coloca as dúvidas dele. Eu deixo isso em aberto pra eles irem tirando as dúvidas quanto ao que eles querem saber. Então, eu acho que parte mais deles do que da gente”.*

Confirmando este dado, Guinaro⁽¹⁰¹⁾ afirma que a escola seria o espaço para deixar que a sexualidade fluísse para depois tomá-la em consideração. Admitindo que a sexualidade necessariamente aflora, a escola cumpriria seu papel, se, nas práticas escolares, surgissem ocasiões para que ocorra a vontade de conhecer.

Os professores afirmam que a abordagem da sexualidade baseada na espontaneidade do aluno deve ser feita em qualquer idade: *“acho que falar por falar não, mas quando surge a dúvida tem que falar, não importa a idade”.* As manifestações da sexualidade, diferentes em cada etapa do desenvolvimento, são uma excelente oportunidade para os professores desenvolverem um trabalho de Orientação Sexual não previamente programado.

A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas, e suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente. Este fato requer que os professores estejam preparados continuamente para lidar com elas, ou seja, ter uma atitude de acolhimento dessas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder satisfatoriamente às mesmas.

Porém, para alguém, educar pode significar amestrar a criança para que se comporte de um modo determinado, precisamente conforme as exigências de um costume considerado médio e normal. Assim, a “criança não deve ser aquilo que é, não deve realizar a sua potencialidade, não deve avançar pela sua estrada, não deve desenvolver as suas qualidades. Ela tem obrigação de tornar-se igual a nós, de desenvolver-se segundo a nossa vontade, de percorrer o caminho que nós escolhemos, de valorizar a qualidade que nós julgamos boa⁽⁴⁶⁾”.

Agindo dessa forma, o professor inibirá a espontaneidade característica da criança, sufocando as dúvidas que poderiam ser sanadas e aumentando os conflitos no processo do seu desenvolvimento pela falta de informação e de abertura para discussão.

A Orientação Sexual na escola implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. Se é desejável que os alunos desenvolvam uma postura de respeito às diferenças, é fundamental que isso seja tratado desde o início da escolaridade e continue sendo tratado cada vez com maiores possibilidades de reflexão, compreensão e autonomia. Sabe-se, entretanto, que é um processo de aprendizagem que precisa de atenção durante toda a escolaridade⁽¹¹⁾.

Para Freire⁽⁶³⁾, para nortear nossa prática educativa significa nos pautamos no pressuposto de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que os indivíduos implicados em uma ação pedagógica possam participar da produção compartilhada do conhecimento.

4.3.4 Participação da Família na Orientação Sexual na Escola

A partir dos resultados da coleta de dados por meio do Grupo Focal, foi criada, ainda, uma nova categoria, a qual não constava como uma questão norteadora do trabalho, mas que foi criada devido à grande frequência de apontamentos pelos professores. Esta categoria se refere à influência dos pais na Orientação Sexual na escola, bem como às dificuldades que eles enfrentam nesta questão.

Quadro 5. Categoria: Participação da família na Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.

Subcategoria	Unidades Significativas
Conflito pais x professores (45%)	<i>“Alguns pais às vezes quando você vai conversar com os alunos eles vêm cobrar depois: porque você falou isso? Com autorização de quem? Então monta-se uma barreira dos pais contra o professor e o prejudicado acaba sendo a criança”.</i> <i>“Depois que eu comecei a trabalhar com o assunto, veio uma mãe reclamar porque achou que não era o momento de eu estar falando o assunto com os alunos”.</i>
Necessidade de trabalhar com os pais (19%)	<i>“Antes de educar os alunos, tem que educar os pais”.</i> <i>“Tudo depende de estar trabalhando com os pais, eu falo não só como educadora, mas como mãe”.</i> <i>“Teria que fazer um trabalho com os pais também, porque se eu não cobro responsabilidade do meu filho, ele vai fazer o que ele quiser”.</i>
Falta de conversa dos pais com os filhos (23%)	<i>“Eu penso que os pais bloqueiam 1º porque eles não têm conhecimento, 2º porque eles têm vergonha de falar com os filhos, porque é difícil falar, responder essas perguntas dos adolescentes, das crianças”.</i> <i>“Eles não têm essa educação em casa, os pais não têm aquele diálogo, não são abertos, não falam para os filhos. Às vezes eles têm receio de falar nesse assunto.”</i>
Falta de conversa dos filhos com os pais (13%)	<i>“Ele (o aluno) tem mais facilidade de tirar uma dúvida com o professor do que com o pai e com a mãe, ele se sente mais a vontade na escola”.</i> <i>“Porque o pai trabalha e não tem muito contato, ou sei lá por vergonha mesmo de perguntar ou porque o pai vai achar que ele já está praticando ou ele está fazendo alguma coisa errada”.</i>

No passado, acreditava-se que as famílias apresentavam resistências à abordagem das questões de sexualidade no âmbito escolar, mas, atualmente, acredita-se que os pais reivindicam a Orientação Sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre o assunto em casa⁽¹¹⁾.

Este dado, porém, mostra-se conflitante ao indicado pelos professores neste estudo. A questão mais apontada por eles (45%) e refere justamente ao conflito dos pais em relação à escola, e, conseqüentemente, ao professor: *“depois que eu comecei a trabalhar com o assunto, veio uma mãe reclamar porque achou que não era o momento de eu estar falando o assunto com os alunos”*.

Os professores demonstram sua preocupação e insatisfação pela atitude, muitas vezes agressiva, dos pais de cobrarem dos mesmos o porquê abordar a temática na escola. Complementam, ainda, indignação com uma questão importante a ser mencionada: *“alguns pais, às vezes quando você vai conversar com os alunos eles vêm cobrar depois: porque você falou isso? Com autorização de quem? Então monta-se uma barreira dos pais contra o professor e o prejudicado acaba sendo a criança”*.

Com base neste fato, os professores (19%) abordaram outra questão importante que compõe esta categoria: a necessidade de trabalhar com os pais para que atuem em parceria com os trabalhos desenvolvidos na escola, não como opositores, afinal *“tudo depende de estar trabalhando com os pais, eu falo não só como educadora, mas como mãe”*.

A reação negativa dos pais em relação às atividades de Orientação Sexual se deve, por vezes, pelo fato de não estarem previamente conscientes do desenvolvimento dessas atividades na escola e serem pegos de surpresa pelos

comentários dos filhos.

Sendo assim, a escola deve fazer, sistematicamente, o trabalho de Orientação Sexual com o aval da família, principalmente no ensino fundamental^(20,47).

Há a necessidade de integração familiar, mostrando ser preciso trabalhar juntos, professores e pais, deixando os pais cientes do que trabalham para que não pensem que estão incentivando a iniciação sexual dos seus filhos ou para que não haja preocupação ou preconceito por parte dos pais com a Orientação Sexual oferecida pela escola.

A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho. O apoio dos pais aos trabalhos desenvolvidos com os alunos é um aliado importante para o êxito da Orientação Sexual na escola⁽¹¹⁾.

Assim, a escola deve informar os pais sobre a Orientação Sexual para que eles concordem e estejam cientes, evitando conflitos. Para tanto, faz-se necessário dar retorno aos pais sobre o conteúdo oferecido e os temas discutidos, no sentido de tranquilizá-los quanto à qualidade do trabalho desenvolvido no ambiente escolar.

Um momento adequado para esse *feedback* seria as reuniões de pais e mestres realizadas periodicamente pela escola.

Ainda em relação aos pais, os professores indicaram a necessidade de “*antes de educar os alunos, tem que educar os pais*” em relação à sexualidade, supondo que o conhecimento deles sobre o assunto seja deficiente, o que compromete os esforços da escola em conduzir o aluno a reflexões sobre sexualidade.

Neste sentido, o trabalho educativo precisa ser estendido aos familiares, o que seria uma forma de conscientizá-los e sensibilizá-los a estas questões

principalmente voltadas à educação para reflexões mais amplas da sexualidade⁽²⁵⁾ e também oferecer orientação e informações aos mesmos, pois muitos não conseguem lidar com os questionamentos dos próprios filhos.

Esse desconhecimento do assunto por parte dos pais acaba por restringir o diálogo, quando existente, dos pais com os filhos no que toca à sexualidade, sendo esta questão considerada relevante pelos professores.

As razões indicadas pelos professores (23%) como responsáveis pela falta de diálogo dos pais com os filhos são: *“1º porque eles não têm conhecimento, 2º porque eles têm vergonha de falar com os filhos, porque é difícil falar, responder essas perguntas dos adolescentes, das crianças”*. Assim, *“eles não têm essa educação em casa, os pais não têm aquele diálogo, não são abertos, não falam para os filhos”*

Muitos alunos não têm oportunidade e nem liberdade de conversar com os próprios familiares, em razão, da maioria das vezes, dos pais serem despreparados ou terem dificuldades em lidar com o assunto; acabam deixando o assunto de lado e não orientam seus filhos de forma adequada⁽²⁵⁾.

Na falta de diálogo em casa, os adolescentes acabam buscando informação e orientação em outros espaços de convivência, como escola, amigos, mídia, entre outros⁽²⁵⁾, o que pode expor a informações distorcidas sobre sexualidade, comprometendo suas concepções sobre o assunto e, conseqüentemente, seu comportamento.

Complementando a deficiência dos pais, os professores (13%) indicaram a dificuldade dos filhos de estabelecerem diálogo com os pais sobre o assunto, completando um círculo vicioso.

Os professores indicam que *“ele (o aluno) tem mais facilidade de tirar uma*

dúvida com o professor do que com o pai e com a mãe; ele se sente mais à vontade na escola”.

Esse fato pode estar intimamente ligado, conforme mencionado pelos próprios professores, ao fato do aluno não ter muito contato diário com os pais ou até mesmo por vergonha de perguntar e ainda pela chance de “o pai achar que ele está fazendo alguma coisa errada”.

Brêtas⁽³⁵⁾ complementa que os pais apresentam enormes dificuldades com a sexualidade dos filhos adolescentes, acabando por transferir o papel educativo a terceiros e reproduzindo formas disciplinares de controle, perpetuando um ciclo por muitas gerações.

Ainda assim, não compete à escola julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possam se expressar e colaborar para a construção do conhecimento dos alunos, bem como contribuir para o exercício de sua cidadania.

4.3.5 Assuntos a Serem Abordados na Orientação Sexual na Escola

Encerrando as questões aplicadas aos Grupos Focais, foram questionados aos professores, quais assuntos deveriam ser abordados na Orientação Sexual na escola (Quadro 6). Estes resultados corroboram com os indicados em outros estudos^(22,24,61).

As DST/AIDS são indicadas pelos professores (21%) como tema central da Orientação Sexual na escola⁽¹⁰²⁾. Esse fato pode ser justificado por toda a exploração do tema atualmente pela mídia e pelas instituições de ensino e saúde, bem como por suas repercussões individuais e sociais.

Estudos mostram que os adolescentes possuem conhecimento satisfatório sobre as DST^(89,103), porém, atualmente, 25% de todas as DST são diagnosticadas em jovens com menos de 25 anos⁽¹⁰⁴⁾.

Quadro 6. Categoria: Assuntos a serem abordados na Orientação Sexual na Escola. Embu- SP, 2007.

Subcategoria	Unidades Significativas
DST/AIDS (21%)	<i>“As DST, não só a AIDS, eles sabem muito sobre a AIDS, mas as outras doenças...”</i>
Gravidez (12%)	<i>“A questão da gravidez na adolescência, a questão da responsabilidade paterna e materna, toda essa consciência que você tem que ter antes mesmo de experimentar o sexo”.</i> <i>“A gravidez na adolescência é um dos assuntos de maior importância, por que a incidência dentro do grupo da comunidade ainda é muito grande”.</i>
Conhecimentos sobre o corpo (12%)	<i>“Eu trago livros, eu explico tudo sobre o aparelho reprodutor feminino e masculino aí depois eu entro na questão dos métodos contraceptivos e depois nas DST. E por último a gente vai discutir as questões morais”.</i>
Questões morais/éticas (9%)	<i>“O que era certo agora tá ficando o errado, e o que era errado, o certo”.</i>
Métodos contraceptivos (9%)	<i>“Qual a importância da camisinha, dos métodos anticoncepcionais, o mal que as doenças podem causar para o seu corpo”.</i>
Auto-estima (9%)	<i>“Não tem aquela parte de se preservar a auto-estima, de estar se cuidando, se valorizando”.</i> <i>“O principal problema está na valorização do eu. Eles não conhecem o próprio corpo, quem eles são, eles não valorizam a origem, não valorizam a família.”</i>
Respeito pelo outro (9%)	<i>“Consciente do seu próprio corpo, de sua sexualidade, e que a sexualidade é também a relação com o outro”.</i> <i>“Muitos adolescentes infelizmente não têm a preocupação com o outro que está nessa relação. Acho que isso é fundamental.”</i>
Inter-relacionamentos (7%)	<i>“Ficar é comum pra eles, mesmo que você fale que no ficar pode acontecer qualquer coisa, mas não tem responsabilidade nenhuma. Aconteceu. Se rolar, rolou”.</i> <i>“O que é o ficar, o que é o namorar, o que é constituição de uma família.”</i>

(Continuação do Quadro 6).

Subcategoria	Unidades Significativas
Homossexualidade (3%)	<i>“Na escola eles mostram isso. Podem esconder em casa, mas na escola isso aflora”.</i> <i>“de repente meu aluno é hetero ou homo, ele precisa ser respeitado tanto quanto cada um de nós”.</i>
Responsabilidade (3%)	<i>“A idéia de conscientização do problema, das conseqüências, das responsabilidades. Por que não é simplesmente ter o filho por ter, mas o que vai acontecer? E o futuro? E a minha vida?”</i>
Aborto (2%)	<i>“A gente sabe de casos de aborto de meninas muito novas que para preservar a integridade elas acabam fazendo para não prejudicar a vida social, vamos dizer assim”.</i>
Masturbação (2%)	<i>“Falar de masturbação em sala de aula... masturbação é um mito.”</i>
Drogas (2%)	<i>“Nossa escola ainda pode trabalhar contra isso pois existe escolas em certos bairros que não é permitido trabalhar isso por conta dos donos das bocas”.</i>

As DST representam um sério impacto na saúde reprodutiva das adolescentes, podendo causar esterilidade, doença inflamatória pélvica, câncer de colo uterino, além de interferir negativamente sobre a auto-estima⁽¹⁰⁵⁾. Esses dados indicam a necessidade de ampliar informações sobre as DST/AIDS entre os escolares.

Os professores chamam, ainda, a atenção para algo importante: *“as DST, não só a AIDS, eles sabem muito sobre a AIDS, mas e as outras doenças?”*, fato que segundo eles, deve ser corrigido com abordagem das demais DST na escola para ampliar o conhecimento dos alunos sobre a questão, especialmente no que toca à prevenção das mesmas.

A realidade brasileira revela que existe um preconceito dos jovens em relação ao uso da camisinha, e que, embora o nível de informação sobre a transmissão e a prevenção das DST seja satisfatório, ele não tem sido suficiente para gerar comportamentos preventivos. Mais uma vez confirma-se o papel da escola, como abordado no início desse capítulo, de transformar a informação em formação,

promovendo a reflexão e a conscientização dos alunos, estimulando mudanças de comportamento, sendo esse, o grande desafio da instituição.

A gravidez na adolescência surge por parte dos docentes (12%) como outro assunto de suma importância para abordagem no contexto escolar *“porque a incidência dentro do grupo da comunidade ainda é muito grande”*. Esse assunto, mais do que atrelado à sexualidade, merece atenção especial nas escolas, já que representa um problema severo na sociedade, sendo considerado um problema de saúde pública, exigindo um trabalho efetivo para minimizar a situação existente.

Dividindo espaço como mais um assunto de importância para abordagem na Orientação Sexual na escola, está o conhecimento do corpo (12%). *“Eu trago livros, eu explico tudo sobre o aparelho reprodutor feminino e masculino aí depois eu entro na questão dos métodos contraceptivos e depois nas DST. E por último a gente vai discutir as questões morais”*.

Informações sobre o corpo, feminino e masculino, têm o objetivo de diminuir os conflitos próprios do desenvolvimento puberal e da maturação sexual, bem como suscitar a reflexão da importância do auto-cuidado com a saúde.

Os jovens demonstram a percepção de que as modificações que estão ocorrendo em sua afetividade, os valores e as expectativas decorrem, também, de processos que estão promovendo a transformação do seu corpo em um corpo adulto, dotado de atributos sexualizantes⁽²⁴⁾. Porém, normalmente, na escola, a abordagem do corpo tende a ser limitada ao biológico, “sufocando a sexualidade que se converte em genitalidade, e da genitalidade flui a natalidade”⁽⁴⁶⁾.

A abordagem do corpo na escola não deve não se ater somente em sua versão biológica, com finalidades reprodutivas, mas ao encarar o corpo como um produtor e receptáculo de amor e prazer, calcados no conceito da responsabilidade

individual e com o outro.

Ainda como tema de destaque na Orientação Sexual e também de cunho biológico, está o conhecimento sobre os métodos contraceptivos (9%), intimamente relacionado aos temas anteriormente apresentados na função da prevenção das DST/AIDS e da gravidez na adolescência, fato justificado pela fala do professor: *“qual a importância da camisinha, dos métodos anticoncepcionais, o mal que as doenças podem causar para o seu corpo”*

Estudos apontam que o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais entre os adolescentes é bom e está relacionado com o nível educacional^(103,106). Sabe-se que o conhecimento inadequado sobre os métodos contraceptivos pode ser um fator de resistência à aceitabilidade e ao uso desse método, sendo de grande importância investir neste conhecimento com os alunos.

Entre os métodos contraceptivos, a camisinha e a pílula são os mais conhecidos, e os adolescentes têm uma atitude favorável ao uso da camisinha, porém não a usam em todas as relações⁽¹⁰³⁾.

Esse dado se refere, entre outros, ao fato de que as adolescentes continuam sem capacidade de negociar o sexo seguro com seus parceiros expondo-se a riscos dos quais têm conhecimento, o que confirma a importância da abordagem do assunto pela escola de maneira clara e profunda, na intenção de desenvolver habilidades de negociação e mudança de comportamento.

Mudando o foco (biológico) da abordagem dos assuntos na Orientação Sexual na escola, as questões morais e éticas foram indicadas pelos professores (9%), como assunto de importância, afinal, *“o que era certo agora tá ficando o errado, e o que era errado, o certo”*, apontando a preocupação dos mesmos com os atuais padrões morais que norteiam nossa sociedade.

É necessário intensificar em sala de aula, o diálogo e a divulgação de conhecimento sobre ética pela vida e responsabilidade sexual, mas não no sentido do ajuizamento de valores e sim da troca de idéias e experiências afetivas, cognitivas e psico-emocionais⁽²⁵⁾.

Mantendo íntima relação com o tema, foi indicada a necessidade de trabalhar a questão da auto-estima (9%), pois, segundo os sujeitos de pesquisa, *“o principal problema está na valorização do eu. Eles não conhecem o próprio corpo, quem eles são, eles não valorizam a origem, não valorizam a família”*.

Os adolescentes devem ser estimulados em todos os sentidos ao desenvolvimento de sua auto-estima. Os educadores podem lhes dar condições para que sejam eles mesmos, pois, nas relações hierárquicas ou de poder, ao exercer uma autoridade distorcida, os professores desautorizam os adolescentes, impedindo-lhes a criatividade, e a participação verdadeira⁽²⁰⁾.

“Consciente do seu próprio corpo, de sua sexualidade, e que a sexualidade é também a relação com o outro”, é possível inserir o próximo tema indicado pelos professores para compor a abordagem da sexualidade pela escola: o respeito pelo outro (9%), pois *“muitos adolescentes infelizmente não têm a preocupação com o outro que está nessa relação. Acho que isso é fundamental.”*

A sexualidade envolve pessoas e, conseqüentemente, sentimentos, que precisam ser respeitados. A escola tem papel importante de canalizar essa energia, que é vida, para produzir conhecimento, respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade⁽¹¹⁾.

Ainda nesse sentido, os professores (7%) indicam a importância de abordar a questão dos inter-relacionamentos, assunto que lhes traz preocupação com a necessidade da revisão de certos conceitos atuais. Para eles, é necessário redefinir

conceitos como: “o que é o ficar, o que é o namorar, o que é constituição de uma família”, pois o “ficar é comum pra eles, mesmo que você fale que no ficar pode acontecer qualquer coisa, mas não tem responsabilidade nenhuma. Aconteceu. Se rolar, rolou”.

Dentre os tipos de relacionamentos, o “ficar” foi eleito motivo de maior preocupação para os professores. Isso se deve pelo fato de se tratar de um tipo de relacionamento que os adolescentes procuram como forma de buscar a afirmação de um papel sexuado no grupo e, desse modo buscam também uma identidade sexual. Um tipo de relacionamento fundamentado na atração física, no erotismo, na existência da “não exclusividade”⁽²⁴⁾.

O “ficar”, não valoriza o componente afetivo na vida do indivíduo e em suas relações entre si. Mas, apesar de não favorecer laços afetivos, é cenário para o desenvolvimento sexual, expondo o par aos riscos da atividade sexual desprotegida.

Os professores têm a preocupação de transmitir aos alunos conceitos de relacionamentos que envolvem sentimentos, companheirismo e responsabilidade, como o namoro, e a “constituição de uma família”. Talvez este desejo tenha como pano de fundo a idéia de que a sexualidade está restrita a um casal ligado pelos laços do matrimônio, com objetivo procriativo ou, ainda, na tentativa de proteger os adolescentes de possíveis frustrações psicológicas advindas dos relacionamentos desprovidos de compromisso.

O próximo tema indicado para ser abordado na Orientação Sexual na escola já foi introduzido: a questão da responsabilidade (3%). Os professores sentem-se na incumbência de conscientizar seus alunos sobre as conseqüências de suas ações, as quais surtirão efeito a curto, médio ou longo prazo.

É função da escola contribuir para uma visão positiva da sexualidade, como

fonte de prazer e realização do ser humano, assim como aumentar a consciência das responsabilidades⁽¹⁰⁾.

É necessário levar os adolescentes a pensarem nas responsabilidades e nas conseqüências que as práticas sexuais podem levar⁽⁹⁵⁾ e submetê-los a momentos de reflexão franca sobre, entre outras coisas, seus comportamentos e quem esperam ser no futuro^(24,50).

Há de se ter cuidado, porém, para que o termo responsabilidade não seja utilizado como um instrumento repressivo, quando se trata do exercício da sexualidade. O discurso utilizado não deve impor a culpa, impedindo que os jovens possam assumir a verdadeira responsabilidade de estarem juntos em uma inter-relação segura do ponto de vista da saúde sexual, com troca recíproca de amor e prazer.

A homossexualidade também foi indicada (3%) como um assunto a ser abordado, por fazer parte do contexto escolar, pois, segundo os sujeitos de pesquisa, *“na escola eles mostram isso. Podem esconder em casa, mas na escola isso aflora”*. Diante desta realidade, os professores manifestaram sua preocupação em relação ao respeito que esses alunos merecem ter. *“De repente meu aluno é hetero ou homo, ele precisa ser respeitado tanto quanto cada um de nós”*.

Esse resultado se difere do apresentado por pesquisa realizada pela UNESCO⁽¹⁰⁷⁾, a qual revela que os professores não apenas tendem a silenciar frente à homofobia, mas, muitas vezes, colaboram ativamente na reprodução de tal violência.

A questão da homossexualidade é antiga. No século XVIII, o discurso médico informava que se o sexo não fosse controlado podia ameaçar não só o indivíduo, mas a própria geração futura com doenças. O sistema hereditariedade-perversão ou

Teoria da Degenerescência considerava que uma hereditariedade carregada de perversão sexual podia produzir um perverso sexual (homossexual), raquitismo dos filhos, esgotamento nervoso, podendo comprometer as gerações futuras e, conseqüentemente, uma sociedade saudável. O homossexual vira uma espécie passível de classificação, constituindo-se em um exemplo social e coletivo do que não se deve fazer, exemplo de denegação sexual⁽⁴⁾.

Atualmente o Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros (GLBTT) e Promoção da Cidadania Homossexual⁽¹⁰⁸⁾, no capítulo V Direito à Educação, propõe como diretriz fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade e estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia.

O aborto não poderia ficar de fora desta lista de assuntos (2%), também sendo considerado importante para abordagem no espaço escolar, devido ao fato de que *“a gente sabe de casos de aborto de meninas muito novas que para preservar a integridade elas acabam fazendo para não prejudicar a vida social, vamos dizer assim”*. Independente das questões religiosas que possam servir de base para esta indicação dos professores, há de se considerar a importância de trazer ao conhecimento dos alunos, especialmente das adolescentes, os riscos físicos e emocionais pertinentes à prática do aborto, considerada ilegal pela Constituição Brasileira. Cabe ao professor, além da conscientização desses agravos, estar disposto a ajudar uma aluna que passa pela situação da gravidez indesejada, colaborando para que a mesma encontre um meio para resolução do problema, sem se expor a riscos de morte.

Completando os “tabus” ao lado da homossexualidade e do aborto, a

masturbação também foi considerada importante para abordagem na escola (2%) apesar do fato que *“falar de masturbação em sala de aula... masturbação é um mito.”*

A questão da masturbação também é antiga, e da mesma forma sua relação com a escola e o professor. Desde o fim do século XVII até o fim do século XIX, o investimento sobre a família, em especial na mulher e na criança, foi fundamental para a consolidação da burguesia. Aos filhos dos burgueses eram ensinadas as “disciplinas do corpo”, onde médicos e educadores se preocupavam por suas práticas onanistas (masturbação), considerada uma doença que ameaçava a capacidade física, e mais ainda, a capacidade intelectual, comprometendo o futuro sadio de sua família e da classe social⁽⁴⁾.

O onanismo era visto como uma das patologias mais sérias, comprometedora não apenas da saúde individual, mas de todo o corpo social, da hereditariedade sadia. Na época, os pedagogos e os médicos combatiam realmente o onanismo das crianças como uma epidemia a ser extinta.

A escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e dos aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa. A emissão da opinião pessoal do professor na sala de aula pode ocupar o espaço dos questionamentos, incertezas e das ambivalências, necessários à construção do próprio aluno⁽¹³⁾.

O último, porém não menos importante tema a ser abordado na escola, são as drogas (2%). Neste assunto, os professores deste estudo consideram-se privilegiados, pois *“nossa escola ainda pode trabalhar contra isso, pois existem escolas em certos bairros que não é permitido trabalhar isso por conta dos donos*

das bocas”.

As drogas têm ganhando cada vez mais espaço no ambiente escolar, incluindo as drogas lícitas e ilícitas e ambas as modalidades acarretam alterações dos estados de consciência, possibilitando resultados direta ou indiretamente prejudiciais aos seus usuários, inclusive a diminuição da capacidade de aprendizagem e do rendimento escolar. O consumo de drogas pode não necessariamente estar diretamente associado à violência, mas, em se tratando do tráfico, a situação se torna mais delicada. Embora os usuários de drogas possam ser mais vulneráveis negativamente à violência, esta pode atingir – e freqüentemente atinge – inclusive os que não usam drogas e que são adversários do seu consumo.

A construção de uma visão crítica sobre o fenômeno da violência mostra-se fundamental, à medida em que permeia todas as relações sociais, nas quais que são profundamente afetados os membros da comunidade escolar, como, os alunos, professores, diretores e pais.

Finalizando a discussão dos resultados desta pesquisa, se fazem necessário algumas reflexões com auxílio da literatura sobre o assunto.

A escola, pela sua importância no campo de socialização da criança e do adolescente, é um importante veículo para a Orientação Sexual. Mas, devido ao despreparo dos professores para discussão do tema e a utilização por parte destes de mecanismos de controle como a repressão ou a biologização da sexualidade, acaba por vincular o exercício da sexualidade somente às funções reprodutoras.

Esta equivalência imposta entre sexualidade e reprodução, como um fenômeno essencialmente biológico, objetivo, palpável por meio dos filhos gerados, ocasiona uma cisão entre a sexualidade e a subjetividade, restando apenas informações sobre reprodução, anatomia, fisiologia, AIDS e contracepção, deixando

de lado a subjetividade, seja da criança ou do adolescente⁽³⁵⁾.

Segundo Foucault, o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de retirar e se apropriar de um “produto humano”, tem como função maior adestrar ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor desse produto. Para o autor, a disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia⁽⁶⁾.

O autor complementa que o poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo: que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a ameaça de um castigo que nada mais é do que sua repressão. Supõe-se que essa interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista⁽⁴⁾.

A sociedade civilizatória depende da repressão sexual, devido ao “caráter agressivo e destrutivo das pulsões sexuais conflitantes e que, embora fosse necessário diminuir a ignorância e os preconceitos sexuais, não seria para o bem da humanidade e para a ordem social, eliminar toda a repressão”⁽¹⁰⁹⁾.

Existe uma quantidade enorme de regras, especialmente na matéria sexual e, por meio do processo de doutrinação conhecido com o nome de educação, faz-se com que o indivíduo as interiorize, as absorva, as tome como suas. Porém, as metodologias pedagógicas não deveriam adequar-se ao sistema, mas, ao contrário, deveriam trazer à luz contradições desse sistema e a nossa escola faz de tudo para

encobrir essas contradições⁽⁴⁶⁾.

Na psicanálise, reprimir não significa exatamente jogar alguma coisa fora. A repressão está mais próxima de nossa paixão pela ignorância do que de nossa paixão pelo conhecimento. A sexualidade não é problema: ela é o lugar ao qual os problemas se fixam. Embora a sexualidade seja discutida, o problema é a forma como as discussões sobre o sexo se tornam ancoradas em discursos de patologia e eugenia racial⁽⁸³⁾.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo tão somente, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle⁽⁵³⁾.

O desafio da escola é transformar esta realidade. Para tanto, deve partir do professor na sua capacitação técnica e didática, na disponibilidade pessoal de aprender e apreender novos conceitos sobre sexualidade. O professor necessita ainda aprender e renovar as formas de transmitir esse conhecimento, de maneira a provocar no aluno o desejo de construir e interagir os conhecimentos na perspectiva de fortalecer o cuidado de si.

Há também a necessidade, por parte do professor, de entender que todo processo que busque a tomada de consciência e a adoção de condutas protetoras deve propiciar a autogestão e considerar as pessoas como sujeitos da ação, dando autonomia para que o aluno busque seu próprio caminho.

Por meio da capacitação e da disposição do professor, somados a uma condição digna de trabalho oferecida pela escola e tendo como objetivo a educação

em seu sentido mais amplo, acredita-se que os objetivos da Orientação Sexual na escola possam ser alcançados, colaborando para a construção do ser e dos cidadãos.

5. CONCLUSÕES E

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos professores deste estudo considera importante a Orientação Sexual na escola, não somente para transmissão de informações, mas também para promover reflexão sobre essas questões e gerar mudanças de conceitos e comportamentos sexuais, segundo eles, complementando a educação sexual recebida da família.

Mesmo cientes da função enquanto educadores sexuais, os professores reconhecem sua falta de preparo para a função, não somente teórica e metodológica, mas também nas questões pessoais com suas áreas de interdição sobre o sexual, que restringem sua atuação por vergonha de falar sobre o assunto. Somam-se, ainda, a falta de recursos materiais e de tempo para prepará-los, o que compromete ainda mais o desenvolvimento do trabalho de Orientação Sexual.

Os professores apontam também a necessidade de ajuda de especialistas no assunto. A ajuda de especialistas, quando pontual, não traz grandes resultados pelo distanciamento entre os alunos e o palestrante, o que dificulta a discussão e a reflexão dos temas abordados. Ao contrário, trabalhos como o Projeto de Extensão Corporalidade e Saúde, realizado durante todo o ano, mostra-se como um grande auxílio aos professores no trabalho com os adolescentes.

Para os professores deste estudo, a Orientação Sexual na escola deveria ter início desde o ingresso da criança na escola, ou seja, desde a 1ª série, em um processo contínuo e gradativo, utilizando-se de uma linguagem apropriada para cada idade, respeitando o nível de maturidade da criança para absorção das informações transmitidas. A 5ª série também foi apontada como sendo propícia para um aprofundamento das questões sobre sexualidade, devido ao aumento da curiosidade dos alunos acerca do tema e por terem maior maturidade para

discussão dos assuntos.

Muitos professores ainda não indicam uma idade ou série como marco para o início da Orientação Sexual, pois acreditam que ela deve acontecer espontaneamente, baseada na dúvida do aluno ou quando surgir o assunto. Essas manifestações, porém, transcende o planejamento curricular, exigindo do professor mais sensibilidade e preparo para conduzi-las de maneira segura.

A maior parte dos professores deste estudo aborda o tema em sala de aula por meio da leitura de textos e de discussões baseadas nas perguntas feitas pelos próprios alunos. Aproveitar também as situações do cotidiano escolar ou social trazidas pela mídia, para suscitar discussões e reflexões sobre o assunto, atividade que requer habilidade e sensibilidade do professor para fazer as considerações adequadamente.

Alguns professores, porém, ainda restringem a abordagem da sexualidade somente ao conteúdo curricular, ou seja, à disciplina de Ciências, pois, na percepção deles, esses professores teriam mais habilidade no trato com essas questões. Porém, mesmo esses professores encontram dificuldades em abordar a sexualidade em seu aspecto subjetivo, limitando-se, muitas vezes, apenas ao seu enfoque biológico.

É indicada, ainda, a abordagem da sexualidade num espaço específico, como uma oportunidade de aprofundar a discussão da temática e proporcionando tempo e espaço adequados para discussão e reflexão dos assuntos mais complexos. Para alguns professores, porém, o espaço específico é indicado como uma forma de transferir para outro profissional mais capacitado, uma função que ele não se sente capacitado para exercer.

Um fato que merece especial atenção é o medo de incentivar o aluno. Este

receio foi apontado como um grande obstáculo para o desenvolvimento das atividades de Orientação Sexual na escola, pois os professores têm medo de despertar os alunos precocemente para o assunto.

Os professores expressam também sua preocupação com a influência dos meios de comunicação em massa, pois os mesmos têm apresentado a sexualidade de maneira muitas vezes distorcida, influenciando o comportamento dos adolescentes.

Outra influência considerada pelos professores como negativa sobre o trabalho de Orientação Sexual na escola se refere à postura dos pais, que, por vezes, assumem atitudes agressivas contra os professores.

Na tentativa de minimizar esta interferência foi sugerida a necessidade de conscientizá-los do trabalho desenvolvido na escola, quanto aos temas abordados e a didática utilizada para os mesmos, pois, assim, os pais não só deixariam de se opor ao trabalho da escola, como também poderiam auxiliá-los diante de um maior conhecimento adquirido por eles mesmos sobre a sexualidade.

A experiência prática dos professores com os alunos aponta que o conhecimento deles sobre sexualidade é considerado ruim e que as maiores fontes desse conhecimento são os amigos, as revistas e a televisão, o que causa preocupação quanto à qualidade das informações transmitidas. A escola e os professores também compõem as fontes de conhecimento, porém, com menor impacto, tendo, ainda, a função de transformar conceitos errôneos recebidos de outras fontes.

A iniciação sexual entre eles tem começado mais cedo, por volta dos 12 anos, o que mais uma vez justifica que a Orientação Sexual na escola deve começar antes desta fase, para que tenha um caráter preventivo. A camisinha é o método mais

usado entre eles, fato que, reflete a consciência, por parte dos adolescentes, da importância de prevenção, não só da gravidez, mas também das DST/AIDS. A camisinha foi também indicada, juntamente com a pílula, como os métodos mais conhecidos entre os professores, o que deve colaborar com a atitude de utilização do método por parte dos alunos.

Em situações escolares de gravidez, DST/AIDS, homossexualidade e aborto entre seus alunos, a reação da maior parte dos professores é de preocupação e envolvimento na situação. Esse envolvimento está calcado, no sentido de ajudar o aluno, fato que fortalece o vínculo professor-aluno, o que tende a colaborar com o sucesso da Orientação Sexual na escola.

Quanto aos assuntos que devem ser abordados na escola, as DST/AIDS, a gravidez, o conhecimento sobre o corpo e os métodos contraceptivos foram os mais indicados, mostrando, mais uma vez, a abordagem biologicista da sexualidade na escola. Esse dado deflagra, na maioria das vezes, o despreparo do professor para a abordagem de assuntos subjetivos, que não constam na literatura escolar ou ainda no conteúdo programático.

Assuntos como respeito, responsabilidade e tabus como a homossexualidade, a masturbação e o aborto também foram considerados importantes, e requerem mais investimento por parte do professor para discussão. Em uma visão geral, os professores consideram-se aptos a discutirem todos os assuntos relacionados à sexualidade.

A escola mostra-se como um importante veículo social para a Orientação Sexual, mas tem se mostrado como uma instituição disciplinar com mecanismos de controle sobre a sexualidade como a repressão ou a biologização da sexualidade.

A abordagem da temática tem por vezes sido restrita à padrões e normas

sócio-culturais, na sua maioria vinculados às funções reprodutivas, suscitando medo e pavor nos alunos quanto à sua prática fora deste contexto, como fonte de doenças e frustrações.

Para que a sexualidade seja apresentada na escola de forma integral e legítima, requer, antes de tudo, a liberdade de expressão por parte dos alunos e uma recepção por parte dos professores livre de preconceitos. Para tanto, os professores precisam ser preparados teoricamente, didaticamente e pessoalmente para receber, codificar e devolver essas manifestações dos alunos de forma saudável e que coopere para a conformação de valores pré-estabelecidos ou formação de novos conceitos sobre sexualidade.

O professor precisa ser capacitado para conduzir os alunos num processo contínuo e gradativo de aquisição de conhecimentos e de instrumentos que transformem este conhecimento em mudanças de comportamento, garantindo, assim, um desenvolvimento saudável da sua sexualidade, livre de riscos físicos, psíquicos e sociais.

6. REFERÊNCIAS

6. REFERÊNCIAS

1. Ferreira ABH. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira; 1986.
2. Brasil. Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SP). Programa DST/AIDS. São Paulo (SP): 2004. [citado em: 2 dez 2004]. Disponível em: URL: <http://www.crt.saude.sp.gov.br>.
3. Laplanche J. Vocabulário da psicanálise. São Paulo (SP): Martins Fontes; 1992.
4. Foucault M. História da sexualidade I - a vontade de saber. 17ªed. São Paulo (SP): Graal; 2006.
5. Foucault M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro (RJ): Graal; 1992.
6. Foucault M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis (RJ): Vozes; 1987.
7. Souza MCCC. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: Aquino JG (org). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo (SP): Summus; 1997. p.11-23.
8. Freitas MJ. Sexualidade: como é tratado esse tema transversal em escolas do município do Rio de Janeiro. [monografia]. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. 2005.
9. Suplicy M, Egypto AC, Branco CC, Gonçalves EV, Menocci DT. Sexo se aprende na escola. 3ªed. São Paulo (SP): Olho d'água; 2000. p.7-14.
10. Suplicy M, Egypto AC, Vonk FVV, Barbirato MA, Silva MCP, Simonetti C, et al. Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia. 10ªed. São Paulo (SP): Casa do Psicólogo; 2004.
11. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura; 1997.
12. Freud S. A vida sexual dos seres humanos (orig.1976-1917). In: Obras completas v. XVIII Rio de Janeiro (RJ): Imago; 1976.
13. Brêtas JRS. A mudança corporal na adolescência: a grande metamorfose. Temas Sobre Desenvol 2004; 12(72):29-38.
14. Cardozo DN, Freitas IC, Fontoura MSH. Comportamento sexual de adolescentes do gênero feminino de extratos sociais distintos em Salvador. Rev Paul Pediatría 2002; 20(3):122-7.
15. Jardim DP, Marques C, Moraes MJ, Marques IR. Contracepção na adolescência: o que há entre o saber e o fazer. In: Anais 55º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 2003 nov 10-14; Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Rio de Janeiro (RJ): ABEn-RJ; 2003.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Sexualidade, prevenção das DST/AIDS e uso indevido de drogas: diretrizes para o trabalho com crianças e adolescentes. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1999.

17. Pecarari EPN; Cardoso LRD; Figueiredo TFB. Orientação sexual em Escolas de ensino fundamental: um estudo exploratório. *Cad Psicopedagogia* 2005; 5(9).
18. Egypto AC. O projeto de orientação sexual na escola. In: Egypto AC (org). *Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante*. São Paulo (SP): Cortez; 2003. p.13-31.
19. Lima MMS. Gravidez em adolescentes: o papel da escola pública. *Rev Fac Psicol PUC* 1999; 9:49-59.
20. Costa COM, Lopes CPA, Souza RP, Patel BN. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. *J Ped* 2001; 77(supl 2):217-24.
21. *Estudos e Comunicação em Sexualidade. Promover a educação sexual nas escolas*. São Paulo (SP): Instituto Polis; 2004. [citado em: 12 jun 2005]. Disponível em: URL: <http://www.ecos.org.br/boletins.asp>.
22. Brêtas JRS. Estudo comparativo do comportamento sexual entre adolescentes de segmentos sociais diferentes. *Acta Paul Enferm* 2003; 16(1):30-4.
23. Gonçalves E. *Educação sexual em contexto escolar: da formação de professor a sala de aula*. São Paulo (SP): 2004. [citado em: 1 nov 2004]. Disponível em: URL:<http://www.redemulher.org.br/teses39html>.
24. Tonatto S, Sapiro CM. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. *Psicol & Sociod* 2002 jul-dez; 14(2):163-75.
25. Moizés JS. *A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental*. [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2007.
26. Hooks Bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: Louro GL (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte (MG): Autêntica; 2007.
27. LoBiondo-Wood G, Haber J. *Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara-Koogan; 2001.
28. Haber J. Amostragem. In: LoBiondo-Wood G, Haber J. *Pesquisa em enfermagem - métodos, avaliação crítica e utilização*. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara-Koogan; 2001. p.140-55.
29. Gil AC. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo (SP): Atlas; 2006.
30. Rudio FV. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis (RJ): Vozes; 1990.
31. Triviños ANS. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo (SP): Atlas; 1992.
32. Prefeitura da Estância Turística de Embu (SP) - Secretaria de Saúde. *Perfil Municipal de Embu. ano da publicação*. [citado em: 13 nov 2008]. Disponível em: http://www.embu.sp.gov.br/cidade/perfil_municipal.html.

33. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro (RJ): IBGE; 2000.
34. Prefeitura da Estância Turística de Embu (SP) - Secretaria de Saúde. Programa de Integração Docente-Assistencial do Embu. 2008 [citado em: 16 nov 2008]. Disponível em: <http://www.unifesp.br/dped/embu/pcembmun.html>.
35. Brêtas JRS, Pereira SR. Projeto de extensão universitária: um espaço para formação profissional e promoção da saúde. Trabalho, Educ Saúde 2007; 5(2):317-27.
36. Neto OC, Moreira MR, Sucena LFM. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: Anais do XIII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP; 2002; Ouro Preto (MG), Brasil. Ouro Preto (MG): Associação Brasileira de Estudos Populacionais; 2002. p.26.
37. Bardin L. Análise de Conteúdo. Lisboa (Portugal): Edições 70; 1995.
38. Iervolino AS; Pelicione MC. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enferm USP 2001 jun; 35(2):115-21.
39. Aschidami IM, Saupe R. Grupo focal- estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. Cogitare Enferm 2004 jan-jun; 9(1):9-14.
40. Debus M. Manual para excelencia em la investigacion mediante grupos focales. Washington (DC): Academy for Education Development; 1997.
41. Gatti BA. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília (DF): Líber Livro; 2005.
42. Gomes ME, Barbosa EF. A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. Belo Horizonte (MG): Educativa. [citado em: 18 ago 2007]. Disponível em: URL: www.educativa.org.br.
43. Chiesa AM, Ciampone MHT. Princípios gerais para abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva- CIPESC. Brasília (DF): ABEn; 1999. p.306-24.
44. Franco MLPB. Análise do conteúdo. 2ªed. Brasília (DF): Líber Livro; 2007.
45. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.196 10 de outubro de 1996: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. Mundo Saúde 1996; 21(1): 52-61.
46. Bernardi M. A deseducação sexual: novas buscas em educação. São Paulo (SP): Summus Editorial; 1985.
47. Gadotti M. Boniteza de um sonho-ensinar e aprender com sentido. São Paulo (SP); 2003. [citado em: 10 jun 2004]. Disponível em: URL: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/livros/gadotti_livros_boniteza.htm
48. Louro GL. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997.

49. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. [citado em: 10 jun 2008]. Disponível em: URL: www.ibge.com.br/personal/indices/classes.html.
50. Bueno SMV. Educação preventiva em sexualidade, DST, AIDS e drogas nas escolas [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2001.
51. Caridade A. Sexualidade: corpo e metáfora. São Paulo (SP): Iglu; 1997.
52. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Legislação educacional. Brasília (DF); 2008. [citado em: 01 set 2007]. Disponível em: URL: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221>.
53. Louro GL. Pedagogias da sexualidade. In: LouroGL, organizador. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte (MG): Autêntica; 2007.
54. Amazarray MR, Machado PS, Oliveira VZ, Gomes WB. A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. *Psicol Reflexão Crit* 1998; 11(3): 431-40.
55. Coli AS. Crescimento e desenvolvimento físico. In: Secretaria da Saúde (SP). Comissão de Saúde do Adolescente. Adolescência e Saúde. São Paulo (SP): Paria; 1998. p.43-58.
56. Schor N, Ferreira AF, Machado VL. Mulher e anticoncepção: conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais. *Cad Saúde Pública* 2000; 6(2):377-84.
57. Almeida MAS. Treze e suas histórias: um estudo sobre mães adolescentes [tese]. Araraquara (SP): Faculdades de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2001.
58. Gama SGN, Szwarcwald CL, Leal MCL. Gravidez na adolescência como fator de risco para baixo peso ao nascer no município do Rio de Janeiro, 1996 a 1998. *Rev Saúde Pública* 2001; 35(1):74-80.
59. Poli MEH. Adolescência e contracepção: abordagem em consultório. *Reprodução e Climatério*. 1998;13(3):39-41.
60. Costa JS. Educação inclusiva e orientação sexual: dá pra combinar? *Psicologia Ciência e Profissão* 2000; 20(1): 50-7.
61. Ribeiro PRC, Souza NGS, Souza DO. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. *Rev Estud Femininos* 2004 jan-abr; 12(1):109-29.
62. Altmann H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Rev Estud Fem* 2001; 9(2): 575-85.
63. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ªed. São Paulo (SP): Paz e Terra; 1996.
64. Furlani J. Mitos e tabus da sexualidade humana. 2ªed. Florianópolis (SC): Autêntica; 2003.
65. Freire P. Educação e mudança. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1979.

66. Bardi J, Campos LML. Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. *Aval Psicológica* 2007; 6(2):277-9.
67. Parra N. Caminhos do ensino. São Paulo (SP): Pioneira; 2002.
68. Rua DV, Brêtas JRS, Silva CV, Aquino NA. Estudo do comportamento sexual nos relacionamentos entre adolescentes de 14 a 18 anos de idade. *Temas Desenvol* 2002; 11(63):14-21.
69. Francisco MTR, Oliveira DC, Clos AC, Santos NC, Malaquias JV. O carnaval vai contagiar: DST/AIDS e práticas sexuais no Rio de Janeiro. *Rev Enferm UERJ* 2004; 12(**número**):30-7.
70. Lescano EL. Adolescência e anticoncepção: estudo de adolescentes atendidas na Maternidade do Hospital de Apoio III, Sulana. Peru. [dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2001.
71. Rieth F. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horiz Antropol* 2002 jun; 8(17):77-91.
72. Aquino EML, Heilborn ML, Knauth D, Bozon M, Almeida MC ET AL. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad Saúde Pública* 2003; 19 (supl 2):377-88.
73. Teixeira AMFB, Knauth DR, Fachel JMG, Leal AF. Adolescentes e uso de preservativos: as escolhas dos jovens de três capitais brasileiras na iniciação e na última relação sexual. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(7):1385-96.
74. Pantoja ALN. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência em Belém do Pará, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2003; 19(sup. 2):335-43.
75. Berquó E, coordenadora. Comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/AIDS. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2000.
76. Vieira LM, Saes SO, Dória AAB, Goldberg TBL. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. *Rev Bras Saúde Mater Infantil* 2006 jan-mar; 6(1): 135-40.
77. Villela WV, Doreto DT. Sobre e experiência sexual dos jovens. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(11):2467-72.
78. Chalem E, Mitsuhiro SS, Ferri CP, Barros MCM, Guinsburg R, Laranjeira R. gravidez na adolescência: perfil sócio-demaográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2007 jan; 23(1):177-86.
79. Sociedade Civil do Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), 1999. Adolescentes, jovens e a pesquisa nacional sobre demografia e saúde: um estudo sobre a fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva. Rio de Janeiro (RJ): BEMFAM.
80. Ferreira MLSM, Galvão MTG, Costa ES. Sexualidade da adolescente: anticoncepção. *Rev Bras. Med* 2000; 57(**número**):8-15.

81. Brandão ER, Heilborn ML. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(7):1421-30.
82. Cabral CS. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cad Saúde Pública* 2003; 19(sup.2):283-92.
83. Britzman D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: Louro GL, organizador. *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte (MG): Autêntica; 2007.
84. Peres SO, Heilborn ML. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(7):1411-20.
85. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS. *Informações em saúde*. Brasília (DF). [citado em: 20 jan 2006]. Disponível: URL: <http://www.saude.gov.br/datasus>.
86. Louro G. Sexualidade: lições da escola. In: Meyer ED, organizador. *Saúde e sexualidade na escola*. 2ª ed. Porto Alegre (RS): Meditação; 1998. p.85-6.
87. Ribeiro PRC, Souza DO. Discutindo e refletindo sexualidade - AIDS com profundidade nas séries iniciais do ensino fundamental. *Rev Bras Sexual Humana* 2002 ago-dez; 13(2):21-31.
88. Jardim DP, Brêtas JRS. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. *Rev Bras Enferm* 2006; 59(2):157-62.
89. Gomes WA, Costa COM, Sobrinho CLN, Santos CA ST, Bacelar EB. Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade ente adolescentes. *J Pediatría* 2002; 78(4):301.
90. Brêtas JRS, Silva CV. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. *Acta Paul Enferm* 2005; 18(3):326-33.
91. Brasil. Ministério da Saúde. Marco conceitual e referencial teórico da educação para a saúde: orientação à prevenção de DST/AIDS e drogas no Brasil, para crianças, adolescentes e adultos jovens. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1997.
92. Nunes C, Silva E. *A educação sexual da criança*. Campinas (SP): Autores Associados; 2000.
93. Gherpelli MHB. *A educação preventiva em sexualidade na adolescência*. São Paulo (SP): Série Idéias; 1996.
94. Mendonça Filho JB. Será possível o sexual? In: Dunley G (org). *Sexualidade e educação: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999. p.101-26.
95. Furlani J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual. *Educação Rev* 2007 dez; (46):269-85.
96. Altman H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos Pagu* 2003;(21):281-315.
97. Pedroso AG. *Materiais didáticos para orientação sexual em escolas estaduais de Botucatu [monografia]*. Botucatu (SP): Departamento de

- Educação Institucional de Biociência, Universidade Estadual de São Paulo; 1999.
98. Simas M. Falando sobre sexo. *Jornal O Dia* 2004 out 04;11.
 99. Britzman D. Sexualidade e cidadania democrática. In: Silva LH, organizador. *A escola no contexto da globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes; 1998. p.154-71.
 100. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: construindo uma agenda nacional*. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1999.
 101. Guirado M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para as escolas. In: Aquino JG. Organizador. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo (SP): Summus Editorial; 1997. p.25-42.
 102. Fonseca H. Abordagem sistêmica em saúde dos adolescentes e suas famílias. *Rev Adolescência e Saúde da UERJ* 2004 set; 1(3):6-11.
 103. Martins LBM, Costa-Paiva LHS, Osis MJD, Souza MH, Pinto-Neto AM, Tadini V. Fatores associados ao uso de preservativo masculino e ao conhecimento sobre DST/AIDS em adolescentes de escolas públicas e privadas do Município de São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2006; 22(2):315-23.
 104. Braverman PK. Sexually transmitted diseases in adolescents. *Med Clin North Am* 2000; 84(número):869-89.
 105. Dollabetta G, Lyn M, Laga M, Islam M. DST: impacto global do problema e desafios para o controle. In: Dollabetta G, Laga M, Lamptey P, organizadores. *Controle das doenças sexualmente transmissíveis. Manual do planejamento e coordenação de programas*. São Paulo (SP): Associação Saúde da Família/ Editora te Cora; 1997. p.1-22.
 106. Leite IC, Rodrigues RN, Fonseca MC. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões sudeste e nordeste do Brasil. *Cad Saúde Pública* 2004; 20 (2):474-81.
 107. UNESCO. *Pesquisa Juventude e sexualidade*. [citado em: 24 nov 2005]. Disponível em: URL: <http://www.observatório.ucb.unesco.org.br/publicações/juventudes>.
 108. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasil (DF): Ministério da Saúde; 2004.
 109. Marilena C. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo (SP): Brasiliense; 1985.

7. ANEXOS

7. ANEXOS

7.1 ANEXO A

Questionário – Quando e Como começar a orientação Sexual na Escola

Parte I – Sobre você

- 1-Nome da Escola:
 2-Idade:
 3- Sexo: a. Masculino b. Feminino
 4-Estado Civil: a. Solteiro b. Casado c. Separado d. Divorciado e. Viúvo
 5-Nº de filhos: 6-Algum deles é Adolescente? a. Sim b. Não
 7-Renda Familiar: a. Até R\$ 1.000 b. De 1.000 a 2.000 c. De 2.000 a 3.000 d. De 3.000 a 4.000 e. Mais de 4.000
 8-Religião:
 9-Formação: a. Superior b.1. Especialização c.2. Mestrado d.3. Doutorado
 10-Há quantos anos você exerce a profissão de professor?
 11-Qual(is) Disciplina(s) você ministra:
 12-Horário das suas aulas: a. Manhã b. Tarde c. Noite

Parte II – Sobre Educação Sexual

- 13-Você acha importante que a Educação Sexual aconteça na escola? a. Sim b. Não
 Por quê?
 14-Com que idade a educação sexual deveria começar?
 15-Quem deveria orientar os adolescentes sobre a sexualidade?
 Por quê?
 16-Em qual(is) momento(s) se deveria falar sobre sexualidade na escola?
 17-Quais recursos pedagógicos deveriam ser usados para falar sobre a sexualidade na escola?
 18-Quais assuntos deveriam ser abordados na escola?
 Por quê?
 19-Quais assuntos **não** deveriam ser mencionados?
 Por quê?
 20-Você se sente preparado para orientar seus alunos sobre sexualidade? a. Sim b. Não
 21-Você aborda o tema da sexualidade durante suas aulas? a. Sim b. Não
 De que forma?
 22-A sua escola desenvolve alguma atividade de educação sexual? a. Sim b. Não
 23-Você já participou de algum treinamento sobre educação sexual? a. Sim b. Não
 24-Você tem interesse em participar de algum treinamento para sua capacitação em educação sexual para adolescentes? a. Sim b. Não

Parte III – Sobre sua experiência com os adolescentes

- 25-Na sua observação, a iniciação sexual tem começado mais cedo? a. Sim b. Não
 Se sim, com quantos anos?
 26-Na sua percepção, a incidência de gravidez na adolescência tem aumentado? a. Sim b. Não

27-Você considera o conhecimento dos seus alunos sobre sexualidade:

a. Ruim b. Regular c. Bom

28-Na sua opinião, qual(is) a(s) fonte(s) que os adolescentes recorrem para obter informações sobre sexualidade?

29-Qual a sua reação nas seguintes situações com seus alunos:

	a. Me preocupo e me envolvo na situação	b. Me preocupo, mas não me envolvo na situação	c. Não me preocupo, é só mais um caso	d. Fico chocado(a)	e. Outros (especificar)
- Uma notícia de gravidez:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Um resultado positivo para DST/AIDS:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Uma declaração homossexual :	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Uma intenção de fazer um aborto:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30-Em sua opinião, deveria se informar os adolescentes sobre os métodos que evitam a gravidez e as DST/AIDS? a. Sim b. Não

31-Assinale os métodos que você seria capaz de explicar o seu uso para um(a) adolescente:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> a. Coito Interrompido | <input type="checkbox"/> b. Tabela |
| <input type="checkbox"/> c. Condon ou Camisinha Masculina | <input type="checkbox"/> d. Condon ou Camisinha Feminina |
| <input type="checkbox"/> e. DIU : Dispositivo Intra-uterino | <input type="checkbox"/> f. Espermicidas |
| <input type="checkbox"/> g. Diafragma | <input type="checkbox"/> h. Pílula |
| <input type="checkbox"/> i. Contraceptivos Injetáveis | <input type="checkbox"/> j. Implantes Transdérmico (Adesivo) |
| <input type="checkbox"/> l. Implante Intradérmico | <input type="checkbox"/> m. Contraceptivo de Emergência (pílula do dia seguinte) |
| <input type="checkbox"/> n. Anel Vaginal | <input type="checkbox"/> o. Métodos Definitivos (Vasectomia e Laqueadura) |
| <input type="checkbox"/> p. Não saberia explicar nenhum método | |

32-Você acha que os adolescentes têm usado algum método para evitar gravidez e DST/AIDS?

Se sim, qual(is)? a. Sim b. Não

33-Qual dos métodos citados acima você indicaria para um adolescente? Se sim qual(is):

- a. b. c. d. e. f. g. h. i. j. l. m. n.
 o.

Por quê?

34-Indique a sua capacidade de abordagem para discutir com os adolescentes estes assuntos:

	a. Muito Fácil	b. Fácil	c. Difícil	d. Muito Difícil	e. Não Falaria
Transformações do corpo adolescente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Menarca e Ciclo Menstrual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Polução Noturna	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempenho Sexual/Orgasmo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Homossexualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DST/AIDS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestação e Parto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Métodos Contraceptivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aborto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relacionamentos (ficar, namorar...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentimentos (amor, medo...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Auto-estima	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35-Você gostaria de fazer alguma colocação sobre a educação sexual na escola ?

7.2 ANEXO B

Grupo Focal - Questões Norteadoras Quando e Como começar a Orientação Sexual na escola

- 1- Qual a importância da Orientação Sexual na escola?
- 2- Quando começar a ensinar os alunos sobre sexualidade?
- 3- Quais assuntos devem ser falados na escola?
- 4- De que maneira esses assuntos devem ser abordados?

7.3 Anexo C

Termo de Aprovação do CEP



Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina

Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital São Paulo

São Paulo, 23 de março de 2007.
CEP 0299/07

Ilmo(a). Sr(a).
Pesquisador(a) DULCILENE PEREIRA JARDIM
Co-Investigadores: José Roberto da Silva Brêtas (orientador)
Disciplina/Departamento: Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo
Patrocinador: Recursos Próprios.

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA INSTITUCIONAL

Ref: Projeto de pesquisa intitulado: **"Educação sexual na escola: quando começar, como falar e o quê abordar, na compreensão dos professores do município do Embú das Artes - SP"**.

CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DO ESTUDO: estudo de saúde pública com intervenção na comunidade.

RISCOS ADICIONAIS PARA O PACIENTE: sem risco, desconforto mínimo, sem procedimento invasivo.

OBJETIVOS: Caracterização sócio-demográfica da população estudada. Identificar o conhecimento, a prática e as limitações dos professores em relação a educação sexual na escola. Conhecer a opinião dos professores sobre o momento e a maneira de iniciar as atividades de educação sexual na escola, bem como os temas que devem nela serem abordados.

RESUMO: Participarão do estudo professores do ensino nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, na região de Embu, São Paulo. Serão coletados dados em dois momentos: o primeiro constará da aplicação de um questionário semi-estruturado composto por questões enfocando indicadores sócio-demográficos e a temática específica da pesquisa. Num segundo momento será usado o grupo focal, que em seu caráter subjetivo de investigação é utilizado como estratégia metodológica qualitativa, já que a pesquisa qualitativa caracteriza-se por buscar respostas a cerca do que as pessoas pensam e quais são os seus sentimentos.

FUNDAMENTOS E RACIONAL: estudo de saúde pública com intervenção na comunidade.

MATERIAL E MÉTODO: descritos os instrumentos que serão utilizados para coleta de dados.

TCLE: adequado.

DETALHAMENTO FINANCEIRO: sem financiamento externo- R\$ 422,00.

CRONOGRAMA: 24 meses.

OBJETIVO ACADÊMICO: mestrado.

ENTREGA DE RELATÓRIOS PARCIAIS AO CEP PREVISTOS PARA: 22/3/2008 e 22/3/2009.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo **ANALISOU** e **APROVOU** o projeto de pesquisa referenciado.

1. Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e termo de consentimento livre e esclarecido. Nestas circunstâncias a inclusão de pacientes deve ser temporariamente interrompida até a resposta do Comitê, após análise das mudanças propostas.

2. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento do estudo.



Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina

Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital São Paulo

3. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Osmar Medina Pestana
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/ Hospital São Paulo

7.4 Anexo D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem como título: **Educação Sexual na Escola: Quando começar, Como falar e o quê abordar, na compreensão dos professores do município de Embu-SP**, cujos objetivos são os de identificar o conhecimento e atuação dos professores em educação sexual na escola e quando, como e o quê abordar.

Sua participação neste estudo será através de um questionário e entrevista na técnica de Grupo Focal sobre seus dados pessoais e de sua experiência profissional, ambos realizados em horário e ambiente escolar, o que se espera não causar nenhum risco ou desconforto.

Não há benefício direto ao participante, apenas sua contribuição para o conhecimento da realidade da educação sexual no município.

É garantido acesso ao profissional responsável pelo estudo em qualquer momento para esclarecimento de eventuais dúvidas, sendo este Dulcilene Jardim que pode ser encontrada no telefone 9894-3834. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162. E-mail: cepunifesp@epm.br. É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros professores, não sendo divulgado a identificação de nenhum dos participantes. Estes dados serão usados somente para esta pesquisa.

Eu discuti com Dulcilene Jardim sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

_____ Data / /
Assinatura do Professor

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (professor) para a participação neste estudo.

_____ Data / /
Assinatura da Pesquisadora